



Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e de Obras Públicas  
Serviço Social Autônomo PARANACIDADE

# *Plano Diretor Municipal de Medianeira 2021*

## *Revisão do Plano Diretor Participativo Urbano e Rural 2007*



PRODUTO 2.6  
Capacidade De Atendimento e Distribuição das Infraestruturas,  
Equipamentos e Serviços Públicos



GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ

CARLOS ROBERTO MASSA JUNIOR Governador

SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E DE OBRAS PÚBLICAS

JOÃO CARLOS ORTEGA Secretário

LÚCIO TASSO Diretor Geral

SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PARANACIDADE

JOÃO CARLOS ORTEGA Superintendente

ALVARO JOSÉ CABRINI JUNIOR Superintendente Executivo

JOSE ELIZEU CHOCIAI Diretor de Administração e Finanças

CAMILA MILEKE SCUCATO Diretora de Operações

VIRGÍNIA THEREZA NALINI Coordenadora de Projetos

HÉLIO SABINO DEITOS Coordenador de Operações

RODRIGO JOSÉ KUSMA Coordenador de Tecnologia da Informação

FABIO FUMAGALLI VILHENA DE PAIVA Coordenador ER Maringá

RAFAEL GUSTAVO MANSANI Coordenador ER Ponta Grossa

FRANCISCO LUIS DOS SANTOS Coordenador de ER, RMC e Litoral

RAFAEL DA SILVA SCHIAVINATO Coordenador ER Cascavel

CELSO CARLOS CAROLLO SILVESTRI Coordenador ER Guarapuava

ANDRÉ COTRIN ABDO Coordenador ER Londrina

MUNICÍPIO DE MEDIANEIRA

Prefeito

2020 - RICARDO ENDRIGO

2021 - ANTÔNIO FRANÇA BENJAMIM

Vice Prefeito

2020 - JOSÉ VANI GRASI

2021 - EVANDRO ROHLING MEES

SUPERVISÃO

Serviço Social Autônomo PARANACIDADE

Diretoria de Operações



---

Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e de Obras Públicas  
Serviço Social Autônomo PARANACIDADE

# ***Plano Diretor Municipal de Medianeira 2021***

*Revisão do Plano Diretor  
Participativo Urbano e Rural 2007*

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 145/2019

REF.: TOMADA DE PREÇOS NA MODALIDADE TÉCNICA E PREÇO Nº 06/2019

Outubro / 2021



## APRESENTAÇÃO

Este documento contempla a Análise Temática Integrada da revisão do Plano Diretor Participativo Urbano e Rural de Medianeira PDUR de 2007, quanto à Capacidade De Atendimento e Distribuição das Infraestruturas, Equipamentos e Serviços Públicos. Os serviços prestados decorrem do Contrato de Prestação de Serviços nº 145/2019, celebrado entre a empresa Tese Tecnologia Arquitetura e Cultura Ltda. e a Prefeitura Municipal de Medianeira. Está em conformidade com as exigências do Termo de Referência do Edital de Tomada de Preços na modalidade Técnica e Preço nº 06/2019, referente à contratação de empresa especializada para a Revisão do Plano Diretor de Medianeira.



## SUMÁRIO

<b>SUMÁRIO</b> .....	<b>5</b>
<b>LISTA DE FIGURAS</b> .....	<b>6</b>
<b>LISTA DE TABELAS</b> .....	<b>8</b>
<b>LISTA DE QUADROS</b> .....	<b>8</b>
<b>RESPONSÁVEIS TÉCNICOS</b> .....	<b>10</b>
<b>CAPACIDADE DE ATENDIMENTO E DISTRIBUIÇÃO DAS INFRAESTRUTURAS, EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS PÚBLICOS</b> .....	<b>15</b>
<b>1. Metodologia de avaliação da capacidade de atendimento e distribuição das infraestruturas, equipamentos e serviços públicos</b> .....	<b>15</b>
<b>1.1. Análise Temática do PDUR 2007</b> .....	<b>18</b>
1.1.1 Ações do PDUR 2007 Diretamente Vinculadas aos Temas Infraestrutura, Equipamentos e Serviços .	18
1.1.2 Avaliação da Implementação das Ações do PDUR 2007 Voltadas à Infraestrutura, Equipamentos e Serviços	24
<b>1.2. Localização das zonas urbanas</b> .....	<b>27</b>
<b>1.3. Análise da distribuição populacional e de domicílios por setor censitário</b> .....	<b>29</b>
<b>2. Adequação da capacidade de suporte, atendimento e distribuição espacial das infraestruturas urbanas de circulação</b> .....	<b>34</b>
<b>2.1. Identificação de Logradouros</b> .....	<b>34</b>
<b>2.2. Iluminação Pública</b> .....	<b>35</b>
<b>2.3. Pavimentação</b> .....	<b>37</b>
<b>2.4. Meio-Fio/Guia, Calçada e Rampa para Cadeirante</b> .....	<b>40</b>
<b>3. Adequação da capacidade de suporte, atendimento e distribuição espacial das infraestruturas - meio ambiente nas áreas urbanas</b> .....	<b>43</b>
<b>3.1. Bueiro/Boca de Lobo</b> .....	<b>43</b>
<b>3.2. Lixo Acumulado nas Vias Públicas</b> .....	<b>44</b>



3.3. Esgoto a Céu Aberto .....	45
3.4. Arborização nos Logradouros Públicos.....	46
3.5. Conclusão quanto ao atendimento das Infraestruturas Urbanas .....	47
<b>4. Adequação da capacidade de suporte, atendimento e distribuição espacial dos equipamentos.....</b>	<b>50</b>
4.1. Equipamentos de Saúde .....	50
4.2. Equipamentos Educacionais .....	55
4.3. Equipamentos de Assistência Social.....	64
4.4. Equipamentos de Lazer, Recreação, Cultura e Esportes .....	73
4.5. Equipamentos de Segurança Pública.....	76
4.6. Estabelecimentos Serviços Municipais de Assistência ao Cidadão .....	77
4.7. Conclusão quanto aos equipamentos urbanos .....	78
<b>5. Adequação da capacidade de suporte, atendimento e distribuição espacial dos serviços públicos.....</b>	<b>80</b>
5.1. Distribuição Energia Elétrica .....	81
5.2. Serviço de Esgotamento Sanitário.....	84
5.3. Serviço de Abastecimento de Água.....	87
5.4. Serviço de Coleta de Lixo .....	90
5.5. Conclusão Serviços Urbanos .....	93
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>96</b>

## LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: LOCALIZAÇÃO DOS DISTRITOS URBANOS .....	28
FIGURA 2: MAPA DE POPULAÇÃO RESIDENTE E LOCALIDADES .....	29
FIGURA 3: POPULAÇÃO RESIDENTE - SEDE 2010 .....	32
FIGURA 4: DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES – SEDE 2010 .....	33
FIGURA 5: DOMICÍLIOS EM LOGRADOUROS SEM IDENTIFICAÇÃO – SEDE 2010.....	34
FIGURA 6: DOMICÍLIOS NÃO ATENDIDOS POR ILUMINAÇÃO PÚBLICA – SEDE 2010.....	35



FIGURA 7: MAPA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA COPEL.....	36
FIGURA 8: ILUMINAÇÃO EM LED NA SEDE (2020).....	37
FIGURA 9: DOMICÍLIOS NÃO ATENDIDOS POR PAVIMENTAÇÃO – SEDE 2010.....	38
FIGURA 10: MAPA DE PAVIMENTAÇÃO – SEDE 2021 .....	39
FIGURA 11: MAPA DE PAVIMENTAÇÃO – DISTRITOS 2020.....	40
FIGURA 12: DOMICÍLIOS EM LOGRADOUROS SEM MEIO FIO/GUIA – SEDE 2010.....	40
FIGURA 13: DOMICÍLIOS EM LOGRADOUROS SEM CALÇADAS – SEDE 2010.....	41
FIGURA 14: DOMICÍLIOS EM LOGRADOUROS SEM RAMPAS DE CADEIRANTES – SEDE 2010 .	42
FIGURA 15: DOMICÍLIOS EM LOGRADOUROS SEM BUEIRO/BOCA DE LOBO – SEDE 2010 .....	43
FIGURA 16: DOMICÍLIOS COM LIXO ACUMULADO EM LOGRADOUROS – SEDE 2010.....	44
FIGURA 17: DOMICÍLIOS COM ESGOTO A CÉU ABERTO EM LOGRADOUROS – SEDE 2010.....	45
FIGURA 18: DOMICÍLIOS EM LOGRADOUROS SEM ARBORIZAÇÃO – SEDE 2010 .....	46
FIGURA 19: ESTABELECIMENTOS PÚBLICOS DE SAÚDE - SEDE.....	52
FIGURA 20: UBS RAIOS ABRAGÊNCIA - SEDE.....	54
FIGURA 21: EDUCAÇÃO PÚBLICA - SEDE .....	57
FIGURA 22: ESTABELECIMENTOS DE EDUCAÇÃO INFANTIL SEDE - 2020.....	62
FIGURA 23: ESTABELECIMENTOS DE ENSINO FUNDAMENTAL SEDE - 2020.....	62
FIGURA 24: ESTABELECIMENTOS ENSINO MÉDIO SEDE - 2020 .....	63
FIGURA 25: EQUIPAMENTOS MUNICIPAIS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - 2020 .....	71
FIGURA 26: EQUIPAMENTOS DE LAZER, RECREAÇÃO, CULTURA E ESPORTES .....	76
FIGURA 27: EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA MUNICIPAL .....	77
FIGURA 28: EQUIPAMENTOS DE SERVIÇOS MUNICIPAIS DE ASSISTÊNCIA AO CIDADÃO.....	78
FIGURA 29: INFRAESTRUTURA INSTALADA - ENERGIA ELÉTRICA .....	81
FIGURA 30: REDE ELÉTRICA BÁSICA – DISTRITO SEDE 2017.....	82
FIGURA 31: REDE ELÉTRICA BÁSICA – DISTRITOS INDUSTRIAL E DE MARALÚCIA 2017 .....	82
FIGURA 32: DOMICÍLIOS NÃO ATENDIDOS POR SERVIÇO DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA.....	84
FIGURA 33: INFRAESTRUTURA INSTALADA - ESGOTAMENTO SANITÁRIO .....	85
FIGURA 34: DOMICÍLIOS NÃO ATENDIDOS POR REDE DE ESGOTOS SANITÁRIOS.....	86
FIGURA 35: INFRAESTRUTURA INSTALADA – ÁGUA TRATADA .....	88
FIGURA 36: DOMICÍLIOS NÃO ATENDIDOS POR REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA.....	89
FIGURA 37: ATERRO SANITÁRIO E DISTÂNCIA LEGAL MÍNIMA DE NÚCLEOS POPULACIONAIS .....	91
FIGURA 38: DOMICÍLIOS NÃO ATENDIDOS POR COLETA DE LIXO .....	92

## LISTA DE TABELAS

TABELA 1: HABITANTES E DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES NOS SETORES CENSITÁRIOS URBANOS.....	30
TABELA 2: CONSUMO E NÚMERO DE CONSUMIDORES ENERGIA ELÉTRICA – 2018 .....	83
TABELA 3: ATEDIMENTO POR REDE DE ESGOTOS SANITÁRIOS SEGUNDO AS CATEGORIAS DE CONSUMIDORES – 2019 .....	86
TABELA 4: ATENDIMENTO ABASTECIMENTO DE ÁGUA SEGUNDO AS CATEGORIAS - 2019....	89
TABELA 5: INDICADORES COLETA DE LIXO SEDE E LOCALIDADES - 2018.....	91
TABELA 6: CAPACIDADE DE ATENDIMENTO E DISTRIBUIÇÃO DOS SERVIÇOS EM 2010, ESTIMATIVA PARA 2021 E PROJEÇÕES PARA 2030 – SEDE (IBGE) .....	94
TABELA 7: CAPACIDADE DE ATENDIMENTO E DISTRIBUIÇÃO DOS SERVIÇOS EM 2010, ESTIMATIVA PARA 2021 E PROJEÇÕES PARA 2030 – DISTRITOS (IBGE) .....	95

## LISTA DE QUADROS

QUADRO 1: DEFICIÊNCIAS E AÇÕES PDUR 2007 INFRAESTRUTURAS E SERVIÇOS.....	18
QUADRO 2: AÇÕES DA POLÍTICA “A” DO PAI-PDUR 2007 .....	25
QUADRO 3: AÇÕES DA POLÍTICA “B” DO PAI-PDUR 2007 .....	26
QUADRO 4: AÇÕES DA POLÍTICA “C” DO PAI-PDUR 2007 .....	27
QUADRO 5: ESPÉCIES INDICADAS PARA A ARBORIZAÇÃO URBANA .....	47
QUADRO 6: CAPACIDADE DE ATENDIMENTO E DISTRIBUIÇÃO DAS INFRAESTRUTURAS 2010, ESTIMATIVA PARA 2021 E PROJEÇÕES PARA 2030 – SEDE .....	48
QUADRO 7: CAPACIDADE DE ATENDIMENTO E DISTRIBUIÇÃO DAS INFRAESTRUTURAS 2010, ESTIMATIVA PARA 2021 E PROJEÇÕES PARA 2030 – DISTRITOS MARALÚCIA E INDUSTRIAL .	49
QUADRO 8: CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DA CAPACIDADE DE SUPORTE E ATENDIMENTO DOS EQUIPAMENTOS DE SAÚDE .....	50
QUADRO 9: NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE EM MEDIANEIRA - 2021.....	51
QUADRO 10: ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE MUNICIPAIS .....	52
QUADRO 11: UBS E UPA – ÁREAS DE LOTE E CONSTRUÍDAS .....	53
QUADRO 12: CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DA CAPACIDADE DE SUPORTE E ATENDIMENTO DOS EQUIPAMENTOS DE EDUCAÇÃO .....	55
QUADRO 13: TAXAS DE APROVAÇÃO, REPROVAÇÃO E ABANDONO, POR NÍVEL DE ENSINO – ANO (EM %) .....	56
QUADRO 14: CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL - 2020.....	58
QUADRO 15: ESCOLAS MUNICIPAIS .....	59
QUADRO 16: ESTABELECIMENTOS DE ENSINO ESTADUAL – ESCOLAS E COLÉGIOS.....	61



QUADRO 17: REDE GOVERNAMENTAL EM FUNCIONAMENTO .....	68
QUADRO 18: REDE NÃO-GOVERNAMENTAL EM FUNCIONAMENTO .....	70
QUADRO 19: CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DA CAPACIDADE DE SUPORTE E ATENDIMENTO DOS EQUIPAMENTOS DE EDUCAÇÃO .....	73
QUADRO 20: ANÁLISE DOS EQUIPAMENTOS DE CULTURA, ESPORTES E LAZER PELO CRITÉRIO DE ÁREA .....	73



## RESPONSÁVEIS TÉCNICOS

### CONSULTORIA CONTRATADA

TESE TECNOLOGIA ARQUITETURA E CULTURA LTDA

#### COORDENAÇÃO

MIRNA CORTOPASSI LOBO

Arquiteta e Urbanista CAU A0447-2

#### COORDENAÇÃO TÉCNICA

VANESSA BOSCARO FERNANDES

Arquiteta e Urbanista CAU A37721-0

#### EQUIPE TÉCNICA CONSULTORIA

MIRNA CORTOPASSI LOBO

Arquiteta e Urbanista CAU A0447-2

SANDRA MAYUMI NAKAMURA

Arquiteta e Urbanista CAU A28547-1

DIOGO CORTOPASSI LOBO

Engenheiro Civil CREA/PR 53933/D

LIDIA SAYOKO TANAKA

Engenheira Ambiental CREA/PR 87131/D

FRANCISCO DE ASSIS MENDONÇA

Geógrafo, CREA/PR 27916/D

ANA PAULA WOSNIAK

Geóloga, CREA/PR 30050/D

JACKSON TEIXEIRA BITTENCOURT

Economista, CORECON/PR 5954

BRUNO DESCHAMPS MEIRINHO

Advogado, OAB/PR 48641

DENISON BARCIK ALVES

Administrador CRA/PR 20-31109

ANA MARIA LORICI SANTIN

Cientista Social

SAMIRA DE ARAUJO BOAZA

Assistente Social CRESS/PR 5452

#### EQUIPE TÉCNICA COMPLEMENTAR

CAROLINE NAYARA RECH

Arquiteta e Urbanista CAU 202924-3

GABRIELA GROSSI F. DE PELLEGRINI

Arquiteta e Urbanista CAU 211793-2

BRUNO RUCHINSKI DE SOUZA

Engenheiro Civil, CREA/PR 155298/D

VANESSA BOSCARO FERNANDES

Arquiteta e Urbanista CAU A37721-0

CRISTINA HARUMI WASHIMI

Arquiteta e Urbanista CAU 275790-7

#### EQUIPE DE APOIO

HELLEN CHAIANE DOS SANTOS

Administrativo / Financeiro

ALBERTO LOPES DAL'OSTO

Administrativo / Logística



## EQUIPE TÉCNICA MUNICIPAL 2020

Instituída pelo **DECRETO Nº 087/2020**, de 05 de março de 2020

### COORDENAÇÃO

CARLA OTT Arquiteta e Urbanista, CAU A16956-0

### EQUIPE TÉCNICA MUNICIPAL

#### SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO PATRIMÔNIO

ERCI BALDISSERA Gestor de Negócios  
ADRIANA MEOTTI Profissional em Processos Gerenciais  
ALBERTO DELA JUSTINA Negociador Imobiliário, CRECI-PR F24279  
CANDIDA FACHINETTO PAZ Arquiteta e Urbanista, CAU A49223-0  
CARLA OTT Arquiteta e Urbanista, CAU A16956-0  
CARLOS DIAS ALVES Economista, CORECON/PR 5.595/6  
DEVANI AMORIM LOPES Técnica Ambiental  
MARCOS GIOVANI RIGOTTI Tecnólogo em eletromecânica  
MARIA JAQUELINA STEINBACH Administradora  
MICHELLE SEBEN Arquiteta e Urbanista, CAU A41010-1  
ROSELI SPIELMANN Assistente Social, CRESs/PR 6602  
VANIA RAQUEL FURMANN MOREIRA Bacharel em Direito  
DINAMAR SIRLEI ARAÚJO MAZZUCCO Gestor Público  
MAURO ALVES PINTO Coronel da Reserva da Polícia Militar do Paraná  
FRANCIELE BADO Jornalista, MTB 0011240/PR  
JOSÉ ROBERTO BARBOSA DE OLIVEIRA Publicitário e profissional de marketing  
ALVARO ALLAN ZANELLA Bacharel em Direito  
MARINÉS PIRES FAQUIM Profissional em Processos Gerenciais

#### SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

EDUARDO BARATTO Engenheiro Civil, CREA-PR 86.819/D  
WALTER RICARDO SCHUELER Engenheiro Civil, CREA-PR 135.896/D

#### PROCURADORIA

MARCELO OSCAR KUSMIRSKI Advogado, OAB/PR 31.477  
MIRNA LOI SCHIZZI Advogada, OAB/PR 6331  
SERGIO AUQUSTO MITTMANN Advogado, OAB/PR 040021  
ANTONIO HENRIQUE MARSARO JUNIOR Advogado, OAB/PR 28214  
STELLA CRISTINA BRANDENBURG Advogada, OAB/PR 046818

#### SECRETARIA DE AGRICULTURA SUSTENTÁVEL E ABASTECIMENTO

DILVO JOSÉ BERNARDON Técnico em Contabilidade  
GREISE LEONHARDT Técnica em Gerenciamento Ambiental  
PERCY MARCOS MARCOLLA Técnica Ambiental

#### SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

SOLANGE APARECIDA DE LIMA Contadora  
KATHIERE DE OLIVEIRA Nível Médio  
PAULO RICARDO SCHNEIDER Gestor Comercial



**SECRETARIA DE FINANÇAS**

CARLOS ALBERTO CAOVI  
ADILSON FERREIRA GOMES  
CARLOS EDUARDO FRANZES

Contador, CRC/PR 018257/0-0  
Gestor Empresarial  
Auditor - Bacharel em Direito e Ciência da  
Computação  
Gestor Público  
Gestora Pública e Contadora, CRC/PR 043498-0

**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA**

CLAIR TEREZINHA RUGERI  
MARIA HELENA BARP  
TELMO LUIZ DE MARQUE

Bacharel em Letras  
Pedagoga  
Nível médio

**SECRETARIA DA SAÚDE**

DAYSE ANA ALBERTON CAVALLERI  
RENATA BERTA ALÉSSIO  
LUCIANO FRANCIELI MARSARO  
DIONIR MACIEL PEDROZO  
SEBASTIÃO MARCOLINO DA SILVA

Administradora  
Enfermeira, COREN 222113  
Administrador Hospitalar, CRA/PR 15.540  
Técnico em Segurança do Trabalho, TEM/PR 4396-6  
Técnico em Enfermagem e Gestão Pública

**SECRETARIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL**

DELDIR BERTA ALÉSSIO  
CHRISTIANE ZANETTE MONDARDO  
JOYCE GRACIELLE CHIES BILSKI

Bacharel em Ciências  
Assistente Social, CRESs 5938 - 11ª Região  
Gestora Ambiental

**SECRETARIA DE ESPORTES**

JOSELITO MUNIZ DOS SANTOS  
JOÃO ALEXANDRE HENTZ

Educador Físico  
Administrador, CRA/PR 20-20199

**EQUIPE TÉCNICA MUNICIPAL 2021**

Instituída pelo **DECRETO Nº 311/2021**, de 18 de junho de 2021

**COORDENAÇÃO**

CARLA OTT  
MICHELLE SEBEN

Arquiteta e Urbanista, CAU A16956-0  
Arquiteta e Urbanista, CAU A41010-1

**EQUIPE TÉCNICA MUNICIPAL**

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO**

SOLANGE APARECIDA DE LIMA  
ADIRLENE APARECIDA MOURA HORONZI  
ADRIANA MEOTTI  
BEATRIZ REGINA FIEBIG  
CANDIDA FACHINETTO PAZ  
CARLA OTT  
DINAMAR SIRLEI ARAÚJO MAZZUCCO

Secretária de Administração e Planejamento  
Chefe de Departamento Executivo  
Profissional em Processos Gerenciais  
Arquiteta e Urbanista, CAU A179737-9  
Arquiteta e Urbanista, CAU A49223-0  
Arquiteta e Urbanista, CAU A16956-0  
Gestor Público



EDNA MARIA JULIÃO	Gestora Pública
MARCOS GIOVANI RIGOTTI	Tecnólogo em eletromecânica
MARIA JAQUELINA STEINBACH	Administradora
MICHELLE SEBEN	Arquiteta e Urbanista, CAU A41010-1
ROSELI SPIELMANN	Assistente Social, CRESs/PR 6602
<b>SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS</b>	
ISAIAS FRANÇA BENJAMIM	Secretário de Obras e Serviços Públicos
IGOR EDUARDO GRANDE	Engenheiro Civil, CREA-PR 101329/D
KAIO CESAR RAMOS MACIEL	Engenheiro Civil, CREA-PR 175142/D
<b>PROCURADORIA</b>	
ANTONIO HENRIQUE MARSARO JUNIOR	Advogado, OAB/PR 28214
VITOR EDUARDO FROSI	Procurador Geral - Advogado, OAB/PR 36904
<b>SECRETARIA DE AGRICULTURA SUSTENTÁVEL E ABASTECIMENTO</b>	
SEBASTIÃO ANTONIO	Secretário de Agricultura Sustentável e Abastecimento
EDUARDO ZIGLIOLI	Eng. Ambiental e Mestrado Téc. Ambiental.
<b>SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO</b>	
MARCIA HANZEN	Secretária de Desenvolvimento Econômico
SIMONE MATTOS	Administradora
<b>SECRETARIA DE FINANÇAS</b>	
MARTA REGIANA RIBEIRO FRACARO	Secretária de Finanças
CARLOS EDUARDO FRANZES	Auditor - Bacharel em Direito e Ciência da Computação
CLEITON LUIZ WELTER	Ciências Contábeis
<b>SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA</b>	
CLAIR TEREZINHA RUGERI	Secretária de Educação
FRANCIELE PEREGO GARCIA	Professora - Mestrado Educação Matemática
<b>SECRETARIA DA SAÚDE</b>	
ROSANGELA FIAMETTI ZANCHETT	Secretária de Saúde
LUCIANA FRANCIELI MARSARO	Administradora Hospitalar, CRA/PR 15.540
<b>SECRETARIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL</b>	
ADRIANO BOTH	Secretário de Assistência Social
CHRISTIANE ZANETTE MONDARDO	Assistente Social, CRESs 5938 - 11ª Região
<b>SECRETARIA DE ESPORTES</b>	
VOLMIR ANTONIO BEGNINI	Secretário de Esportes

### **CONSELHO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO – CMP 2020**

Instituído pelo **DECRETO Nº 516/2019**, de 17 de dezembro de 2019

**PRESIDENTE**

**ERCI BALDISSERA**

Secretário de Administração e Planejamento



#### REPRESENTANTES DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL E ESTADUAL

ERCI BALDISSERA	Representante do Poder Público Municipal
CARLA OTT	Representante do Poder Público Municipal
ALCEDIR BIESDORF	Representantes do Poder Público Estadual - Emater
SIMONE RODRIGUES AQUINO	Representantes do Poder Público Estadual - Sanepar
ANDERSON VOGELMANN	Representante da Câmara Municipal
REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL	
ADEMIR PEREIRA DA SILVA	Representante do Segmento Empresarial
LUIZ DA ROSA	Representante do Segmento dos Trabalhadores
DORVALINO ABATTI	Representante da Associação de Moradores de Área Urbana
OTACILIO JOSE VIAPIANA	Representante da Associação de Moradores da Área Rural
SILVANA TEREZINHA CARNEIRO	Representante dos Movimentos Populares

#### CONSELHO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO – CMP 2021

Instituída pelo **DECRETO Nº 302/2021**, de 14 de junho de 2021

#### REPRESENTANTES DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL E ESTADUAL

SOLANGE APARECIDA DE LIMA	Representante do Poder Público Municipal
CARLA OTT	Representante do Poder Público Municipal
ALCEDIR BIESDORF	Representantes do Poder Público Estadual
SIMONE RODRIGUES AQUINO	Representantes do Poder Público Estadual
ANDERSON VOGELMANN	Representante da Câmara Municipal
REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL	
ADEMIR PEREIRA DA SILVA	Representante do segmento Empresarial
LUIZ DA ROSA	Representante do segmento dos Trabalhadores
DORVALINO ABATTI	Representante da Associação de Moradores de Área Urbana
OTACILIO JOSE VIAPIANA	Representante de Associação de Moradores da Área Rural
SILVANA TEREZINHA CARNEIRO	Representante dos movimentos populares

#### SUPERVISÃO SEDU/PARANACIDADE

MARISTELA DE PAULA MULLER  
Analista de Desenvolvimento Municipal

## CAPACIDADE DE ATENDIMENTO E DISTRIBUIÇÃO DAS INFRAESTRUTURAS, EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS PÚBLICOS

### 1. Metodologia de avaliação da capacidade de atendimento e distribuição das infraestruturas, equipamentos e serviços públicos

A presente avaliação toma por base o *atendimento e distribuição das infraestruturas, equipamentos e serviços públicos* nos domicílios urbanos por setor censitário, sua caracterização conforme a tipologia estabelecida pelo IBGE para o Censo de 2010<sup>1</sup> e seu status em relação ao entorno dos domicílios, conforme publicado pelo IBGE em 2012<sup>2</sup>.

Conforme IBGE (2012) as características do entorno dos domicílios que descrevem o ambiente intraurbano são definidas por duas dimensões de análise: *i) condições de circulação nas áreas urbanas*, relacionadas ao e *ii) meio ambiente urbano* relativas à infraestrutura, obedecendo os critérios definidos pelo IBGE, descritos a seguir:

#### **i) Condições de circulação nas áreas urbanas**

##### **1 Identificação de logradouros**

Foi pesquisado se na face em trabalho ou na sua face confrontante, existia pelo menos uma placa com a identificação do logradouro.

##### **2 Iluminação Pública**

Foi pesquisado se na face em trabalho ou na sua face confrontante, existia pelo menos um ponto fixo (poste) de iluminação pública.

##### **3 Pavimentação**

Pesquisou-se se no trecho do logradouro, na face percorrida, se existia pavimentação, ou seja, cobertura da via pública com asfalto, cimento, paralelepípedos, pedras etc.

##### **4 Meio-Fio/Guia**

Considerou-se quando, somente na face, existia meio-fio/guia, ou seja, borda ao longo do logradouro.

##### **5 Calçada**

---

<sup>1</sup> Base de informações do Censo Demográfico 2010 publicado em Resultados do Universo por setor censitário – IBGE, 2011.

<sup>2</sup> Características Urbanísticas do Entorno dos Domicílios do Censo 2010 – IBGE, 2012.

Pesquisou-se se, somente na face, existia calçada/passeio, ou seja, caminho calçado ou pavimentado, destinado à circulação de pedestres, quase sempre mais alto que a parte do logradouro em que trafegam os veículos.

#### 6 *Rampa para Cadeirante*

Foi pesquisado se, somente na calçada da face, existia rampa, ou seja, rebaixamento da calçada ou meio-fio/guia, geralmente nas proximidades das esquinas, destinado especificamente para dar acesso a pessoas que utilizam cadeira de rodas. Não foram consideradas rampas para acesso de veículos.

### ii) **Meio ambiente urbano**

#### 1 *Bueiro/Boca de Lobo*

Pesquisou-se se na face ou na sua face confrontante, existia bueiro ou boca de lobo, ou seja, abertura que dá acesso a caixas subterrâneas, por onde escoam a água proveniente de chuvas, as regas etc. Bueiro/boca de lobo não se confunde com tampões para acesso a galerias subterrâneas

#### 2 *Esgoto a Céu Aberto*

Foi pesquisado se na face ou na sua face confrontante, existia vala, córrego ou corpo d'água onde habitualmente ocorria lançamento de esgoto doméstico; ou valeta, por onde escorria, na superfície, o esgoto doméstico a céu aberto.

#### 3 *Lixo Acumulado nas Vias Públicas*

Considerou-se quando, na face ou na sua confrontante, existia local de depósito e acúmulo de lixo. A existência de caçamba de serviço de limpeza não foi considerada como lixo acumulado em via pública.

#### 4 *Arborização nos Logradouros Públicos*

Foi pesquisado se na face ou na sua face confrontante ou no canteiro central, existia arborização, ou seja, existia árvore ao longo da calçada/passeio e/ou em canteiro que segmenta pistas de um mesmo logradouro, mesmo que apenas em parte. Considerou-se também a arborização quando existente em logradouros sem pavimentação e/ou sem calçada/passeio.

### **Cobertura da coleta dos dados**

As informações do Entorno foram coletadas por domicílios para os setores censitários urbanos. Os temas “esgoto a céu aberto” e “lixo acumulado em logradouros” estão relacionados à condição do meio ambiente intraurbano, enquanto os demais temas caracterizam infraestruturas. Alguns aglomerados subnormais<sup>3</sup>, conforme denominação do

---

<sup>3</sup> Aglomerados Subnormais (favelas ou similares): conjunto constituído de, no mínimo, 51 unidades habitacionais (barracos, casas, etc.) carentes, em sua maioria de serviços públicos essenciais, ocupando ou tendo ocupado, até período

IBGE, não foram objeto de coleta nessa categoria por não atingirem o critério mínimo estabelecido pelo IBGE para caracterizar a sub normalidade. A Cobertura foi de mais de 96% dos domicílios urbanos.

Em relação aos equipamentos, são analisados os seguintes:

- 1 Saúde
- 2 Educação
- 3 Assistência Social
- 4 Lazer
- 5 Cultura
- 6 Esportes
- 7 Segurança
- 8 Serviços Municipais<sup>4</sup>

A análise quanto ao atendimento dos equipamentos, também considerou os critérios definidos por Luiz Alberto de Campo Gouvêa<sup>5</sup> (2008), para Saúde e Educação, intrínsecos de cada equipamento e descritos no tópico específico sobre o tema. Quanto aos equipamentos de Lazer, Recreação, Cultura e Esportes, considerou-se os critérios definidos por Anicoli Romanini<sup>6</sup> (2007), conforme descrição no tópico que trata do tema.

Existe uma diferença entre a classificação dos equipamentos pelo IBGE e pela Lei Federal Nº 6.766/79 que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano onde “consideram-se comunitários os equipamentos públicos de educação, cultura, saúde, lazer e similares” e os serviços são também “considerados urbanos os equipamentos públicos de abastecimento de água, serviços de esgotos, energia elétrica, coletas de águas pluviais, rede telefônica e gás canalizado”. Assim, optou-se pela classificação usada pelo IBGE, à qual estão relacionados todos os dados de domicílios recenseados.

Os serviços analisados são: distribuição de energia elétrica, esgotamento sanitário, abastecimento de água e coleta de lixo.

Os dados do censo de 2010 possuem a defasagem de 10 anos, em relação à presente revisão do Plano Diretor Municipal. Para atualizar esses dados, adotou-se a estimativa populacional do IBGE para 2021, partindo do princípio de que o comportamento populacional por setor

---

recente, terreno de propriedade alheia (pública ou particular) e estando dispostas, em geral, de forma desordenada e/ou densa (IBGE, 2010).

<sup>4</sup> Trata-se dos serviços de utilidade pública de assistência ao cidadão, tais como Receita Federal, Fórum Eleitoral, Cemitério Municipal e Prefeitura Municipal.

<sup>5</sup> GOUVÊA, Luiz Alberto de Campos. Cidade Vida: Curso de Desenho Ambiental Urbano. Editora Nobel, 2008, 1o Edição.

<sup>6</sup> ROMANINI, Anicoli. Planejamento Urbano & Equipamentos Comunitários: O Caso de Passo Fundo/RS. 2007.

cenitário tenha sido proporcional ao longo da década. A população, através do **número de domicílios, é o referencial para aferir a capacidade de atendimento**, objeto da presente análise.

A estimativa populacional do IBGE para 2021 mostra um incremento populacional de 12,25%, atingindo o total de **46.940 habitantes municipais**, o que resulta em um crescimento médio anual de 1,11% no intervalo, através do cálculo da média aritmética simples. Conforme IBGE (2010) a média de moradores em domicílios particulares permanentes da situação urbana era de 3,08.

Outra fonte para balizar as estimativas populacionais na presente análise é o PDUR 2007, que apresentava como base da análise populacional, o Censo 2000 do IBGE, quando o município possuía 37.827 habitantes, sendo 33.246 na área urbana e 4.581 na área rural. As grandes transformações que poderiam impactar a curva do crescimento populacional aconteceram em Medianeira na década de 70, como por exemplo, com a implantação da indústria FRIMESA (PDUR, 2007, pág. 8).

Este foi o critério metodológico utilizado para o desenvolvimento das análises, objeto do presente tema. No entanto esta análise é revista de acordo com as ações implantadas nesses 14 anos através de consultas às distintas secretarias de governo.

## 1.1. Análise Temática do PDUR 2007

Este item demonstra a análise das **ações do PDUR 2007** diretamente vinculadas aos temas *infraestrutura, equipamentos e serviços* e através do preenchimento da matriz de ações do Plano de Ações e Investimentos do PDUR 2007, foi realizada a avaliação da implementação de ações do PDUR 2007 voltadas à infraestrutura, equipamentos e serviços conforme os dois itens a seguir.

### 1.1.1 Ações do PDUR 2007 Diretamente Vinculadas aos Temas Infraestrutura, Equipamentos e Serviços

As principais ações do PDUR 2007 vinculadas à capacidade de atendimento e distribuição das infraestruturas, serviços e equipamentos urbanos estão dispostas no **QUADRO 1**.

**QUADRO 1: DEFICIÊNCIAS E AÇÕES PDUR 2007 INFRAESTRUTURAS E SERVIÇOS**

TEMA DE DEFICIÊNCIA	AÇÕES PDUR 2007							
	CÓDIGO	STATUS				PERTINÊNCIA*		AÇÕES
		E	N/E	A	%	SIM	NÃO	
Saneamento ambiental	1.6.1.1	X			40%	SIM		Articular-se com a SANEPAR para ampliação da rede coletora de esgoto em áreas urbanizadas
	2.2.2.2	X			100%	SIM		Elaborar Plano de Saneamento Ambiental

TEMA DE DEFICIÊNCIA	AÇÕES PDUR 2007							
	CÓDIGO	STATUS				PERTINÊNCIA*		AÇÕES
		E	N/E	A	%	SIM	NÃO	
	2.5.1.1		X			SIM		Estabelecer programa de coleta de resíduos sólidos no meio da rua
	2.5.1.2			X		SIM		Construir aterro sanitário
	2.5.1.3		X			SIM		Estabelecer programa de reutilização do entulho gerado pela construção civil.
	2.5.1.4		X			SIM		Estabelecer área adequada para recebimento de resíduos industriais e da construção civil.
	2.5.1.5		X			SIM		Estabelecer locais e horários adequados para depósito de resíduos sólidos na área central da cidade.
	2.5.2.1			X	35%	SIM		Estabelecer programa de compostagem
Qualificação de passeios públicos	1.6.2.2		X		0	SIM		Estabelecer programa de pavimentação em passeios públicos de elevado movimento e que integram o sistema viário principal da cidade
	1.6.2.3	X			98%	SIM		Estabelecer programa de pavimentação urbana, galerias e sinalização viária
	1.6.2.4			X	70%	SIM		Estabelecer programa de pavimentação do sistema viário principal, como as margeantes
Qualificação espaços lazer, recreação e eventos	1.6.3.4			X	90%	SIM		Promover a readequação e ampliação de espaço físico para lazer e esportes.
	1.6.3.22	X			50%	SIM		Construção de equipamentos de esporte, lazer, recreação e eventos públicos nos bairros.
	3.6.1.1		X				NÃO	Promover a utilização do Parque de Exposições.
Estrutura para atividades culturais	2.6.2.1		X			SIM		Prover infraestrutura para atividades culturais
	1.1.1.2	X			100%	SIM		Estabelecer programas de qualificação de mão de obra
	1.6.3.26		X			SIM		Construção de Museu
	1.6.3.8			X	100%	SIM		Promover a instalação da Biblioteca Pública em local adequado e acessível.
Espaços de educação infantil	1.6.3.6			X	85%	SIM		Construção de CMEI - Centro Municipal de Educação Infantil. (2 CMEI)
	1.6.3.7			X	95%	SIM		Ampliação e adequação das CMEI - Centro Municipal de Educação Infantil já existentes.
Terminal rodoviário	1.6.3.20		X			SIM		Construção de novo Terminal Rodoviário

TEMA DE DEFICIÊNCIA	AÇÕES PDUR 2007							
	CÓDIGO	STATUS				PERTINÊNCIA*		AÇÕES
		E	N/E	A	%	SIM	NÃO	
Assistência Social	1.1.1.1	X					NÃO	Estabelecer programa que atenda a população itinerante oriundos da fronteira do Brasil com o Paraguai e de andarilhos
	1.6.3.13	X					NÃO	Promover a ampliação e adequação dos Centros de Convivência de Idosos. (2 UNID)
	1.6.3.14		X				NÃO	Promover a ampliação e adequação da Casa Abrigo.
	1.6.3.15		X				NÃO	Promover a ampliação e adequação do CEACA - Centro de Atendimento e Amparo à Criança e ao Adolescente.
	1.6.3.16		X			SIM		Construção de CRAS - Centro de Referência de Assistência Social
	1.6.3.17		X			SIM		Construir sede para o Conselho Tutelar
	1.6.3.18		X				NÃO	Construir espaço físico que abrigue o CREAS.
	1.6.3.19		X				NÃO	Promover a ampliação e adequação da Estação do Ofício.
	1.7.2.1			X		SIM		Estabelecer programa de implantação e fortalecimento dos conselhos municipais.
	1.8.1.1			X		SIM		Estruturar equipe de trabalho para atuação na política de assistência social.
3.1.1.1	X				SIM		Estabelecer programa de qualificação de mão de obra para gerar emprego e renda.	

Fonte: PDUR 2007. Prefeitura Municipal 2020. Elaboração Tese Tecnologia.

Nota Explicativa \* Continuidade e/ou permanência da ação a ser recomendada/incluída na presente revisão

Siglas

E - EXECUTADO, N/E - NÃO EXECUTADO, A - EM ANDAMENTO, % - PORCENTAGEM DE ANDAMENTO

### AÇÕES DO PDUR 2007 VOLTADAS AO SANEAMENTO AMBIENTAL

As ações de saneamento, mesmo consideradas executadas, na presente revisão ainda são pertinentes pois já cumpriram sua missão inicial, necessitando implantar sua continuidade.

As ações que não foram executadas ou parcialmente executadas, deverão ser objeto de diretrizes e sua quantificação para as ações a integrem o PAI da presente revisão do PDUR 2007.

Quanto a algumas das ações, como a implantação de programa de coleta de resíduos sólidos depositados no meio dos logradouros, sabe-se que o Município tem coleta seletiva, mas não foca a coleta nos logradouros. Desta forma, permanecem lá. A coleta abrange a área urbana e rural (100%), mas não é eficiente, pois nem todos separam o lixo e em vários casos, quando fica na rua, o lixo é coletado pelo caminhão de lixo comum.

De acordo com Prefeitura Municipal (2021), há necessidade da elaboração de um programa de separação consciente, com recipientes de resíduos (orgânico, reciclável e não reciclável) separados. Também sendo necessária a implementação de Política de Gestão de Resíduos

Municipal, prevendo pontos comunitários nas ruas e avenidas (minimamente 1 ou 2 pontos por rua para descarte dos resíduos para a população geral), facilitando a coleta.

### **AÇÕES DO PDUR 2007 VOLTADAS ÀS INFRAESTRUTURAS URBANAS**

Quanto à situação dos passeios e a necessidade de sua requalificação, apesar de consideradas pertinentes, duas ações foram executadas parcialmente nos patamares de 2 a 30%. Essas ações no escopo do PDUR 2007, se relacionam e são complementares aos programas voltados à pavimentação de logradouros públicos assim como a implantação de galerias de drenagem e sinalização viária.

Assim, para atendimento dessa deficiência, há que se desenvolver um grande programa de requalificação dos passeios pois esta ação só foi feita onde houve pavimentação e recapeamento nos bairros. Os passeios centrais que recebem grande volume de pedestres não foram requalificados.

Quanto às quedas no fornecimento energético, esta deficiência extrapola a capacidade de ação da Prefeitura, estando no âmbito do Estado, sob a responsabilidade da Copel.

Desta forma, a análise das Deficiências elencadas no âmbito do PDUR 2007, referentes à infraestrutura, deverão ser complementadas pelas análises a seguir, relativas a cada um dos temas que a compõe, através dos micro dados contidos nos setores censitários do IBGE, conforme metodologia adotada.

### **AÇÕES DO PDUR 2007 VOLTADAS AOS EQUIPAMENTOS URBANOS**

Quanto aos equipamentos, com relação às ações previstas para sanar as carências apontadas pelo PDUR, para a qualificação de espaços para recreação e lazer foram previstas 3 ações. A promoção à readequação e ampliação de espaços físicos para lazer e esportes encontra-se 90% executada, portanto, no íterim de 2007 até atualmente, os espaços existentes foram melhorados. Quanto à construção de novos equipamentos de esporte, lazer recreação e eventos públicos nos bairros, apenas 50% das mudanças previstas foram implementadas, portanto tal ação deve ainda ser mantida para continuidade no processo. Já com relação ao uso do Parque de Exposições (já extinto) como espaço para eventos, tal premissa não foi executada e não possui mais pertinência ser mantida na atual revisão.

A implementação de instalações para realização de atividades culturais contempladas no PDUR 2007 possui 4 ações específicas, apontadas na análise temática integrada de então. Há carências nesse aspecto, havendo necessidade em manter-se as propostas existentes, dentre elas a construção de Museu da Cidade e a Casa da Memória. Tais propostas viabilizam manutenção da preservação do patrimônio cultural material e imaterial do município e são uma das principais linhas de força para manutenção da identidade de Medianeira.

Nos espaços destinados para educação infantil, foram previstas 2 ações, estando ambas em andamento. Os CMEIS existentes já foram em sua maioria melhorados e as duas unidades em construção encontram-se praticamente concluídas até a presente revisão.

Com relação às melhorias dos programas de qualificação de mão de obra foi construído o SENAI/SENAC local e houve vários cursos na antiga escola do trabalho que foi demolida, fundamentais ao fortalecimento socioeconômico municipal, sendo importante sua reedição através do resgate da escola, ou outra que a substitua, e a continuidade dos cursos com temas pertinentes às necessidades atuais, com uma visão das necessidades futuras da empregabilidade dos cidadãos e de novas profissões e áreas de negócio no município.

Outra obra prioritária prevista no PDUR 2007 foi a construção de novo terminal rodoviário, ainda não implementada, que deve ser mantida como proposta da atual revisão. O novo terminal rodoviário deve facilitar a mobilidade e tráfego local, pois sua incompatibilidade com a inserção urbana, por ser um polo gerador de tráfego, foi um dos principais problemas relatados no PDUR 2007.

Conforme MEDTRAN (2021) a atual localização do equipamento urbano Terminal Rodoviário na área central sobrecarrega o fluxo em seu entorno e gera outros problemas, como:

- Falta de capacidade do sistema viário do entorno desse equipamento – vias de acesso e vias limítrofes
- Estacionamento
- Circulação de ônibus em vias comerciais
- Infraestrutura ineficiente
- Acidentes de trânsito

Tendo em vista tais fatores, entende-se de que o Terminal rodoviário é uma obra prioritária e urgente, devendo ser construída em local adequado (próximo a BR) facilitando a mobilidade urbana e a gestão do tráfego na região central, visando decentralizar o fluxo e priorizando novas áreas para crescimento econômico, com grande probabilidade de novos centros comerciais.

Em se tratando de mobilidade Urbana, o MEDTRAN também enfatiza necessidades em:

- Estudos Técnicos e execução de implementação de binários nas ruas centrais
- Abertura da Av. Brasília, a partir da Rua Goiás até a Rua Guaira e a Rua Guairá partindo da Av. Brasília até a Rua Iguazu
- Abertura da Av. João XXIII, até a área industrial
- Aberturas dos canteiros centrais
- Construção de novos viadutos
- Transporte público eficiente
- Ciclovias

Conforme a Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS, 2021), foi implantado o serviço de acolhimento em Casa de Passagem e o Serviço de Abordagem Social à população em situação de rua e em trânsito pela cidade, serviço executado por entidade socioassistencial (vinculado à ação 1.1.1.1 do PDUR 2007). Esse serviço deve ser avaliado anualmente acerca do aumento de vagas disponibilizadas e cofinanciadas, visto o aumento crescente de pessoas em trânsito por Medianeira e que procuram o serviço da casa.

Acerca da ampliação e adequação dos Centros de Convivência de Idosos (ação 1.6.3.13 do PDUR 2007), ressalta-se que foi ampliada a unidade e atende à demanda, não sendo necessária a construção de mais um CCI.

Quanto à ação de Promover a ampliação e adequação da Casa Abrigo (ação 1.6.3.14 do PDU 2007), não houve mais a necessidade, visto que anteriormente o espaço estava em local público, mas não era o adequado, sendo que a execução do Serviço de Acolhimento Institucional em Casa Lar é desenvolvido por entidade socioassistencial que é responsável por local e manter o local adequado e conforme exigido nas orientações técnico do serviço de acolhimento para crianças e adolescentes, por isso não há mais a necessidade de ampliação ou adequações. Além disso, enfatiza-se que houve a implantação do serviço de acolhimento em Família Acolhedora no município, sendo essa a preferência de acolhimento.

Em relação a Promover a ampliação e adequação do Centro de Atendimento e Amparo a Criança e ao Adolescente (CEACA) (ação 1.6.3.15 do PDUR 2007), não é uma ação que deva permanecer, pois o CEACA foi extinto em 2016. O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) é executado por entidade socioassistencial que deve fornecer o local ou realizar o serviço em espaço da comunidade visando o fortalecimento e o pertencimento dos vínculos com a comunidade.

A construção de duas unidades do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), ação 1.6.3.16 do PDUR 2007 ainda não executada possui pertinência na presente revisão, pois o atual CRAS funciona em um espaço cedido pelo poder público sem as devidas adaptações necessárias, porém há necessidade de sua sede própria, além da construção de mais 1 CRAS na região do Bairro Jardim Irene, devido ao maior número de famílias em situação de vulnerabilidade social. Sendo que no planejamento de adaptação do CRAS e do novo, deverá conter espaço para promover a realização de oficinas e cursos de geração de emprego para adultos e também demais oficinas para crianças e adolescente, serviço este que é desenvolvido no Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), sendo que essas ações eram executadas na Estação Ofício, conforme ação prevista na 1.6.3.19, porém o espaço onde estava localizado foi utilizado para construção da nova prefeitura.

Quanto ao Programa Sentinela que foi incluído nas ações do Plano Diretor de 2007 para construção própria para atendimento, com o advento do Sistema Único de Assistência Social – SUAS em 2006 o Programa Sentinela de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes foi inserido como serviço obrigatório oferecido no CREAS, equipamento da Assistência Social que desenvolve o Serviço de Proteção e Atendimento

Especializado a Famílias e Indivíduos – PAEFI e o Programa Sentinela foi substituído pelo Serviço de Proteção Social a Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência, Abuso e Exploração Sexual e suas Famílias. Nesse sentido, a ação de construção de local próprio é para o equipamento CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social que já foi contemplado com construção própria e inaugurada em dezembro/2020.

O Conselho Tutelar está vinculado administrativamente a assistência social e conforme a SMAS (2021), a construção de sede própria ainda é pertinente permanecer (ação 1.6.3.17 do PDUR 2007), entretanto já existem recursos previstos (R\$ 300.000,00) a serem destinados para este fim.

Destaca-se que a Secretaria Municipal de Assistência Social elenca 6 novas ações que deverão integrar as propostas para este tema na presente revisão, conforme disposto a seguir:

- Construir espaço físico ou reformar e ampliar espaço público para Sede para o Programa Família Acolhedora - Serviço da Alta Complexidade - Serviço de Acolhimento Familiar<sup>7</sup>
- Construir espaço físico para o Serviço de Centro Dia (Serviço da Proteção Social Especial de Média Complexidade para Pessoas com Deficiência, Idosas)<sup>8</sup>
- Construir Espaço Físico para Abrigo Institucional de Idosos - Instituição de Longa Permanência para Idosos (Serviço da Proteção Social Especial de Alta Complexidade)
- Implantar Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora para Idosos e Pessoas com Deficiência
- Implantar programa de guarda subsidiada para crianças e adolescentes em situação de risco social
- implantar programa de apadrinhamento afetivo e financeiro voltado para crianças e adolescentes que vivem em situação de acolhimento institucional ou familiar.

### **1.1.2 Avaliação da Implementação das Ações do PDUR 2007 Voltadas à Infraestrutura, Equipamentos e Serviços**

Extraídas também das 129 ações que compõem o Plano de Ações e Investimentos do PDUR 2007, identificam-se 55 ações relacionadas à infraestrutura, equipamentos e serviços. Tais ações foram também submetidas às análises da Equipe Técnica Municipal ETM e do Grupo de

---

<sup>7</sup> Nota da Secretaria Municipal de Assistência Social: Hoje o serviço é desenvolvido na sede do CREAS, que desenvolve serviços de proteção social especial de média complexidade, porém o serviço de acolhimento familiar é de alta complexidade e conforme orientações da NOB - RH/SUAS determina que precisa de espaço e equipe RH próprios.

<sup>8</sup> Nota da Secretaria Municipal de Assistência Social: O Centro Dia é uma unidade pública destinada ao atendimento especializado a pessoas idosas e a pessoas com deficiência que tenham algum grau de dependência de cuidado.

Acompanhamento GA. Seus status de implementação estão classificados em: E- Executada; N/E- Não executada; A- Em andamento e % o percentual já executado. A Pertinência diz respeito à continuidade das ações no escopo das Diretrizes da revisão do PDUR 2007.

Quanto à política “A”, Desenvolvimento Urbano e Municipal, estão relacionadas 41 ações relativas a infraestruturas, equipamentos e serviços. Dessas ações, 37% já foram executadas, 34% não foram e 29% ainda estão em andamento, como classificadas no **QUADRO 2** a seguir.

**QUADRO 2: AÇÕES DA POLÍTICA “A” DO PAI-PDUR 2007**

POLÍTICA A - Desenvolvimento Urbano e Municipal							
CÓD.	STATUS*				PERTINÊNCIA		AÇÕES
	E	N/E	A	%	SIM	NÃO	
<b>1.1</b>	<b>Eliminar desigualdades sociais;</b>						
<b>1.1.1</b>	<b>Estabelecer programas e reeducação para eliminação de desigualdades sociais</b>						
1.1.1.1	X					NÃO	Estabelecer programa que atenda a população itinerante oriundos da fronteira do Brasil com o Paraguai e de andarilhos
1.1.1.2	x		x	100%	SIM		Estabelecer programas de qualificação de mão de obra
<b>1.4</b>	<b>Reeducação dos princípios dos Serviços Públicos;</b>						
<b>1.4.1</b>	<b>Estabelecer parceria público/ ensino superior</b>						
1.4.1.1			x		SIM		Estabelecer parcerias com Instituições de Ensino Superior para prestação de serviços à comunidade
<b>1.5</b>	<b>Sustentabilidade ambiental, econômica, social, espacial e institucional;</b>						
<b>1.5.2</b>	<b>Uso racional do solo urbano e rural</b>						
1.5.2.4	x			70%	SIM		Regularizar áreas de interesse público para implantação de equipamentos urbanos
<b>1.6</b>	<b>Fomentar e ampliar os investimentos;</b>						
<b>1.6.1</b>	<b>Realizar saneamento básico extensivo a toda população</b>						
1.6.1.1	x			40%	SIM		Articular-se com a SANEPAR para ampliação da rede coletora de esgoto em áreas urbanizadas
<b>1.6.2</b>	<b>Melhorar a infraestrutura viária</b>						
1.6.2.1	x			20%	SIM		Estabelecer programa de qualidade nas estradas e vias de acesso
1.6.2.2		x		0	SIM		Estabelecer programa de pavimentação em passeios públicos de elevado movimento e que integram o sistema viário principal da cidade
1.6.2.3	x			98%	SIM		Estabelecer programa de pavimentação urbana, galerias e sinalização viária
1.6.2.4			x	70%	SIM		Estabelecer programa de pavimentação do sistema viário principal, como as margeantes
1.6.2.5		x		0	SIM		Estabelecer programa de acessibilidade urbana
1.6.2.6			x	70%	SIM		Estabelecer programa de manutenção de vias já pavimentadas
1.6.2.7	x			20%	SIM		Promover a execução de ciclovia ligando a cidade até o Distrito Industrial, e para outros locais que geram demanda
<b>1.6.3</b>	<b>Adequar equipamentos urbanos à demanda</b>						
1.6.3.1	x			100%	SIM		Construção do Paço Municipal que abrigue as diversas Secretarias Municipais e Secretaria Executiva dos Conselhos
1.6.3.2		x			SIM		Construção da Câmara Municipal
1.6.3.3			x	70%	SIM		Promover a readequação e ampliação das Escolas
1.6.3.4			x	90%	SIM		Promover a readequação e ampliação de espaço físico para lazer e esportes
1.6.3.5			x	95%	SIM		Adaptar a infraestrutura das escolas para receberem alunos portadores de necessidades especiais (rampas e adaptação de banheiros)
1.6.3.6			x	85%	SIM		Construção de CMEI - Centro Municipal de Educação Infantil (2 CMEI)
1.6.3.7			x	95%	SIM		Ampliação e adequação das CMEI - Centro Municipal de Educação Infantil já existentes
1.6.3.8			x	100%	SIM		Promover a instalação da Biblioteca Pública em local adequado e acessível
1.6.3.9	x			100%	SIM		Promover a ampliação e adequação do Centro de Saúde Central
1.6.3.10		x			SIM		Promover a construção do Centro de Zoonoses
1.6.3.11	x			100%	SIM		Promover a construção de Unidade de Saúde nos Bairros
1.6.3.12		x			SIM		Construção do Centro de Especialidades Odontológicas
1.6.3.13	X					NÃO	Promover a ampliação e adequação dos Centros de Convivência de Idosos. (2 UNID)
1.6.3.14		X				NÃO	Promover a ampliação e adequação da Casa Abrigo.
1.6.3.15		X				NÃO	Promover a ampliação e adequação do CEACA - Centro de Atendimento e Amparo à Criança e ao Adolescente.
1.6.3.16		X			SIM		Construção de CRAS - Centro de Referência de Assistência Social
1.6.3.17		X			SIM		Construir sede para o Conselho Tutelar
1.6.3.18		X				NÃO	Construir espaço físico que abrigue o CREAS.
1.6.3.19		X				NÃO	Promover a ampliação e adequação da Estação do Ofício.
1.6.3.20		x			SIM		Construção de novo Terminal Rodoviário

POLÍTICA A - Desenvolvimento Urbano e Municipal							
CÓD.	STATUS*				PERTINÊNCIA		AÇÕES
	E	N/E	A	%	SIM	NÃO	
1.6.3.21	x			80%	SIM		Conclusão da Praça Central
1.6.3.22	x			50%	SIM		Construção de equipamentos de esporte, lazer, recreação e eventos públicos nos bairros
1.6.3.23	x			10%	SIM		Promover a ampliação e adequação do Centro Poliesportivo Municipal
1.6.3.24	x			20%	SIM		Promover a construção de praças, parques e bosques
1.6.3.25		x			SIM		Adequar e equipar com mobiliários urbanos os triângulos formados pelas Av. diagonais
1.6.3.26		x			SIM		Construção de Museu
1.6.3.27					SIM		Construir espaço físico para o serviço de acolhimento e risco
1.7	Investir nas políticas públicas: sociais e econômicas;						
1.7.2	Ter a participação da população nas decisões públicas através de Conselhos						
1.7.2.1			X		SIM		Estabelecer programa de implantação e fortalecimento dos conselhos municipais.
1.8	Reeducação dos princípios dos Serviços Públicos						
1.8.1	Programa de capacitação de recursos humanos						
1.8.1.1			X		SIM		Estruturar equipe de trabalho para atuação na política de assistência social.
<b>AÇÕES</b>							
<b>38</b>							
* E - EXECUTADO, N/E - NÃO EXECUTADO, A - EM ANDAMENTO, % - PORCENTAGEM DE ANDAMENTO PERTINÊNCIA - Deve ser mantido ou não deve ser mantido - Justificar							

Fonte: PDUR 2007. Prefeitura Municipal 2020. Elaboração Tese Tecnologia.

Em relação à política “B”, Sistemática Permanente de Planejamento Urbano (**QUADRO 3**), estão relacionadas 11 ações pertinentes a infraestruturas, equipamentos e serviços. Destas ações, 36% foram executadas, 45% não foram e 18% ainda estão em andamento.

### QUADRO 3: AÇÕES DA POLÍTICA “B” DO PAI-PDUR 2007

POLÍTICA B - Sistemática Permanente de Planejamento Urbano							
CÓD.	STATUS				PERTINÊNCIA		AÇÕES
	E	N/E	A	%	SIM	NÃO	
2.1	Aproveitar os negócios já existentes (agroindústrias, comércio, educação, serviços, etc.) para a geração de outros, num efeito cadeia, multiplicador;						
2.1.2	Otimizar a fruição do entroncamento rodoviário						
2.1.2.2	x			30%	SIM		Melhorar a trafegabilidade de algumas estradas que dão acesso aos empreendimentos turísticos
2.2	Política de continuidade da Programação Ambiental sequenciada e ininterrupta;						
2.2.2	Desenvolver pesquisa na e para a biodiversidade local						
2.2.2.2	x			100%	SIM		Elaborar Plano de Saneamento Ambiental
2.4	Melhorar a Qualidade de vida, melhorando os instrumentos legais e tendo fiscalização participativa;						
2.4.2	Adequar os instrumentos legais para aplicação eficiente						
2.4.2.2		x			NÃO		Regulamentar o uso do Parque de Exposições
2.5	Identificar novas potencialidades no município através de pesquisas utilizando as Universidades/ Faculdades;						
2.5.1	Realizar programas e projetos para destinação de resíduos (construção civil, industrial e doméstico - onde não há)						
2.5.1.1	x			100%	SIM		Estabelecer programa de coleta de resíduos sólidos no meio da rua
2.5.1.2	x			100%	SIM		Construir aterro sanitário
2.5.1.3		x			SIM		Estabelecer programa de reutilização do entulho gerado pela construção civil
2.5.1.4		x			SIM		Estabelecer área adequada para recebimento de resíduos industriais e da construção civil
2.5.1.5		x			SIM		Estabelecer locais e horários adequados para depósito de resíduos sólidos na área central da cidade
2.5.2	Reaproveitar resíduo orgânico						
2.5.2.1			x	35%	SIM		Estabelecer programa de compostagem
2.5.4	Adequar e sistematizar a arborização urbana						
2.5.4.1			x	10%	SIM		Estabelecer programa de arborização urbana em vias públicas com espécies adequadas à calçadas e a fiação elétrica
2.6	Capacitar os recursos humanos e divulgar/ orientar a população						
2.6.2	Oferecer atividades culturais para a população						
2.6.2.1		x			SIM		Prover infraestrutura para atividades culturais
<b>AÇÕES</b>							
<b>11</b>							
* E - EXECUTADO, N/E - NÃO EXECUTADO, A - EM ANDAMENTO, % - PORCENTAGEM DE ANDAMENTO PERTINÊNCIA - Deve ser mantido ou não deve ser mantido - Justificar							

Fonte: PDUR 2007. Prefeitura Municipal 2020. Elaboração Tese Tecnologia.

Em relação à política “C”, conforme **QUADRO 4** a seguir, relativo à Dinamização e Ampliação de Atividades Econômicas, identificam-se 6 ações relativas a infraestruturas, equipamentos e serviços. Dessas ações, 33% já foram executadas, 17% não foram e 50% ainda estão em andamento.

**QUADRO 4: AÇÕES DA POLÍTICA “C” DO PAI-PDUR 2007**

POLÍTICA C- Dinamização e Ampliação das Atividades Econômicas							
CÓD.	STATUS				PERTINÊNCIA		AÇÕES
	E	N/E	A	%	SIM	NÃO	
3.1	Formar e fortalecer a representatividade política com princípios éticos e de continuidade nas ações focados em Medianeira e suas características de polo						
3.1.1	Eliminar Desigualdades Sociais						
3.1.1.1	x				SIM		Estabelecer programa de qualificação de mão de obra para gerar emprego e renda
3.1.2	Otimizar a fruição do entroncamento rodoviário						
3.1.2.1			x	40%	SIM		Estabelecer programa de otimização dos entroncamentos rodoviários
3.2	Recuperação das micro bacias do município (urbana e rural)						
3.3	Educação empreendedora.						
3.3.2	Reestruturação legal do parque industrial						
3.3.2.3			x	30%	SIM		Adequar a infraestrutura na Área Industrial
3.4	Gestão pública com Gestão democrática						
3.5	Ampliação da utilização do SIG como diferencial no contexto de Banco de Dados						
3.5.1	Adequar a infraestrutura municipal para a mobilidade de pessoas, cargas e serviços						
3.5.1.1	x			80%	SIM		Estruturar a Rua Iguazu para que se torne uma via de comércio (execução de passeios, faixas para estacionamento, e galerias pluviais)
3.5.1.2			x	80%	SIM		Estabelecer programa de adequação de estradas rurais - (acessibilidade e trafegabilidade)
3.6	Aumento do fluxo de pessoas no comércio.						
3.6.1	Espaço adequado para promoção de eventos e convenções						
3.6.1.1		x				NÃO	Promover a utilização do Parque de Exposições
3.8	Ações integradas com a comunidade.						
<b>AÇÕES</b>							
<b>6</b>							
* E - EXECUTADO, N/E - NÃO EXECUTADO, A - EM ANDAMENTO, % - PORCENTAGEM DE ANDAMENTO							
PERTINÊNCIA - Deve ser mantido ou não deve ser mantido - Justificar							

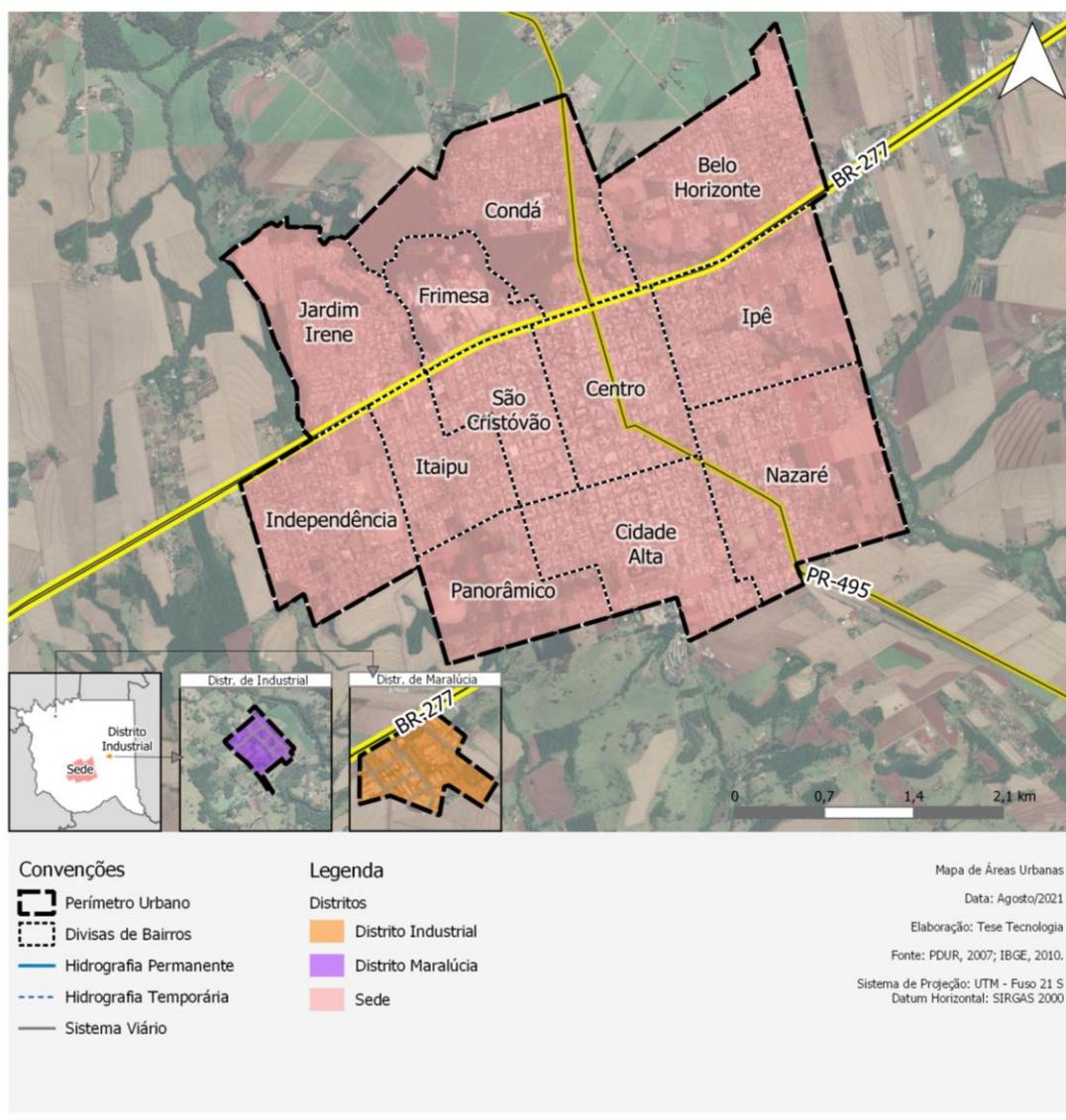
Fonte: PDUR 2007. Prefeitura Municipal 2020. Elaboração Tese Tecnologia.

As análises referentes ao PAI- PDUR 2007 também apontam para o total de 50 ações relacionadas com infraestruturas, serviços e equipamentos urbanos, prevalentes para a atual revisão, na leitura da realidade atual do município.

## 1.2. Localização das zonas urbanas

O município possui 3 distritos urbanos: a Sede, Maralúcia e Distrito industrial, totalizando 1.759,6 ha, de acordo com os perímetros urbanos vigentes, que possuem, respectivamente, 1.689,88 ha, 16,28 ha e 53,5 ha, sendo que a Sede possui 42 setores censitários e cada um dos distritos apenas 1. O Distrito Sede, está localizado na interseção das rodovias BR-277 e PR 495. O Distrito de Maralúcia ao norte do município, na continuidade da PR 495 e o Distrito Industrial na continuidade da BR-277, a oeste do município (**FIGURA 1**).

FIGURA 1: LOCALIZAÇÃO DOS DISTRITOS URBANOS



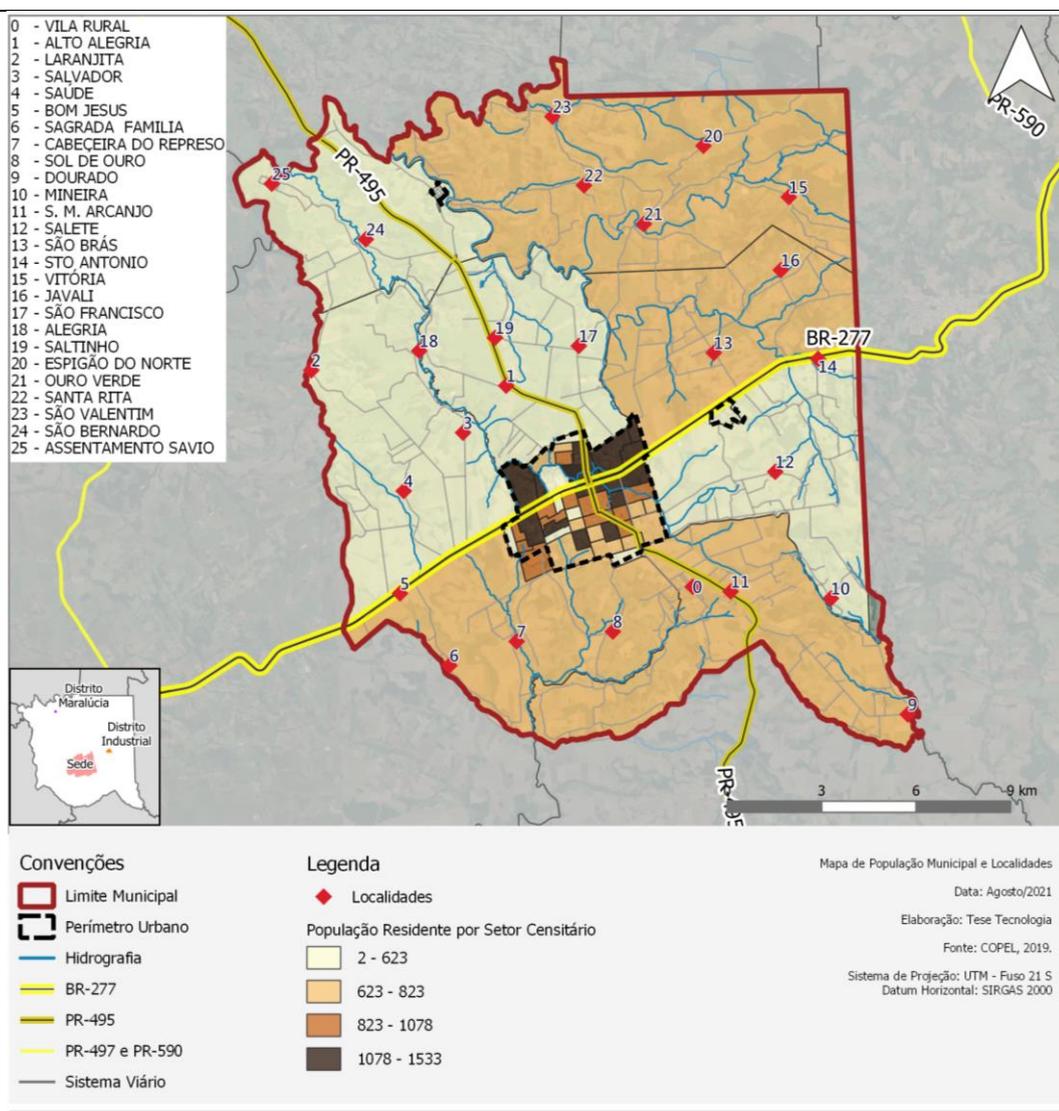
Fonte: PDUR 2007; IBGE, 2010. Elaboração Tese Tecnologia, 2021.

Também existem em Medianeira 28 localidades classificadas como aglomerados rurais<sup>9</sup>, que por não serem classificadas como áreas urbanas, de acordo com o critério do IBGE, integraram o censo como áreas rurais, devido ao seu porte, pois a presente revisão contempla, neste tópico, o atendimento e distribuição das infraestruturas equipamentos e serviços públicos nas áreas urbanas, classificadas pelo IBGE como distritos municipais. Essas localidades estão uniformemente distribuídas no território municipal e são tratadas com maior detalhamento no item 2.5 Uso e ocupação do Solo Atual da presente revisão.

<sup>9</sup>Localidade situada em área não definida legalmente como urbana e caracterizada por um conjunto de edificações permanentes e adjacentes, formando área continuamente construída, com arruamentos reconhecíveis ou dispostos ao longo de uma via de comunicação (Resolução IBGE – PR nº 007 de 04/01/1989).

Note-se que na área rural do município, a população é esparsa sendo que os setores com maior número de habitantes em situação rural estão nas porções nordeste e sul do município. Dentre as áreas urbanas, a maior concentração populacional está nas porções centrais e norte do perímetro urbano sede, conforme ilustra a **FIGURA 2**.

**FIGURA 2: MAPA DE POPULAÇÃO RESIDENTE E LOCALIDADES**



Fonte: PDUR 2007. Elaboração Tese Tecnologia, 2021.

### 1.3. Análise da distribuição populacional e de domicílios por setor censitário

A presente análise por setor censitário tem como base a definição do IBGE do que são domicílios<sup>10</sup>: “as localizações estruturalmente separadas e independentes, destinadas ao uso habitacional” da população de cada setor.

<sup>10</sup> Base de informações do Censo Demográfico 2010: Resultados do Universo por setor censitário – IBGE, 2011.

O IBGE (2011) define os domicílios particulares permanentes como “*local construído para servir, exclusivamente, à habitação*” e, na data de referência do censo, tinha a finalidade de servir de moradia a uma ou mais pessoas”.

No ano de 2010 a população residente no município totalizava 41.817 habitantes, sendo 4.427 da área rural e 37.390 habitantes da área urbana (destes 37.187 habitantes da sede, 127 do distrito de Maralúcia e 76 do distrito Industrial).

Para 2021 o IBGE estimou **46.940 habitantes** municipais, equivalentes a um incremento de 12,25% em relação à população de 2010. Com os 12,25% de crescimento, a população urbana seria de 41.971 habitantes, sendo 41.743 da sede, 143 de Maralúcia e 85 do distrito Industrial.

Quanto à estimativa para 2030, o município teria 51.645 habitantes municipais, equivalentes a um incremento de 10,02% em relação à população de 2021 (considerado o crescimento anual de 1,11%). Com os 10,02% de crescimento, a população urbana seria de 46.178 habitantes, sendo 45.927 da sede, 157 de Maralúcia e 94 do distrito Industrial.

A **TABELA 1**, a seguir, apresenta o crescimento estimado da população e domicílios por setores censitários nos 3 distritos municipais até o ano de 2030.

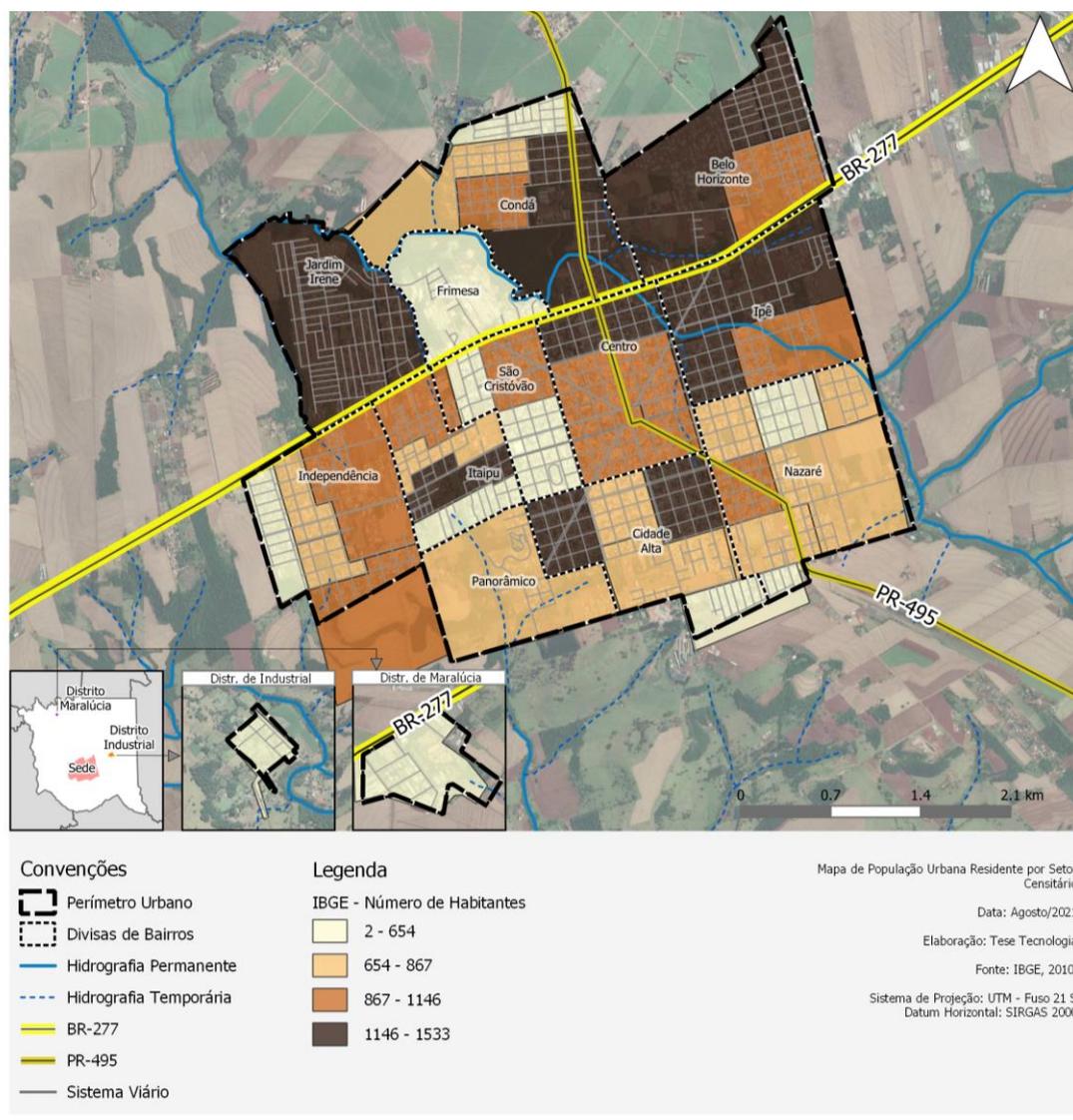
**TABELA 1: HABITANTES E DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES NOS SETORES CENSITÁRIOS URBANOS**

Distrito	Censo 2010			Estimativas			
				2021		2030	
	População	Domicílios	Média Hab./Dom	População	Domicílios	População	Domicílios
Sede	912	343	2,65	1.024	386	1.126	425
	1.063	375	2,83	1.193	422	1.313	464
	871	331	2,63	978	372	1.076	409
	1.185	419	2,83	1.330	470	1.464	517
	1.302	422	3,08	1.462	475	1.608	522
	1.248	400	3,12	1.401	449	1.541	494
	1.000	311	3,20	1.123	351	1.235	386
	856	275	3,11	961	309	1.057	340
	643	219	2,94	722	246	794	270
	736	243	3,03	826	273	909	300
	1.161	399	2,91	1.303	448	1.434	493
	810	263	3,08	909	295	1.000	325
	1.268	406	3,12	1.423	456	1.566	502
	545	187	2,86	612	214	673	235
	455	178	2,56	511	200	562	220
	593	184	3,15	666	211	732	232
Sede	1.289	428	3,00	1.447	482	1.592	531
	1.041	331	3,15	1.169	371	1.286	408
	1.393	402	3,45	1.564	453	1.720	499
	1.141	362	3,15	1.281	407	1.409	447

Distrito	Censo 2010			Estimativas			
				2021		2030	
	População	Domicílios	Média Hab./Dom	População	Domicílios	População	Domicílios
	1.185	363	3,26	1.330	408	1.464	449
	657	192	3,42	737	216	811	237
	1.215	387	3,14	1.364	434	1.501	478
	1.018	334	3,05	1.143	375	1.257	412
	861	259	3,32	966	291	1.063	320
	835	254	3,29	937	285	1.031	313
	1.533	445	3,44	1.721	500	1.893	550
	1.163	358	3,25	1.305	402	1.436	442
	906	277	3,14	1.017	324	1.119	356
	759	233	3,26	852	261	937	288
	724	232	3,12	813	260	894	287
	862	274	3,15	968	307	1.065	338
	1.042	306	3,41	1.170	343	1.287	377
	1.122	372	2,95	1.259	427	1.386	470
	706	213	3,31	792	239	872	263
	682	212	3,02	766	253	842	279
	645	229	2,79	724	260	797	286
	944	337	2,79	1.060	380	1.166	418
	400	137	2,92	449	154	494	169
	409	129	3,17	459	145	505	159
	2	1	2,00	2	1	2	1
	5	2	2,50	6	2	6	2
<b>Subtotal</b>	<b>37.187</b>	<b>12.024</b>	-	<b>41.743</b>	<b>13.556</b>	<b>45.927</b>	<b>14.915</b>
Maralúcia	127	41	3,10	143	46	157	51
Industrial	76	26	2,85	85	30	94	33
<b>Total</b>	<b>37.390</b>	<b>12.091</b>	-	<b>41.971</b>	<b>13.632</b>	<b>46.178</b>	<b>14.998</b>

Fonte: IBGE, 2010. Elaboração Tese Tecnologia, 2021.

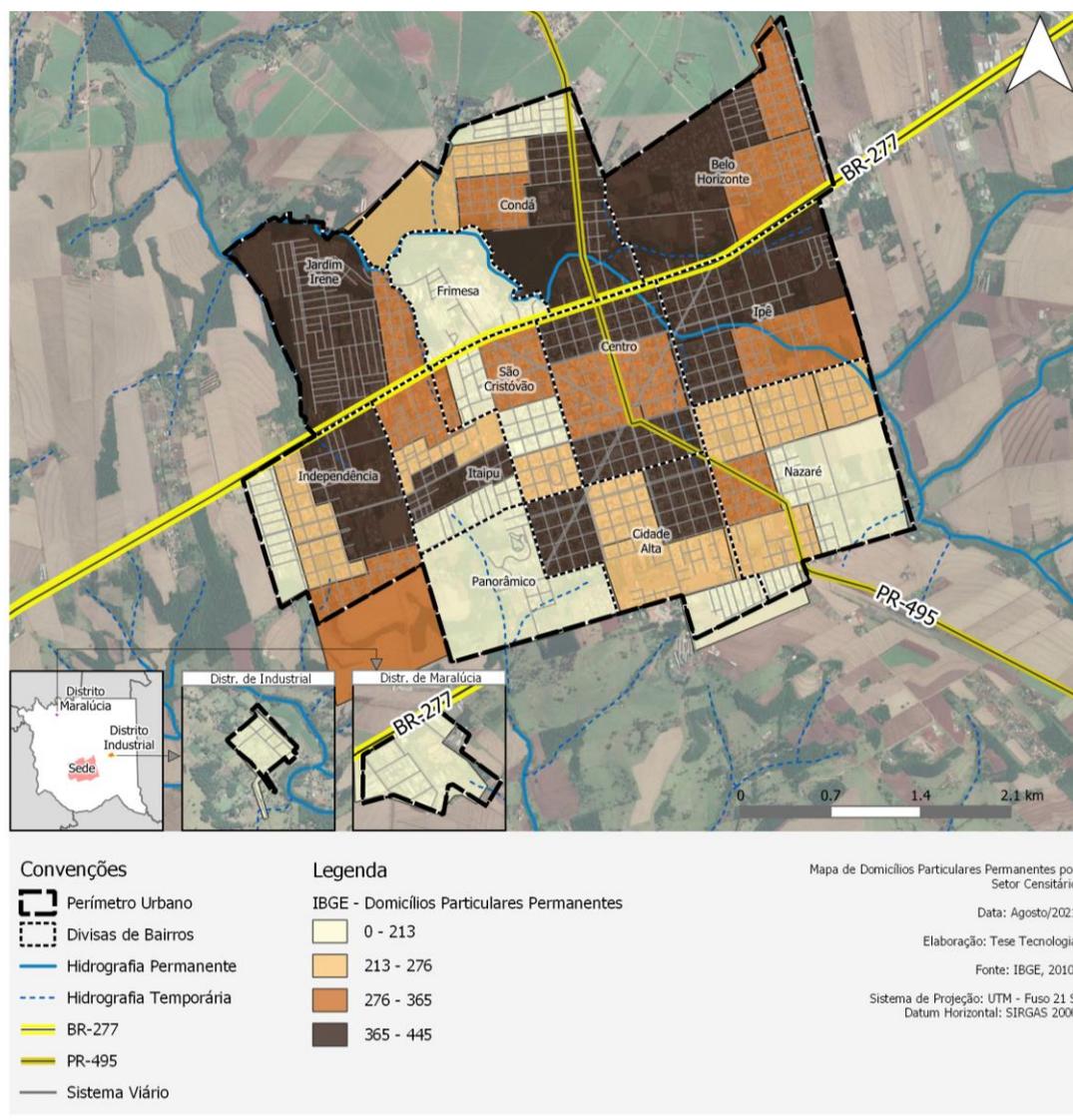
No ano de 2010, no perímetro urbano da Sede, as maiores concentrações populacionais localizavam-se ao longo da rodovia BR-277, nos setores de intervalos entre 1.146 a 1.533, conforme **FIGURA 3**. Os setores censitários com 2 e 5 habitantes nos extremos Norte e Sul do perímetro urbano da Sede, correspondem a áreas sem ocupação até o censo 2010, sendo que apenas entre 2011 e 2015 vieram a possuir loteamentos ainda não ocupados.

**FIGURA 3: POPULAÇÃO RESIDENTE - SEDE 2010**

Fonte: IBGE, 2010. Elaboração Tese Tecnologia, 2021.

Observa-se ao sul da sede o extrapolamento de dois setores censitários. Tais áreas foram classificadas em situação urbana no Censo 2010, entretanto não apresentam ocupação e divergem do perímetro urbano vigente. Desse modo, salienta-se que a infraestrutura e serviços urbanos são analisados em função de sua ocorrência dentro do perímetro urbano legal.

Em 2010 na Sede, as maiores concentrações de domicílios particulares permanentes na faixa de 365 a 445, encontravam-se nos setores que tangenciam a BR-277 e na área central, conforme ilustrado na **FIGURA 4** a seguir.

**FIGURA 4: DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES – SEDE 2010**

Fonte: IBGE, 2010. Elaboração Tese Tecnologia, 2021.

Em 2010 o número de domicílios particulares permanentes em situação urbana era de 12.091, e com o acréscimo populacional de 12,25%, estima-se que em 2021 haveria 13.632 domicílios urbanos. Considerando o crescimento anual de 1,11%, em 2030 haveria 14.998 domicílios particulares permanentes em situação urbana. Em 2010 a sede concentrou 12.024 dos domicílios, seguida do distrito de Maralúcia, com 41 domicílios e distrito industrial, com 26 domicílios. Em 2021 estima-se que haveria na sede 13.556 domicílios, 46 no distrito de Maralúcia, e 30 no distrito Industrial.

## 2. Adequação da capacidade de suporte, atendimento e distribuição espacial das infraestruturas urbanas de circulação

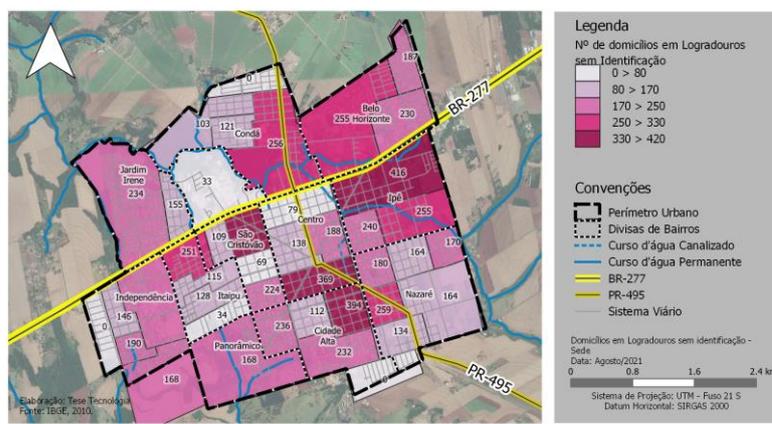
As análises precedentes de número de domicílios urbanos, permitem aferir o suporte, atendimento e distribuição espacial das infraestruturas referentes à circulação nas áreas urbanas por domicílios particulares permanentes, consideradas as características de entorno dos mesmos. Trata-se daquelas que existem na frente do domicílio ou adjacentes aos mesmos, conforme pesquisados pelo IBGE, já relacionados anteriormente no item 1 deste documento, recenseados pelo IBGE: Identificação de Logradouros a que pertence o domicílio, Iluminação Pública, Pavimentação, Meio-Fio/Guia, Calçada e Rampa para Cadeirante.

Portanto, todas as análises que seguem, inicialmente se apresentam pelo dado oficial do IBGE (2010) e sua projeção para o ano de 2021, em função dos quantitativos por domicílios. Em seguida são confrontadas com os dados municipais do ano de 2021, disponibilizados pela Prefeitura, os quais se apresentam atualizados e coerentes com a realidade local.

### 2.1. Identificação de Logradouros

Conforme o PDUR 2007, o município apresentou até 2006 precariedade de sinalização viária, em função da falta de recursos para sua complementação. Em 2010, as áreas com maior quantidade de logradouros<sup>11</sup> sem identificação estão localizadas na porção sudeste da Sede urbana, ao longo da BR-277. A pesquisa detectou se existia algum elemento visível com o nome da via, como placa oficial ou outra (IBGE, 2011), nos segmentos de logradouros, faces de quadra, ou na face confrontante dos domicílios pesquisados. Na sede, em 2010, os setores com maior concentração de deficiência na identificação de logradouros estiveram na faixa de 330 a 420 domicílios, conforme ilustra a **FIGURA 5**.

**FIGURA 5: DOMICÍLIOS EM LOGRADOUROS SEM IDENTIFICAÇÃO – SEDE 2010**



Fonte: IBGE, 2010. Elaboração Tese Tecnologia, 2021.

<sup>11</sup> Arruamento, vila, avenida, caminho etc. (IBGE, 2011).

De acordo com o IBGE, em 2010, o percentual de domicílios da sede em logradouros sem identificação era de 62%, equivalentes a 7.447 domicílios. Este percentual aplicado à estimativa de domicílios para 2021, redundaria em 8.358 domicílios.

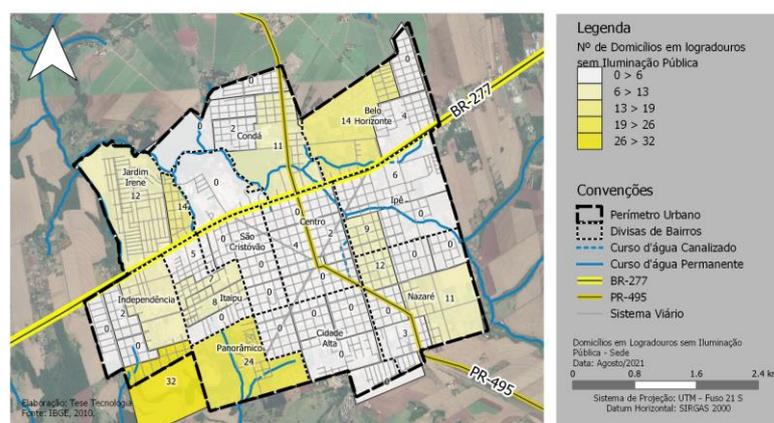
Em 2010 nos distritos de Maralúcia e Industrial existiam, respectivamente, 41 e 8 domicílios localizados em logradouros sem identificação. Em 2021 estima-se que haveria 46 e 9 unidades domiciliares precárias nesse quesito para os distritos em questão, portanto respectivamente 100% e 31% dos domicílios dessas localidades não estariam atendidos em 2021. Ou seja, há que complementar a identificação dos logradouros nesses distritos, que, por sua dimensão territorial se trata de uma tarefa simples. Por outro lado, a população conhece muito bem sua localização além dos correios e telégrafos, e acessam seus domicílios. Somente para uma necessidade esporádica é necessária tal informação.

## 2.2. Iluminação Pública

Conforme o PDUR 2007 o município possuía iluminação pública na maior parte do território da Sede urbana. No ano de 2010, conforme os dados por setor censitário as áreas onde se encontravam as maiores carências em iluminação estavam localizadas ao norte da BR-277 e naquelas limítrofes ao perímetro urbano, ao sul da Sede. Essas áreas coincidem com os setores mais populosos e com predominância de domicílios do tipo casa.

Na **FIGURA 6** estão mapeadas, por setor censitário, as quantidades de domicílios em logradouros sem iluminação pública, pelo critério de existência de um poste de iluminação ou na face de quadra ou na face confrontante (IBGE 2012). Essas informações, como as demais relativas ao atendimento por infraestrutura, serão checadas com as informações solicitadas às concessionárias.

**FIGURA 6: DOMICÍLIOS NÃO ATENDIDOS POR ILUMINAÇÃO PÚBLICA – SEDE 2010**



Fonte: IBGE, 2010. Elaboração Tese Tecnologia, 2021.

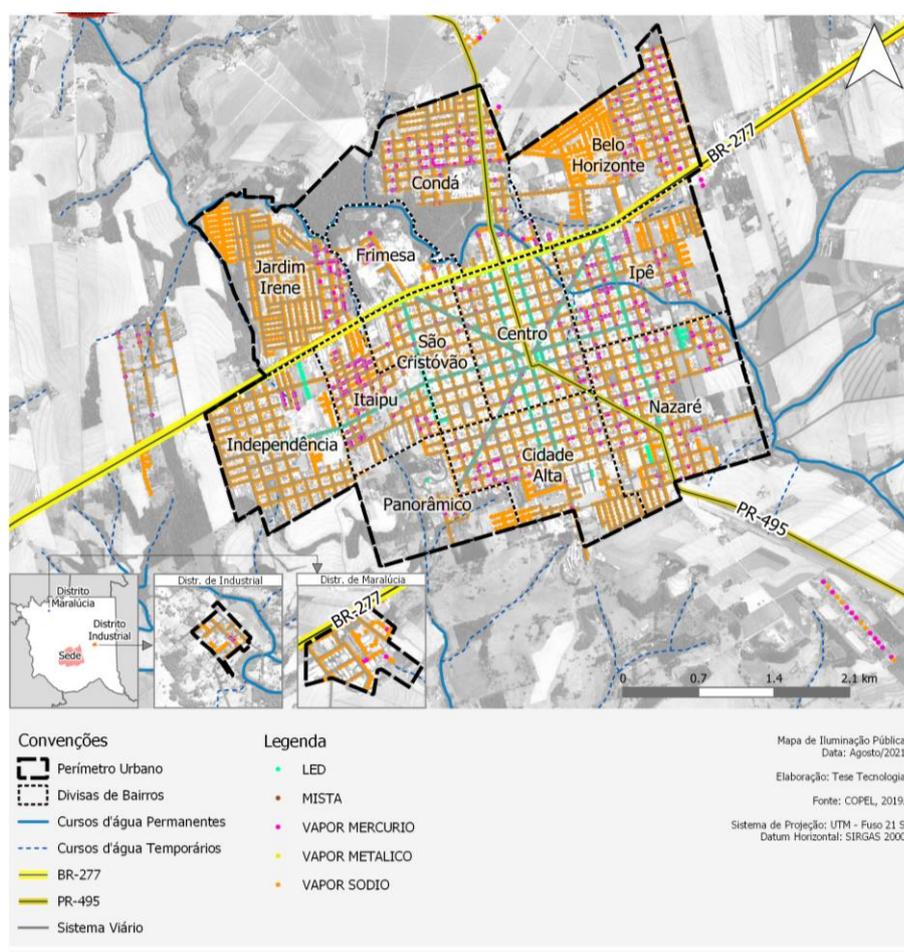
Em 2010 os setores imediatamente limítrofes à BR-277, apresentavam bom atendimento. Ao Sul limitando-se com o perímetro urbano sede, estão localizados os setores urbanos menos iluminados, na faixa de 26 a 32 domicílios.

De acordo com o IBGE, em 2010, o percentual de domicílios da sede em logradouros sem iluminação pública era de 2%, equivalentes a 194 domicílios. Este percentual aplicado à estimativa de domicílios para 2021, redundaria em 218 domicílios.

Em 2010 no distrito de Maralúcia existiam 9 domicílios localizados em logradouros sem iluminação e no distrito industrial nenhum. Em 2021 estima-se 10 unidades domiciliares sem iluminação no distrito de Maralúcia, equivalentes 22% dos domicílios.

O cenário atual da infraestrutura de iluminação pública no município é de cobertura em todas as vias da sede (Prefeitura Municipal, 2021). A iluminação pública abrange também os distritos de Maralúcia e Industrial, apresentando boa capacidade de atendimento e distribuição da referida infraestrutura. Na **FIGURA 7** estão ilustradas as diferentes tipologias de lâmpadas na rede de iluminação pública das áreas urbanas em 2019 (COPEL, 2019).

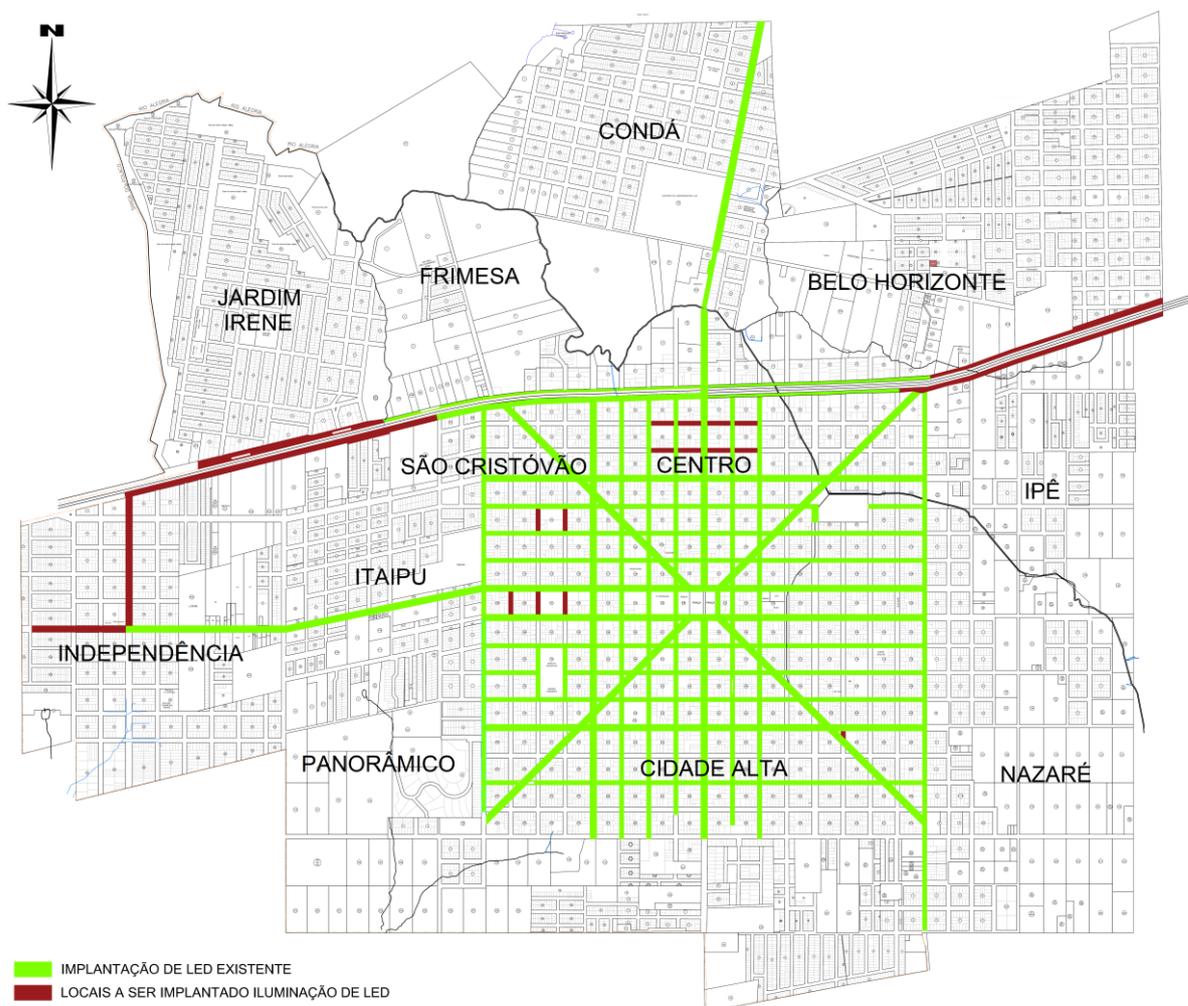
**FIGURA 7: MAPA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA COPEL**



Fonte: COPEL, 2019. Elaboração Tese Tecnologia, 2021.

Após o ano de 2019 a área central da sede teve boa parte das lâmpadas de vapor de sódio substituídas por lâmpadas LED. Adicionalmente a municipalidade possui demarcação de áreas para implantação futura de lâmpadas LED, destacando-se os trechos ao longo da rodovia BR-277 inseridos no perímetro urbano da sede **FIGURA 8**.

**FIGURA 8: ILUMINAÇÃO EM LED NA SEDE (2020)**

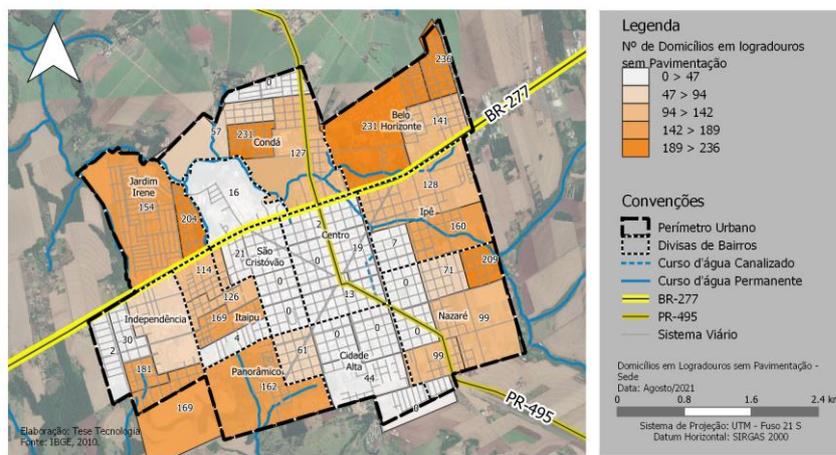


Fonte: Prefeitura Municipal, 2021.

### 2.3. Pavimentação

De acordo com o PDUR 2007, a maior concentração com pavimentação asfáltica da Sede já era na área central.

Na **FIGURA 9** estão mapeadas, por setor censitário, as quantidades de domicílios localizados em vias pavimentadas. O dado do IBGE considera que no trecho do logradouro existia algum tipo de pavimentação recobrendo o leito carroçável da via em questão (IBGE, 2011). Na sede, em 2010, a maior concentração de domicílios com logradouros sem pavimentação estava localizada nos setores da faixa de 189 a 236 domicílios.

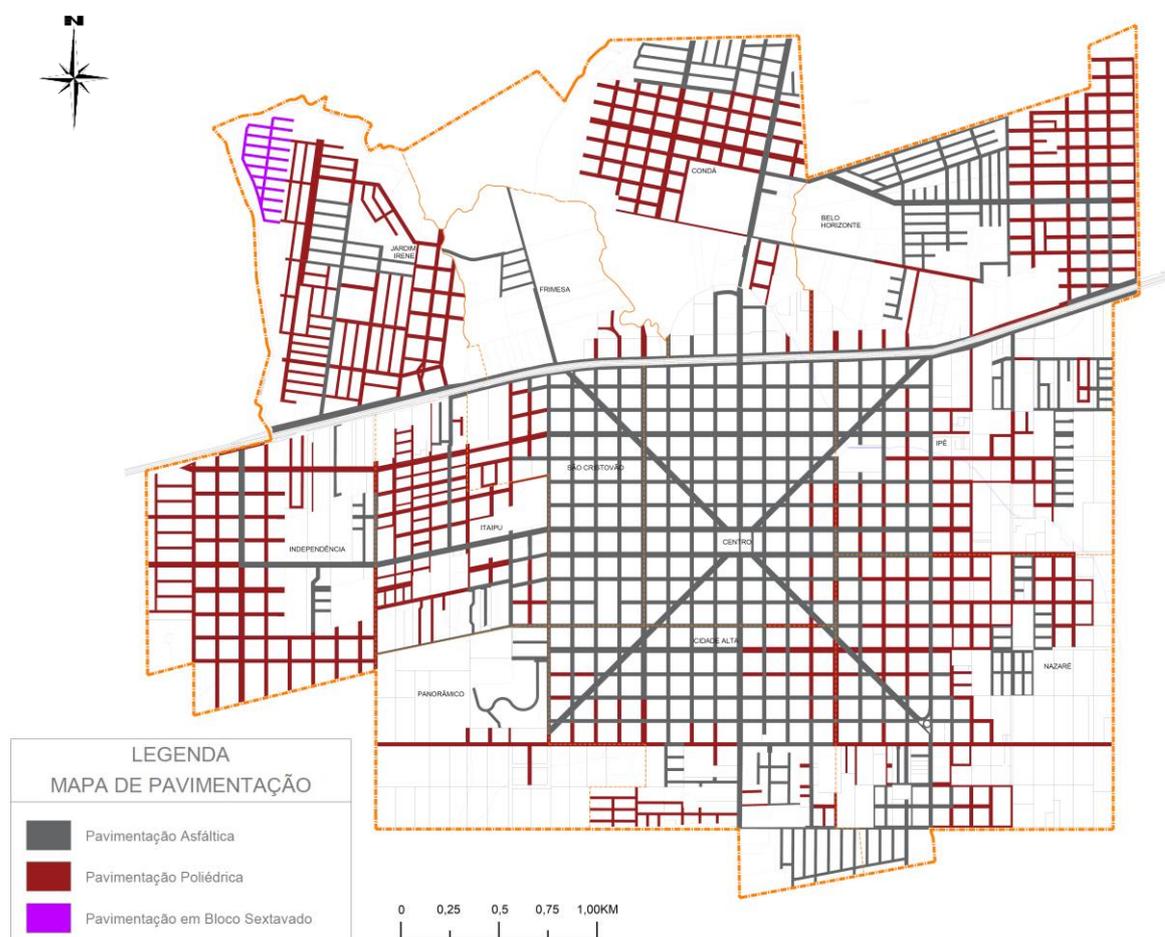
**FIGURA 9: DOMICÍLIOS NÃO ATENDIDOS POR PAVIMENTAÇÃO – SEDE 2010**

Fonte: IBGE, 2010. Elaboração Tese Tecnologia, 2021.

De acordo com o IBGE, em 2010, o percentual de domicílios da sede em logradouros sem pavimentação era de 28%, equivalentes a 3.367 domicílios. Este percentual aplicado à estimativa de domicílios para 2021, redundaria em 3.779 domicílios.

Em 2010 nos distritos de Maralúcia e Industrial existiam respectivamente 14 e 10 domicílios localizados em logradouros sem pavimentação. Em 2021 estima-se que haveria 16 e 11 unidades domiciliares em vias sem pavimentação, equivalentes a 34% e 38% dos domicílios desses distritos.

Em contraponto a esta análise, houve entre 2007 e 2021, a pavimentação de grande quantidade de vias, como pode-se observar na **FIGURA 10**. O cenário atual apresenta grande melhoria na distribuição e atendimento da infraestrutura de pavimentação, especialmente na sede, em que quase a totalidade das vias dispõe de algum tipo de pavimentação, sendo utilizadas a pavimentação asfáltica, pavimentação poliédrica e pavimentação em bloco sextavado.

**FIGURA 10: MAPA DE PAVIMENTAÇÃO – SEDE 2021**

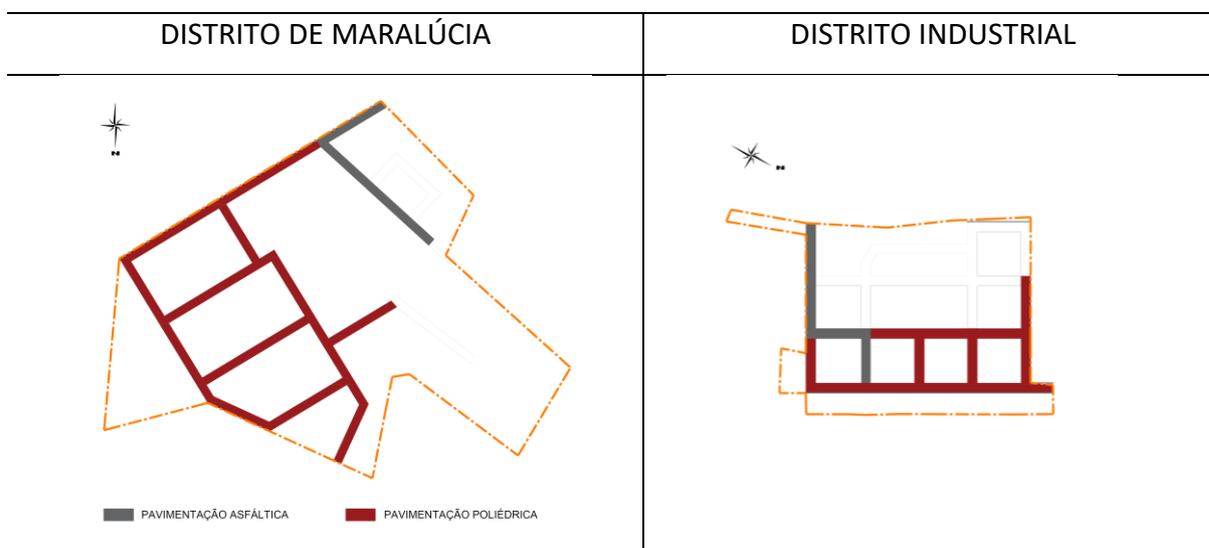
Fonte: Prefeitura Municipal, 2021.

Quanto às obras no sistema de circulação urbana, há 30 contratos licitados de 2014 a 2019, de execução de recape e/ou pavimentação asfáltica em Concreto Betuminoso Usinado à Quente-CBUQ, recape e/ou pavimentação em pedras poliédricas, meio-fio, calçada, rampa de acessibilidade, sinalização horizontal e/ou vertical, drenagem e ciclovia.

Em relação à pavimentação implantada no íterim de 2006 a 2019, em todas as novas vias pavimentadas foram executados calçadas e meios-fios (Prefeitura Municipal, 2020). A pavimentação das vias com recursos de financiamento do governo do estado teve calçadas e rampas de cadeirante executadas.

Nos distritos de Maralúcia e Industrial predomina a pavimentação poliédrica, tendo algumas vias com pavimentação asfáltica e pouquíssimas vias sem pavimentação (**FIGURA 11**).

**FIGURA 11: MAPA DE PAVIMENTAÇÃO – DISTRITOS 2020**



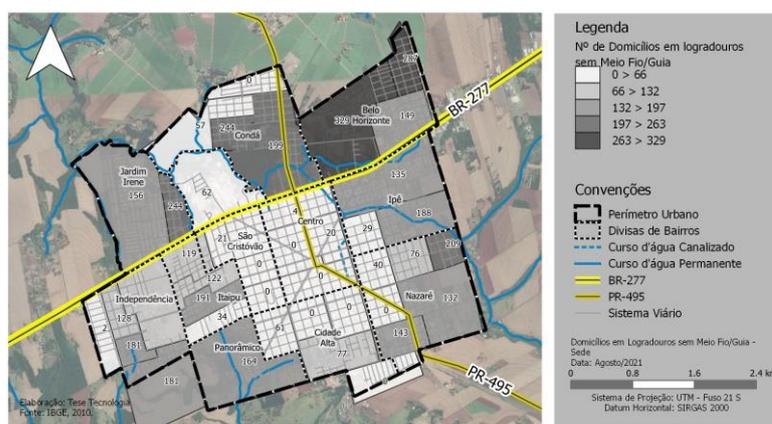
Fonte: Prefeitura Municipal, 2020.

## 2.4. Meio-Fio/Guia, Calçada e Rampa para Cadeirante

Conforme o PDUR 2007, até 2006 realizaram-se obras para melhorias na pavimentação, micro drenagem urbana, calçadas e meios-fios de diversas ruas da cidade de Medianeira. Até o ano de 2006 grande parte da área central possuía passeios públicos, o que não acontecia nas áreas periféricas à área central da Sede.

Com relação à acessibilidade nos espaços públicos urbanos, até 2006 Medianeira apresentava grande carência. Esta situação é particularmente preocupante visto existirem em 3.311 deficientes físicos/motores em Medianeira (IPARDES 2020). Na **FIGURA 12** estão mapeadas por setor censitário as quantidades de domicílios em logradouros sem meio-fio ou guia na Sede.

**FIGURA 12: DOMICÍLIOS EM LOGRADOUROS SEM MEIO FIO/GUIA – SEDE 2010**



Fonte: IBGE, 2010. Elaboração Tese Tecnologia, 2021.

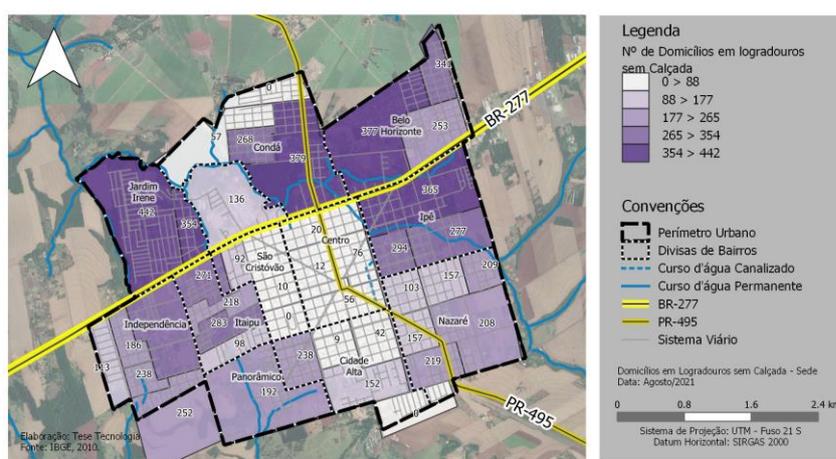
Na sede, em 2010, a maior concentração de domicílios sem meio-fio ou guia nos logradouros esteve nos setores da faixa de 263 a 329 domicílios. De acordo com o IBGE, em 2010, o percentual de domicílios da sede em logradouros sem meio-fio ou guia era de 34%, equivalentes a 4.089 domicílios. Este percentual aplicado à estimativa de domicílios para 2021, redundaria em 4.590 domicílios.

Como descrito no **item 2.3** da presente revisão, os meios fios foram executados juntamente às vias pavimentadas no íterim de 2006 a 2019.

Em 2010 nos distritos de Maralúcia e Industrial existiam respectivamente 41 e 17 domicílios localizados em logradouros sem meio-fio ou guia. Em 2021 estima-se que haveria 46 e 19 unidades domiciliares nessa condição para os referidos distritos, portanto, 100% e 65% dos domicílios dessas localidades não estariam atendidos em 2021.

Na **FIGURA 13** estão mapeadas por setor censitário as quantidades de domicílios em logradouros sem calçadas na Sede.

**FIGURA 13: DOMICÍLIOS EM LOGRADOUROS SEM CALÇADAS – SEDE 2010**



Fonte: IBGE, 2010. Elaboração Tese Tecnologia, 2021.

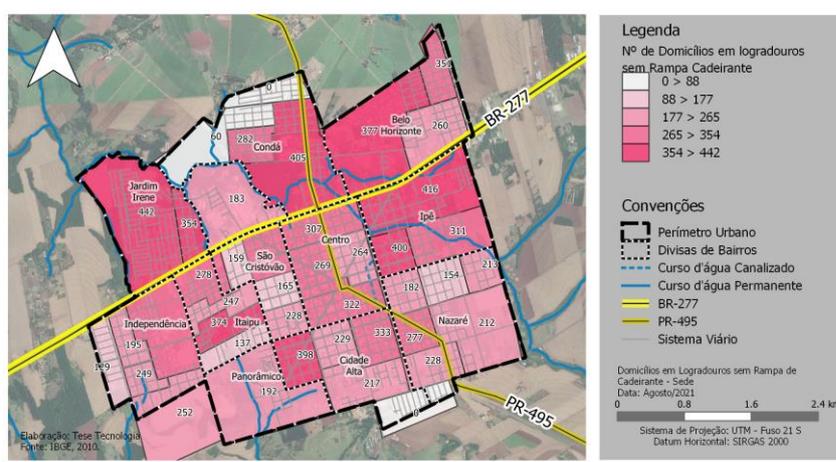
Na sede, em 2010, o maior número de domicílios em logradouros sem calçadas estava localizado nos setores da faixa de 354 a 442 domicílios. De acordo com o IBGE, em 2010, o percentual de domicílios da sede em logradouros sem calçadas era de 62%, equivalentes a 7.489 domicílios. Este percentual aplicado à estimativa de domicílios para 2021, redundaria em 8.406 domicílios.

Como descrito no **item 2.3** da presente revisão, as calçadas executadas no íterim de 2006 a 2019 estiveram atreladas às vias pavimentadas por meio de financiamentos oriundos de recursos externos aos municipais. Desse modo, foi ampliada a capacidade de atendimento de tal infraestrutura.

Em 2010 nos distritos de Maralúcia e Industrial existiam respectivamente 41 e 26 domicílios localizados em logradouros sem calçadas. Em 2021 estima-se que haveria 46 e 29 unidades domiciliares nessa condição, portanto, praticamente não existem calçadas nos referidos distritos.

Na **FIGURA 14** estão mapeadas por setor censitário as quantidades de domicílios em logradouros sem rampas para cadeirantes. Conforme a ABNT NBR 9050/2004, que dispõe sobre a acessibilidade em edificações, mobiliários espaços e equipamentos urbanos, as rampas para cadeirantes denominam-se “rebaixos para calçadas”. Estas podem localizar-se nas esquinas, nos meios de quadra e nos canteiros divisores de pistas e devem ser localizadas sempre junto a travessias e pontos focais de pedestres.

**FIGURA 14: DOMICÍLIOS EM LOGRADOUROS SEM RAMPAS DE CADEIRANTES – SEDE 2010**



Fonte: IBGE, 2010. Elaboração Tese Tecnologia, 2021.

A maior concentração de domicílios cujas faces de quadra não possuíam rampas para cadeirante estavam localizados nos setores da faixa de 354 a 442 domicílios. De acordo com o IBGE, em 2010, o percentual de domicílios da sede em logradouros sem rampas para cadeirantes era de 89%, equivalentes a 10.671 domicílios. Este percentual aplicado à estimativa de domicílios para 2021, redundaria em 11.978 domicílios.

Em 2010 nos distritos de Maralúcia e Industrial existiam respectivamente 41 e 26 domicílios localizados em logradouros sem rampas de cadeirantes, ou seja, em todos os distritos, situação prevalente em 2021.

### 3. Adequação da capacidade de suporte, atendimento e distribuição espacial das infraestruturas - meio ambiente nas áreas urbanas

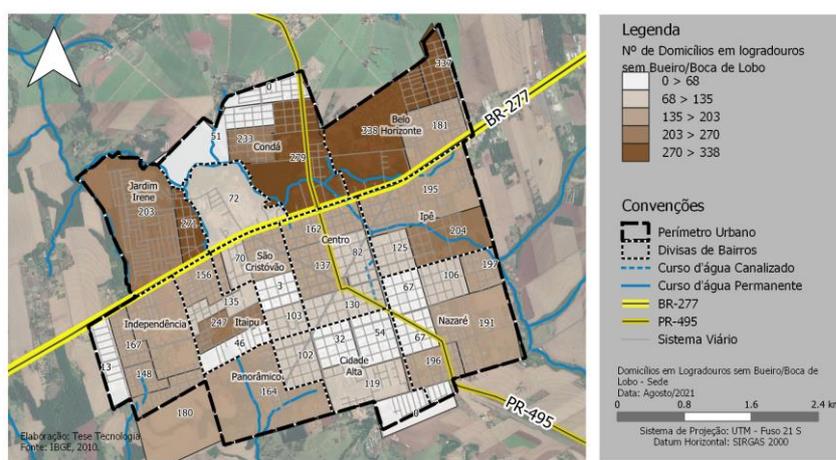
As análises precedentes de número de domicílios urbanos, permitem aferir o suporte, atendimento e distribuição espacial das infraestruturas por domicílios particulares permanentes, consideradas as características de entorno dos mesmos referentes ao **meio ambiente nas áreas urbanas**. Trata-se daquelas que existem na frente do domicílio ou adjacentes aos mesmos, conforme pesquisados pelo IBGE, já relacionados anteriormente no item 1 deste documento, recenseados pelo IBGE: Bueiro/Boca de Lobo, Lixo Acumulado nas Vias Públicas e Arborização nos logradouros Públicos, Esgoto a Céu Aberto, referentes à caracterização da qualidade do ambiente urbano, segundo IBGE.

#### 3.1. Bueiro/Boca de Lobo

Conforme o PDUR 2007 havia até 2006 precariedade de bueiros, no entanto todas as vias pavimentadas possuíam galerias para o escoamento das águas pluviais. Os problemas das estruturas de micro drenagem são agravados pelas cheias às margens do Rio Alegria que intercepta o perímetro urbano da Sede com ocupações em áreas de risco de inundações e alagamentos. Assim, esses poços de visita, ou bueiros, são importantes para garantia do escoamento das águas, especialmente nesses locais mais próximos ao rio.

Na **FIGURA 15** estão mapeadas por setor censitário as quantidades de domicílios em logradouros sem bueiro ou boca de lobo.

**FIGURA 15: DOMICÍLIOS EM LOGRADOUROS SEM BUEIRO/BOCA DE LOBO – SEDE 2010**



Fonte: IBGE, 2010. Elaboração Tese Tecnologia, 2021.

Na sede, em 2010, a maior concentração de domicílios localizados em logradouros sem bueiro ou boca de lobo esteve nos setores da faixa de 270 a 338 domicílios. De acordo com o IBGE,

em 2010, o percentual de domicílios da sede em logradouros sem bueiro ou boca de lobo foi de 49%, equivalentes a 5.883 domicílios. Este percentual aplicado à estimativa de domicílios para 2021, redundaria em 6.604 domicílios.

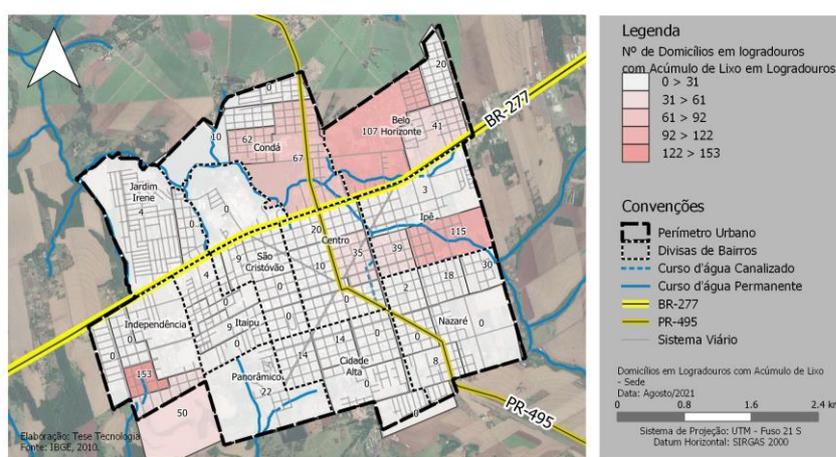
Em 2010 nos distritos de Maralúcia e Industrial existiam respectivamente 41 e 22 domicílios localizados em logradouros sem bueiro ou boca de lobo. Em 2021 estima-se que haveria 46 e 25 unidades domiciliares, praticamente os bueiros inexistem nesses distritos.

### 3.2. Lixo Acumulado nas Vias Públicas

Com relação à coleta de resíduos nas áreas urbanas, conforme PDUR 2007, a maior parte dos municípios que integraram os processos participativos consideraram o serviço adequado. Na Sede o município também dispunha em 2006, dos serviços de varrição urbana o que favoreceu manutenção da qualidade sanitária da cidade.

Na **FIGURA 16** estão mapeadas, por setor censitário, as quantidades de domicílios com lixo acumulado em logradouros.

**FIGURA 16: DOMICÍLIOS COM LIXO ACUMULADO EM LOGRADOUROS – SEDE 2010**



Fonte: IBGE, 2010. Elaboração Tese Tecnologia, 2021.

Na sede, em 2010, os setores censitários com maior ocorrência de lixo nas vias estavam localizados no setor da faixa de 122 a 153 domicílios. De acordo com o IBGE, em 2010, o percentual de domicílios da sede em logradouros com acúmulo de lixo foi de 7%, equivalentes a 866 domicílios. Este percentual aplicado à estimativa de domicílios para 2021, redundaria em 972 domicílios.

Em 2010 no distrito Industrial existiam 7 domicílios localizados em logradouros com lixo acumulado. Em 2021 estima-se que haveria 8 unidades domiciliares nessa condição equivalentes a 27% dos domicílios. Em Maralúcia não foram detectados domicílios em logradouros com lixo acumulado.

De acordo o Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB, 2018), até o ano de 2013 nas áreas urbanas em residências que não possuíam lixeiras adequadas, os resíduos eram dispostos de forma improvisada, poluindo os logradouros.

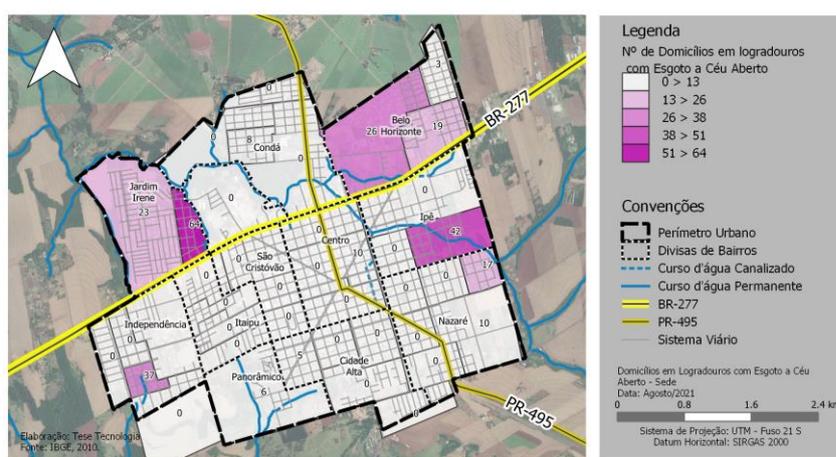
No cenário atual, conforme Prefeitura Municipal (2021), ainda há grande necessidade da realização de Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS), em conjunto com a criação de leis e regras para as empresas e população realizarem a destinação adequada.

### 3.3. Esgoto a Céu Aberto

O PDUR 2007 destaca que a rede coletora de esgotos não atendia a maioria da população em 2006. Além disso, até esse período, ocorria falta de fiscalização, havendo despejo de esgotos em galerias pluviais e leitos de corpos d'água e problemas para executar fossas sépticas.

Na **FIGURA 17** estão mapeadas por setor censitário as quantidades de domicílios com esgoto a céu aberto.

**FIGURA 17: DOMICÍLIOS COM ESGOTO A CÉU ABERTO EM LOGRADOUROS – SEDE 2010**



Fonte: IBGE, 2010. Elaboração Tese Tecnologia, 2021.

A maior ocorrência de esgoto a céu aberto estava localizada nos setores da faixa de 51 a 64 domicílios. De acordo com o IBGE, em 2010, o percentual de domicílios da sede em logradouros com esgoto a céu aberto foi de 2%, equivalentes a 270 domicílios. Este percentual aplicado à estimativa de domicílios para 2021, redundaria em 303 domicílios.

Em 2010 no distrito Industrial existiam 2 domicílios nessa condição, que correspondiam a 8% do total neste distrito. Em Maralúcia não foram detectados domicílios em logradouros com esgoto a céu aberto.

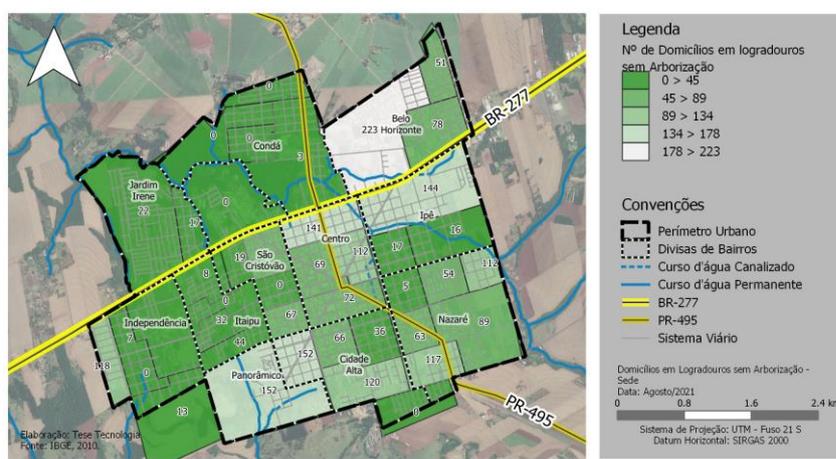
De acordo com PMSB 2018, até o ano de 2013 as áreas urbanas apresentaram diversos pontos de lançamento de efluentes com ligação clandestina, sendo que na localidade de Parque Independência havia ocorrência de esgoto a céu aberto.

### 3.4. Arborização nos Logradouros Públicos

De acordo com o PDUR 2007 boa parte da arborização urbana se concentra na área central da Sede, contendo arborização em ao menos uma das faces dos logradouros ou em canteiros centrais. Destacou-se também que diversas áreas periféricas ao centro também eram arborizadas até 2006. Como o Plano Municipal de Arborização Urbana - PMAUM, só foi elaborado em 2016, por ocasião da elaboração do PDUR, a arborização Pública não seguia um planejamento, inclusive com o plantio de árvores frutíferas, que trouxeram muitos problemas de manutenção para a prefeitura.

Na **FIGURA 18** estão mapeadas por setor censitário as quantidades de domicílios em logradouros sem arborização.

**FIGURA 18: DOMICÍLIOS EM LOGRADOUROS SEM ARBORIZAÇÃO – SEDE 2010**



Fonte: IBGE, 2010. Elaboração Tese Tecnologia, 2021.

Na sede, em 2010, a maior concentração de domicílios em logradouros sem arborização pública urbana esteve no setor da faixa de 178 a 223 domicílios. De acordo com o IBGE, em 2010, o percentual de domicílios da sede em logradouros sem arborização foi de 19%, equivalentes a 2.311 domicílios. Este percentual aplicado à estimativa de domicílios para 2021, redundaria em 2.594 domicílios.

Em 2010 nos distritos de Maralúcia e Industrial existiam respectivamente 8 e 17 domicílios localizados em logradouros sem arborização urbana. Em 2021 estima-se que haveria 9 e 19 unidades domiciliares nessa condição equivalendo a 20% e 65% dos domicílios desses distritos.

Com relação às espécies utilizadas para arborização urbana, de acordo com a Divisão de Meio Ambiente (DMA), há indicação da substituição de espécies frutíferas pelas espécies indicadas no **QUADRO 5**, com o predomínio de nativas. Destaca-se a necessidade da execução do Plano Municipal de Arborização Urbana.

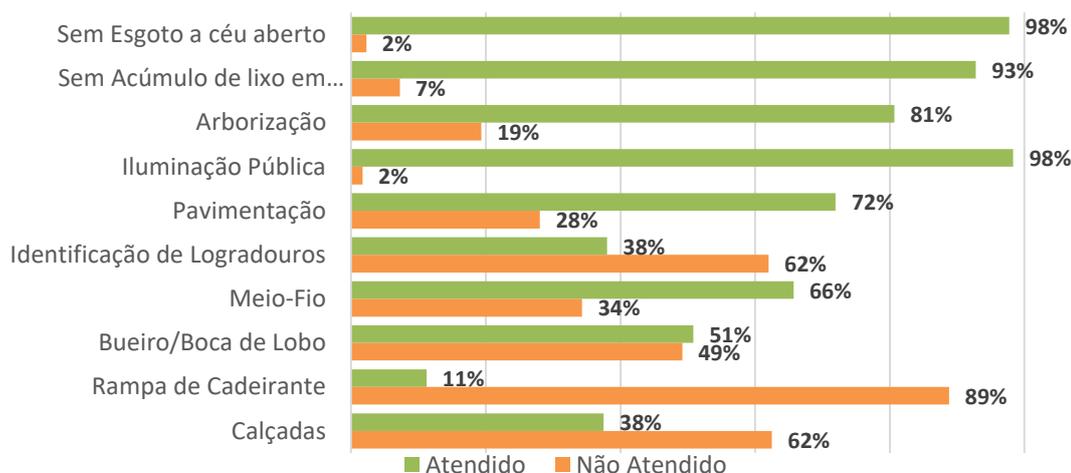
**QUADRO 5: ESPÉCIES INDICADAS PARA A ARBORIZAÇÃO URBANA**

Nome Comum/Científico	Porte	Crescimento	Origem	Indicação
Extremosa ( <i>Lagerstroemia indica</i> L.)	P	L	Exótica	Calçadas com rede elétrica aérea e estacionamentos
Manacá-da-Serra ( <i>Tibouchina grandiflora</i> L.)	P	M	Nativa	Calçadas com rede elétrica aérea e estacionamentos
Pata-de-Vaca-Lilás ( <i>Bauhinia forficata</i> )	P	R	Exótica	Calçadas com rede elétrica aérea e estacionamentos
Manduirana ( <i>Cassia speciosa</i> )	P	R	Nativa	Calçadas sem rede elétrica aérea, canteiro e jardins
Vacum ( <i>Allophylus edulis</i> )	M	L	Nativa	Calçadas sem rede elétrica aérea, canteiro e jardins
Acer-Negundo ( <i>Acer negundo</i> )	M	M	Exótica	Calçadas com rede elétrica aérea e estacionamentos
Ipê Amarelo ( <i>Tabebuia alba</i> )	M	M	Nativa	Calçadas sem rede elétrica aérea, canteiro e jardins
Ipê Branco ( <i>Tabebuia imperiginosa</i> )	M	R	Nativa	Calçadas sem rede elétrica aérea, canteiro e jardins
Ipê Roxo ( <i>Tabebuia avellanedae</i> )	G	M	Nativa	Calçadas sem rede elétrica aérea, canteiro e jardins
Angico-Preto ( <i>Parapiptadenia rígida</i> )	G	L	Nativa	Calçadas sem rede elétrica aérea, canteiro e jardins
Jacarandá-Mimoso ( <i>Jacaranda mimosaeifolia</i> )	G	M	Exótica	Calçadas sem rede elétrica aérea, canteiro e jardins
Caroba ( <i>Jacaranda micranta</i> )	G	R	Nativa	Calçadas sem rede elétrica aérea, canteiro e jardins
Canafístula ( <i>Peltophorum dubium</i> )	G	R	Nativa	Calçadas sem rede elétrica aérea, canteiro e jardins

Fonte: DMA, 2021.

**3.5. Conclusão quanto ao atendimento das Infraestruturas Urbanas**

A análise dos dados censitários de 2010 e sua estimativa para 2021, destacam como infraestruturas de maior carência no meio urbano a ausência de rampas nos logradouros para cadeirantes, seguidas de ausência de calçadas e identificação em logradouros, conforme ilustra o gráfico a seguir.

**GRÁFICO 1: PANORAMA GERAL INFRAESTRUTURA ÁREAS URBANAS – 2020**


Fonte: IBGE, 2010. Elaboração Tese Tecnologia, 2020.

De acordo com as tendências analisadas, as maiores deficiências na sede em 2021 seriam atreladas às infraestruturas vinculadas à caminhabilidade, especialmente nas **rampas de cadeirantes** com 11.978 domicílios não atendidos, seguida de **calçadas** com 8.406 domicílios, **identificação de logradouros** com 8.359 domicílios, **bueiro ou boca de Lobo** com 6.604 domicílios, **meio fio ou guia** com 4.590 domicílios e **pavimentação** com 3.779.

**No entanto, as obras realizadas após o ano de 2007, reverterem este panorama**, visto que quase a totalidade das vias urbanas da sede possui algum tipo de pavimentação e as vias pavimentadas entre 2006 e 2019 tiveram calçadas e meio fio executados. A pavimentação das vias cujos recursos de financiamento partiu do governo do estado teve calçadas e rampas de cadeirante executadas.

As infraestruturas foram classificadas naquelas relativas à circulação e ao meio ambiente, aqui entendido como o entorno das mesmas de acordo com o IBGE. Na **QUADRO 6** a seguir, está quantificada a capacidade de atendimento da infraestrutura existente e sua distribuição, por categorias, com as deficiências detectadas conforme censo 2010, as estimativas para 2021 e as projeções 2030.

**QUADRO 6: CAPACIDADE DE ATENDIMENTO E DISTRIBUIÇÃO DAS INFRAESTRUTURAS 2010, ESTIMATIVA PARA 2021 E PROJEÇÕES PARA 2030 – SEDE**

POPULAÇÃO E DOMICÍLIOS	Distrito Sede						ATENDIMENTO DOMICÍLIOS E HABITANTES (%)	
	2010	2021	2030	2010	2021	2030		
Total População Urbana	-	-	-	37.187	41.743	45.927		
Total Domicílios Urbanos	12.024	13.556	14.915	-	-	-		
INFRAESTRUTURA	Nº domicílios urbanos não atendidos			Nº habitantes urbanos não atendidos			N/AT	AT
Calçadas	7.489	8.406	9.249	23.066	25.892	28.487	62%	38%
Rampa de Cadeirante	10.671	11.978	13.179	32.867	36.893	40.591	89%	11%

<b>Bueiro/Boca de Lobo</b>	5.883	6.604	7.266	18.120	20.339	22.378	49%	51%
<b>Meio-Fio</b>	4.089	4.590	5.050	12.594	14.137	15.554	34%	66%
<b>Identificação de Logradouros</b>	7.447	8.359	9.197	22.937	25.747	28.327	62%	38%
<b>Pavimentação</b>	3.367	3.779	4.158	10.370	11.641	12.808	28%	72%
<b>Iluminação Pública</b>	194	218	240	598	671	738	2%	98%
<b>Arborização</b>	2.311	2.594	2.854	7.118	7.990	8.791	19%	81%
<b>Acúmulo de lixo em logradouros</b>	866	972	1.070	2.667	2.994	3.294	7%	93%
<b>Esgoto a céu aberto</b>	270	303	333	832	933	1.027	2%	98%

Fonte: IBGE – Infraestruturas Urbanas - características de entorno dos domicílios, 2010.

Observações:

\* A população adotada é estimativa populacional do IBGE para 2021, que resultou no incremento populacional equivalente a 11,25% em relação ao Censo 2010.

\*\* O número de domicílios considera os “domicílios particulares permanentes” de situação urbana

\*\*\* A projeção populacional para 2030 foi obtida aplicando-se a média anual de 1,11%.

**Legenda**

N/AT Não atendido

AT Atendido

No distrito de Maralúcia, em 2010, as principais deficiências foram Calçadas, Rampa de Cadeirante, Bueiro/Boca de Lobo, Meio-Fio e Identificação de Logradouros, temas que apresentaram 100% de não atendimento. Tais carências indicam falta de acessibilidade global e falta de caminhabilidade. Já em relação ao meio ambiente urbano em Maralúcia, os maiores índices de não atendimento estão em arborização urbana.

No distrito industrial as principais deficiências estiveram nos temas Calçadas, Rampa de Cadeirante, Bueiro/Boca de Lobo com 100% de não atendimento. Atualmente, dentro dos perímetros urbanos desses distritos, a maior concentração de infraestruturas é junto às rodovias de acesso. As deficiências no distrito industrial também indicam a falta de caminhabilidade, e em relação às infraestruturas voltadas ao meio ambiente os índices mais altos do não atendimento são bueiro e boca de lobo e arborização.

#### **QUADRO 7: CAPACIDADE DE ATENDIMENTO E DISTRIBUIÇÃO DAS INFRAESTRUTURAS 2010, ESTIMATIVA PARA 2021 E PROJEÇÕES PARA 2030 – DISTRITOS MARALÚCIA E INDUSTRIAL**

POPULAÇÃO E DOMICÍLIOS	Maralúcia					Industrial				
	2010	2021	2030	ATENDIMENTO DOMICÍLIOS E HABITANTES (%)		2010	2021	2030	ATENDIMENTO DOMICÍLIOS E HABITANTES (%)	
<b>Total População Urbana distritos</b>	127	143	157			76	85	94		
<b>Total Domicílios Urbanos distritos</b>	41	46	51			26	30	33		
INFRAESTRUTURA	Nº domicílios urbanos não atendidos			N/AT	AT	Nº domicílios urbanos não atendidos			N/AT	AT
<b>Calçadas</b>	41	46	51	100%	-	26	29	32	100%	-
<b>Rampa de Cadeirante</b>	41	46	51	100%	-	26	29	32	100%	-
<b>Bueiro/Boca de Lobo</b>	41	46	51	100%	-	22	25	27	85%	15%
<b>Meio-Fio</b>	41	46	51	100%	-	17	19	21	65%	35%
<b>Identificação de Logradouros</b>	41	46	51	100%	-	8	9	10	31%	69%
<b>Pavimentação</b>	14	16	17	34%	66%	10	11	12	38%	62%
<b>Iluminação Pública</b>	9	10	11	22%	78%	0	0	0	0%	100%

<b>Arborização</b>	8	9	10	20%	80%	17	19	21	65%	35%
<b>Acúmulo de lixo em logradouros</b>	0	0	0	0%	100%	7	8	9	27%	73%
<b>Esgoto a céu aberto</b>	0	0	0	0%	100%	2	2	2	8%	92%

Fonte: IBGE – Infraestruturas Urbanas - características de entorno dos domicílios, 2010.

Observações:

- \* A população adotada é estimativa populacional do IBGE para 2021, que resultou no incremento populacional equivalente a 12,25% em relação ao Censo 2010.
- \*\* O número de domicílios considera os “domicílios particulares permanentes” de situação urbana
- \*\*\* A projeção populacional para 2030 foi obtida aplicando-se a média anual de 1,11%.

**Legenda**

- N/AT Não atendido
- AT Atendido

## 4. Adequação da capacidade de suporte, atendimento e distribuição espacial dos equipamentos

Da mesma forma que a análise das infraestruturas, cuja tipologia é compatível com aquela do IBGE, em relação aos equipamentos urbanos serão analisados os seguintes equipamentos ali relacionados: Saúde, Educacionais, Assistência Social, Lazer, Cultura, Esportes, Segurança e Serviços Municipais, quanto à sua distribuição espacial.

### 4.1. Equipamentos de Saúde

Quanto aos critérios de avaliação da capacidade de suporte e atendimento dos equipamentos de saúde serão considerados os critérios extraídos de Gouvêa (2008) conforme **QUADRO 8** a seguir.

**QUADRO 8: CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DA CAPACIDADE DE SUPORTE E ATENDIMENTO DOS EQUIPAMENTOS DE SAÚDE**

EQUIPAMENTO	CRITÉRIOS
Posto de saúde (Unidade Básica de Saúde)	Área mínima do lote: 360m <sup>2</sup> <b>Raio de abrangência máximo: 8.000m</b> 01 unidade para cada 3.000 habitantes
Hospital	Área mínima do terreno: 31.000m <sup>2</sup> <b>Raio de abrangência: regional</b> 01 unidade para cada 200.000 habitantes

Fonte: Luiz Alberto de Campos Gouvêa, 2008.

Conforme apontado no PDUR 2007, os principais problemas enfrentados na área de saúde até 2006 foram decorrentes à deficiência na estrutura física e falta de recursos humanos e financeiros para maior resolutividade dos serviços (PDUR 2007). Além disso, saúde pública foi considerada regular ou ruim por maior parte dos munícipes que participaram do processo participativo da análise temática integrada do PDUR 2007.

Medianeira integra a 9ª Regional de Saúde com Sede em Foz do Iguaçu e é contemplado no Consórcio Intermunicipal de Saúde Iguaçu (CISI) em conjuntos com os municípios de Ramilândia, Matelândia, Serranópolis do Iguaçu, São Miguel do Iguaçu, Missal e Itaipulândia.

Conforme Prefeitura Municipal, em relação às atuais condições da oferta em saúde no município, as filas de espera em atenção básica são de 1 a 2 dias e especialidades de 2 a 6 meses. O município de Medianeira possui 150 estabelecimentos de saúde relacionados no **QUADRO 9** a seguir entre públicos e privados. Para os atendimentos emergenciais o município dispõe de 2 unidades móveis de nível pré-hospitalar. O município conta com 2 Hospitais Gerais.

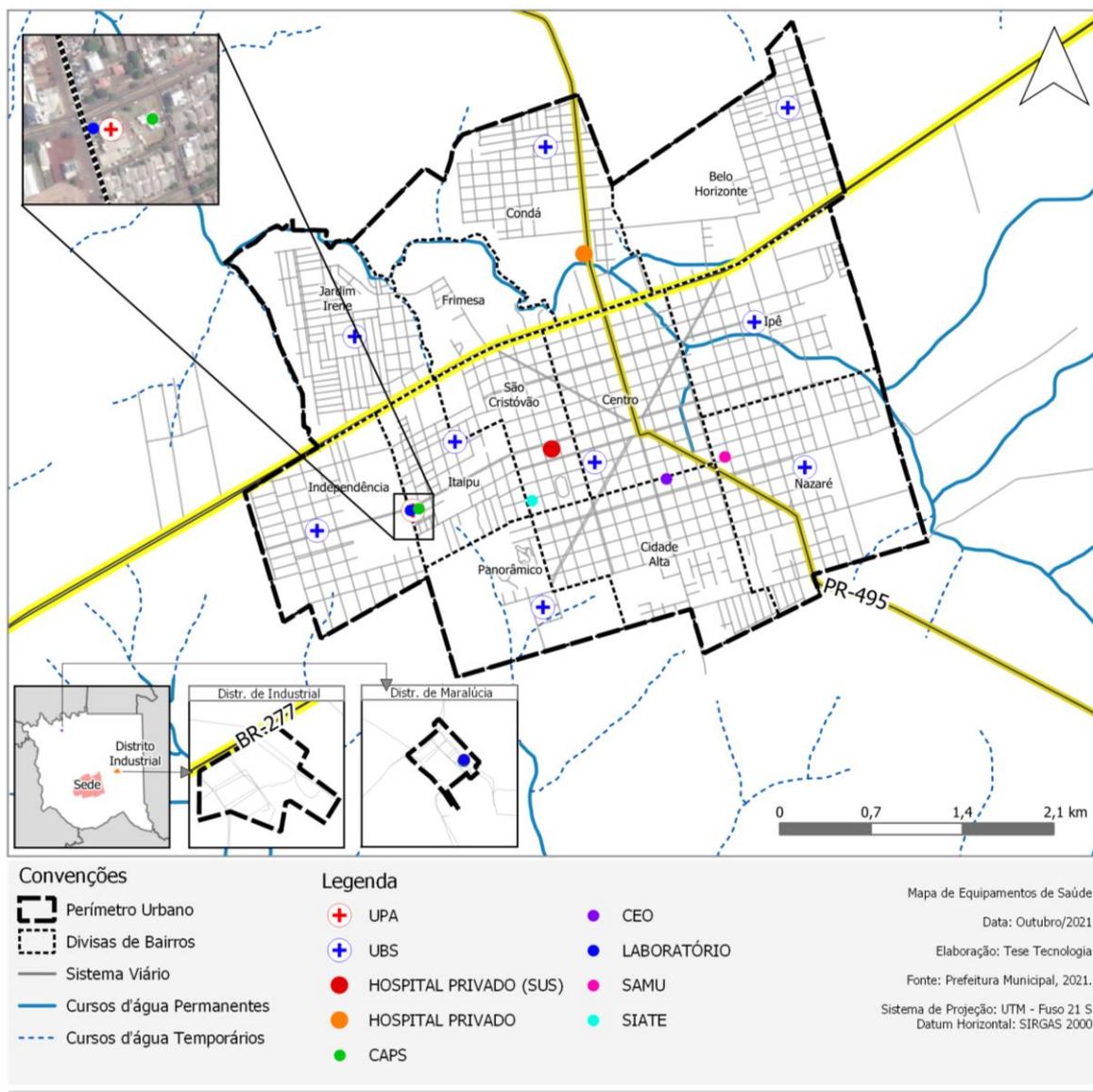
#### QUADRO 9: NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE EM MEDIANEIRA - 2021

TIPO DE ESTABELECIMENTO	Nº ESTABELECIMENTOS
Posto de Saúde	8
Centro de Saúde/Unidade Básica	2
Policlínica	2
Hospital Geral	2
Consultório Isolado	79
Clínica/Centro de Especialidade	33
Unidade de apoio à diagnose e terapia (SADT isolado)	11
Unidade móvel de nível pré-hospitalar na área de urgência	2
Farmácia	3
Central de Gestão em Saúde	1
Centro de Atenção Psicossocial	1
Pronto Atendimento	1
Polo Academia da Saúde	3
Polo de Prevenção de Doenças e Agravos e Promoção da Saúde	1
<b>TOTAL</b>	<b>149</b>

Fonte: CNES, 2021; Prefeitura Municipal, 2021. Elaboração Tese Tecnologia, 2021.

Nas áreas urbanas municipais há 9 Unidades Básicas de saúde - UBS, uma delas no Distrito de Maralúcia e 8 na Sede. Na sede há uma Unidade de Pronto Atendimento - UPA e um Centro de Apoio Psicossocial-CAPS. Quanto aos estabelecimentos de especialidades e serviços de apoio à saúde, o município conta com uma Clínica de Especialidade Odontológicas - CEO e o Consórcio Intermunicipal Iguaçu-CISI voltado a atendimentos de média complexidade. No município existem 2 hospitais gerais privados localizados na sede, sendo que destes o Hospital e Maternidade Nossa Senhora da Luz atende ao SUS. Os equipamentos de saúde municipais e os hospitais gerais estão mapeados na **FIGURA 19**.

**FIGURA 19: ESTABELECIMENTOS PÚBLICOS DE SAÚDE - SEDE**



Fonte: CNES, 2019; PDUR 2007. Prefeitura Municipal, 2020. Elaboração Tese Tecnologia, 2020.

<b>CAPS</b>	Centro de Apoio Psicossocial	<b>SAMU</b>	Serviço de Atendimento Móvel de Urgência
<b>CEO</b>	Clínica de Especialidade Odontológicas	<b>UBS</b>	Unidade Básica de Saúde
<b>UPA</b>	Unidade de Pronto Atendimento		

No **QUADRO 10** a seguir estão dispostos os estabelecimentos de saúde que o CNES (2021) classifica como de “Natureza Jurídica” municipal, e o número de funcionários conforme consta na competência atual do CNES (após 6/2021).

**QUADRO 10: ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE MUNICIPAIS**

ESTABELECIMENTO	ENDEREÇO
Centro De Atenção Psicossocial - CAPS	Rua Rui Barbosa esquina com Av. Brasil nº1700 - Itaipu Quadra 14
Centro De Especialidades Odontológicas - CEO	Rua Paraguai, nº 2210 - Centro

ESTABELECIMENTO	ENDEREÇO
Laboratório De Análises Clínicas Do Município De Medianeira	Avenida Brasil Esquina com Rua Curitiba, nº 3785 - Parque Independência
Polo Academia Itaipu	Rua Paulinho Valiatti, S/N - Itaipu
Polo Academia Maralúcia	Rua Celso Ramos Estrada Santa Rita, S/N - Maralúcia
Polo Academia Nazaré	Rua Gramado, S/N - Nazaré
Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU	Rua Mato Grosso esquina com Rua Espírito Santo, nº 1388 - Nazaré
Secretaria Municipal De Saúde SMS Medianeira	Rua Rio De Janeiro Esquina Com Rua Minas Gerais, nº 2350 - Centro
Unidade De Pronto Atendimento Cabo Diego Gugel De Araujo	Av. Brasil, nº3785 - Itaipu (Quadra 14)
Unidade De Saúde Belo Horizonte	Rua Olavo Bilac esquina com a Rua Krão nº414 – Belo Horizonte (Quadra 21 Lote 08 Lot. Jd. Belo Horizonte)
Unidade De Saúde Centro Social Urbano CSU	Rua Maria de Vasconcelos, nº486 – Jardim Irene Lote 90A
Unidade De Saúde Centro UBS Centro	Rua Minas Gerais, nº 2350 – Centro (Quadra 149, Lote 10 do Quadrilátero Central)
Unidade De Saúde Conda	Rua Santa Maria esquina com a Rua Krão nº483 – Conda (Quadra 27 Lot. Conda)
Unidade De Saúde Ipê	Av. João XXIII, nº 885 – Ipê (Lote 32, Lot. Ipêzinho)
Unidade De Saúde Itaipu	Rua Paulino Valiatti, nº1291 – Itaipu (Lote 01 Quadra 01 Lot. Jd. Tropical)
Unidade De Saúde Maralúcia	Distrito de Maralúcia (Lote 02 Quadra 02)
Unidade De Saúde Nazaré	Rua Gramado, nº798 – Nazaré (Lote 34 do Lot. Primavera)
Unidade De Saúde Parque Independência	Av. Independência esquina com Av Brasil, nº1686 - Independência (Quadra 18, Lote 01 Lot. Pq. Independência)
Unidade Sentinela Covid 19	Av. Brasil Esquina Com Rua Rui Barbosa, S/N - Itaipu

Fonte: CNES, 2021; Prefeitura Municipal, 2021.

Em relação à capacidade de atendimento das UBS municipais, foram considerados como critérios uma unidade para cada 3.000 habitantes e o raio de abrangência de 1.000 metros (em função da caminhabilidade e deslocamento dos usuários), com área mínima do lote de 360 m<sup>2</sup>.

Todas as Unidades Básicas de Saúde encontram-se supridas no critério de área do lote, nas quais verifica-se lotes acima de 360,00m<sup>2</sup>. A UBS Centro é a que apresenta maior proporção de área construída, em relação à área total do lote, a qual utiliza um coeficiente de aproveitamento de aproximadamente 1,4.

#### QUADRO 11: UBS E UPA – ÁREAS DE LOTE E CONSTRUÍDAS

ESTABELECIMENTO	ÁREAS
<b>UPA</b> Unidade De Pronto Atendimento Cabo Diego Gugel de Araujo	Área Construída: 1.097,63m <sup>2</sup> Área do lote: 4.113,43m <sup>2</sup>
<b>UBS</b> Unidade De Saúde Belo Horizonte	Área Construída: 274,82m <sup>2</sup> Área do lote: 840,00m <sup>2</sup>
<b>UBS</b> Unidade De Saúde Centro Social Urbano CSU	Área Construída: 261,95m <sup>2</sup> Área do lote: 14.875,30m <sup>2</sup>
<b>UBS</b> Unidade De Saúde Centro UBS Centro	Área Construída: 1.064,69m <sup>2</sup> Área do lote: 750,00m <sup>2</sup>

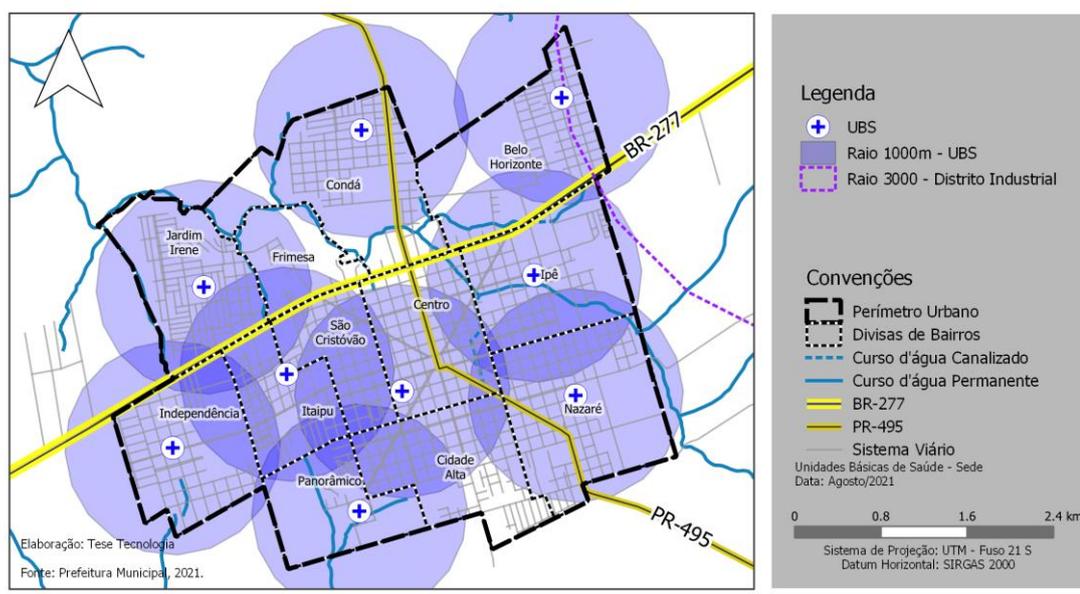
ESTABELECIMENTO	ÁREAS
<b>UBS</b> Unidade De Saúde Conda	Área Construída: 238,44m <sup>2</sup> Área do lote: 6.255,00m <sup>2</sup>
<b>UBS</b> Unidade De Saúde Ipê	Área Construída: 261,95m <sup>2</sup> Área do lote: 518,000m <sup>2</sup>
<b>UBS</b> Unidade De Saúde Itaipu	Área Construída: 553,32m <sup>2</sup> Área do lote: 2.353,66m <sup>2</sup>
<b>UBS</b> Unidade De Saúde Maralúcia	Área Construída: 117,20m <sup>2</sup> Área do lote: 635,26m <sup>2</sup>
<b>UBS</b> Unidade De Saúde Nazaré	Área Construída: 353,29m <sup>2</sup> Área do lote: 1.140,00m <sup>2</sup>
<b>UBS</b> Unidade De Saúde Parque Independência	Área Construída: 241,79m <sup>2</sup> Área do lote: 4.622,04m <sup>2</sup>

Fonte: Prefeitura Municipal, 2020. Elaboração Tese Tecnologia, 2021.

Em relação à quantidade mínima de Unidades Básicas de Saúde, conforme o critério de uma UBS a cada 3.000 habitantes, em um cenário ideal considerando a população urbana estimada para 2021 de 41.743 pessoas nas áreas urbanas, o município deveria possuir no mínimo 14 UBS. No entanto, há apenas 9 UBS nas áreas urbanas.

Levando em conta o raio de abrangência de 1000 metros para a caminhabilidade, as UBS na sede estão bem distribuídas. Enfatiza-se que apesar de contemplados com raios de abrangência de outros bairros, o Frimesa e o Cidade Alta ainda não possuem UBS, conforme ilustra a **FIGURA 20**.

**FIGURA 20: UBS RAIOS ABRAGÊNCIA - SEDE**



Fonte: CNES, 2019; PDUR 2007. Prefeitura Municipal, 2010. Elaboração Tese Tecnologia, 2020.

Siglas: **UBS** Unidade Básica de Saúde

Conforme os critérios de análise supramencionados, as 8 UBS da sede totalizam a capacidade de atendimento de até 24.000 habitantes. Em função do pequeno volume populacional do

distrito industrial e sua proximidade com o perímetro Sede (aproximadamente 3km), as 8 UBS servem aos dois distritos, cuja população estimada para 2021, é de 41.885 pessoas.

Na Sede a localização das UBSs favorece o deslocamento dos usuários em função de sua adequada distribuição territorial, mas, no entanto, a capacidade total das mesmas somando as demandas do distrito Industrial pode suprir apenas 57,3% da população estimada para 2021 nestes distritos. A UBS Belo horizonte é a mais próxima entre os referidos distritos e encontra-se limítrofe ao raio de 3.000 metros a partir do centro do distrito Industrial, mas acima da distância mais favorável à caminhabilidade.

No distrito de Maralúcia, em função de sua distância de aproximadamente 10,9 km do centro da Sede, há uma UBS própria. A população estimada para 2021 neste distrito foi de 143 habitantes, cujas demandas por UBSs estão supridas considerando o critério de uma UBS a cada 3.000 habitantes.

## 4.2. Equipamentos Educacionais

Para a avaliação da capacidade de suporte e atendimento dos equipamentos de educação foram considerados os critérios recomendados por Gouvêa (2008) conforme **QUADRO 12** a seguir.

**QUADRO 12: CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DA CAPACIDADE DE SUPORTE E ATENDIMENTO DOS EQUIPAMENTOS DE EDUCAÇÃO**

EQUIPAMENTO	CRITÉRIOS
Educação Infantil	Área mínima do lote: 3.000,00 m <sup>2</sup> <b>Raio de abrangência: 300m</b> Número de alunos por sala de aula: 15 a 25 Número de salas por equipamento: 12 Funcionamento em um turno
Escola de ensino fundamental	Área mínima do lote: 8.000,00 m <sup>2</sup> <b>Raio de abrangência máximo: 1.500m</b> Número de alunos por equipamento: 1050 Número de salas por equipamento: 15 Funcionamento em dois turnos
Escola de ensino médio	Área mínima do lote: 11.000,00 m <sup>2</sup> <b>Raio de abrangência máximo: 3.000m</b> Número de alunos por equipamento: 1440 Número de alunos por sala de aula: 40 a 45 Número de salas por equipamento: 18 Funcionamento em dois turnos

Fonte: Luiz Alberto de Campos Gouvêa, 2008.

Conforme o PDUR 2007, a maior dificuldade com relação aos equipamentos de educação era a capacidade dos espaços de educação infantil. Além disso, a acessibilidade para alunos portadores de deficiência era precária.

Conforme a Lei Federal de Diretrizes Básicas da Educação Nº 9.394/96, a classificação dos estabelecimentos de ensino é dividida em Educação Básica e Ensino Superior, sendo que a

educação básica abrange as modalidades Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio.

Em relação às faixas etárias de atendimento pela Educação Básica, o Ensino Infantil atende crianças de 0 a 5 anos. O Ensino Fundamental, com duração de 9 anos, é segmentado em 5 anos iniciais atendendo as faixas de 6 a 10 anos nas escolas municipais, e 4 anos finais, a faixa de 11 a 14 anos, nas escolas estaduais. O Ensino Médio, com duração de 3 anos, abriga estudantes de 15 a 17 anos (Lei Federal Nº9.394/96) e é atendido por escolas estaduais.

Conforme a Prefeitura Municipal, atualmente as principais demandas do município são a construção de salas de aula para ampliar e melhorar o atendimento aos alunos e professores, equipar as escolas com mobília adaptada para crianças com deficiência físico neuromotora e equipar as salas de ATE – Ambiente Tecnológico Educacional de cinco escolas. Além disso existe a necessidade em contratação novos professores e auxiliares devido ao aumento da demanda de alunos.

Também não houve evasão escolar e até o ano de 2018 no Ensino Fundamental, nos 5 primeiros anos, e a taxa de aprovação foi de 93,3%, mais alta que a média do estado do Paraná, com taxa de reprovação e abandono mais baixas.

Em relação ao Ensino Médio, no mesmo ano, a taxa de aprovação foi de 84,8% mais alta que a média do estado, sendo o índice de reprovação foi de 11,5% pouco acima. A taxa de abandono foi mais baixa que a média estadual, conforme **QUADRO 13**.

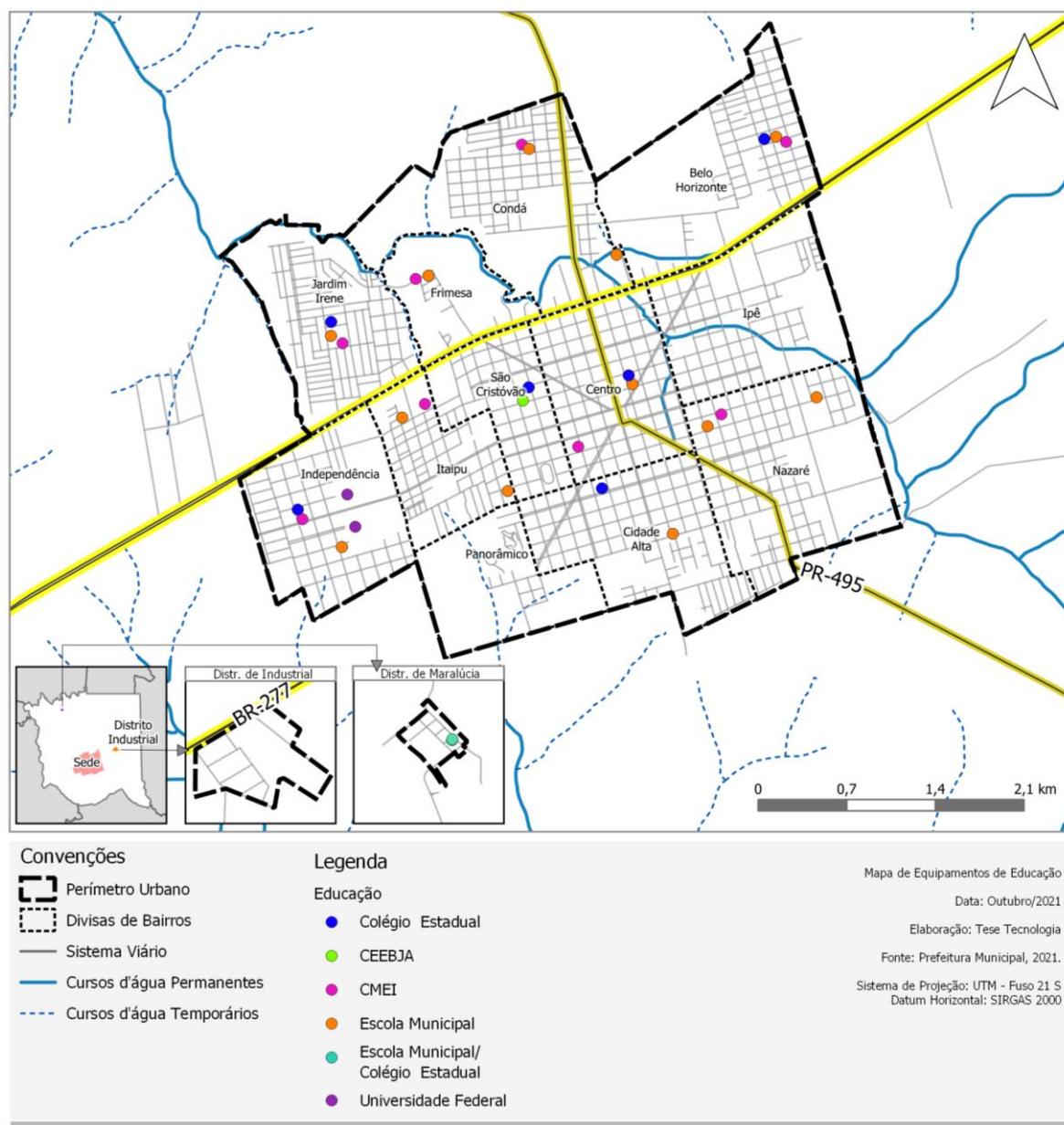
**QUADRO 13: TAXAS DE APROVAÇÃO, REPROVAÇÃO E ABANDONO, POR NÍVEL DE ENSINO – ANO (EM %)**

LOCAL	2019					
	ENSINO FUNDAMENTAL			ENSINO MÉDIO		
	APROVAÇÃO	REPROVAÇÃO	ABANDONO	APROVAÇÃO	REPROVAÇÃO	ABANDONO
Medianeira	93,3%	6,2%	0,5%	84,8%	11,5%	3,7%
Paraná	92,0%	7,2%	0,8%	82,4%	11,3%	6,3%

Fonte: INEP, 2018. Prefeitura Municipal, 2020.

O município possui atualmente 34 estabelecimentos de ensino, sendo: 11 centros de educação infantil, 8 municipais e 3 particulares; 13 escolas municipais com Educação Infantil e Ensino Fundamental Anos Iniciais; 8 escolas estaduais e 2 escolas particulares com ensino fundamental anos finais e médio. O ensino superior é ofertado pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR, no bairro Independência. Conforme ilustra a **FIGURA 21** estão mapeados os estabelecimentos de ensino sob gestão do município e do estado.

FIGURA 21: EDUCAÇÃO PÚBLICA - SEDE



Fonte: INEP, 2019; PDUR 2007. Prefeitura Municipal, 2020. Elaboração Tese Tecnologia, 2020.

Atualmente Medianeira possui 8 CMEIs destinados à Educação Infantil, nos quais estão matriculadas 1.505 crianças, como disposto no **QUADRO 14** e suas condições de atendimento serão analisadas de acordo com os critérios estabelecidos por Gouvêa, ali relacionados. Tais unidades, ao longo dos anos, têm sido objeto de melhorias e ampliações.

Em relação ao critério de área do lote de no mínimo 3.000m<sup>2</sup>, apenas os CMEIs Bebê Feliz, Silvia Pereira Donel e Moacir Micheletto não se encontram atendidos. Nestas unidades pode haver dificuldades em expansão do estabelecimento e de menos áreas de lazer e recreação disponíveis às crianças. Quanto ao número de alunos por sala de aula, que conforme Gouvêa (2008) deve ser de 15 a 25 crianças, todas as unidades apresentam suficiência, sendo que nos

CMEIs Mundo Mágico, Rose Mari Pelissari e Moacir Michletto, há menos de 15 crianças por sala em ao menos um dos turnos ofertados, apresentando disponibilidade em espaço para educação, no entanto nenhum dos equipamentos possui o número mínimo de 12 salas de aula. Além desses critérios, em relação à oferta de pelo menos um turno de atendimento (GOUVÊA, 2008), todos estão atendidos, entretanto, nenhum dispõe de turno integral.

Em 2021 total de salas de aula nos CMEIs é de 51 (Prefeitura Municipal, 2021), e considerando-se o número máximo de 25 crianças por sala, cada turno teria disponibilidade para 1.275 alunos. Em 2019, conforme os dados do INEP havia 49 salas de aula nos CMEIS, e considerando 25 alunos por sala, a capacidade dos CMEIS seria o atendimento de 1.225 crianças por turno. Assim, em 2019, no turno da manhã a capacidade de atendimento dos CMEIs possuía 53,95% de utilização e no turno da tarde a capacidade de atendimento possuía 68,9% de utilização.

**QUADRO 14: CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL - 2020**

EDUCAÇÃO INFANTIL	ENDEREÇO	ÁREA DO LOTE DO ESTABELECIMENTO	Nº DE SALAS DE AULA	ALUNOS MATRICULADOS POR TURNO - 2020			Nº DE ALUNOS POR SALA	
				M	T	I	M	T
Bebê Feliz	EI R. Rio de Janeiro, 1920 - Centro (Lote 6 Quadra 149 Quadrilátero Central)	Área Construída: 742,43m <sup>2</sup>	5	76	96	-	15	19
		Área do lote: 1.227,50m <sup>2</sup>						
Mundo Mágico	EI R. Porto Alegre, 1655 - Parque Independência (Lote 01 Quadra 18 do Lot. Parque Independência)	Área Construída: 539,06m <sup>2</sup>	6	64	88	-	11	15
		Área do lote: 4.622,04m <sup>2</sup>						
Rose Mary Pelissari	EI R. Ligia Fogaça, 1121 - Bairro Itaipu (Lote 11 Quadra 06 Lot. Portal do Lago)	Área Construída: 1.510,23m <sup>2</sup>	10	93	122	-	9	12
		Área do lote: 3.873,84m <sup>2</sup>						
Pequeno Polegar	EI R. Cezar Warner, 360 - Bairro Frimesa (Parte da Chácara 01)	Área Construída: 661,14m <sup>2</sup>	4	58	75	-	15	19
		Área do lote: 87.321,34m <sup>2</sup>						
Pequeno Príncipe	EI R. da Alegria, 266 - Jardim Irene (Lote 90A)	Área Construída: 741,40m <sup>2</sup>	5	88	104	-	18	21
		Área do lote: 14.785,30m <sup>2</sup>						
Sílvia Pereira Donel	EI R. Presidente Médice, 750 - Belo Horizonte (Lote 01 Quadra 25 do Lot. Jd. Belo Horizonte)	Área Construída: 647,32m <sup>2</sup>	7	116	132	-	17	19
		Área do lote: 1.312,50m <sup>2</sup>						
Sonho de Criança	EI R. Santa Inês, 440 - Bairro Condá (Quadra 27 Loteamento Condá)	Área Construída: 661,44m <sup>2</sup>	4	67	73	-	17	18
		Área do lote: 6.255,00m <sup>2</sup>						
Moacir Micheletto	EI R. Amapá, 2001 - Bairro Nazaré (Lote 01 Quadra 175 Quadrilátero Central)	Área Construída: 1.118,48m <sup>2</sup>	8	99	154	-	12	19
		Área do lote: 2.800,00m <sup>2</sup>						

EDUCAÇÃO INFANTIL	ENDEREÇO	ÁREA DO LOTE DO ESTABELECIMENTO	Nº DE SALAS DE AULA	ALUNOS MATRICULADOS POR TURNO - 2020			Nº DE ALUNOS POR SALA	
				M	T	I	M	T
<b>TOTAL</b>			<b>49</b>	<b>661</b>	<b>844</b>	-	-	-

Fonte: INEP, 2019. Prefeitura Municipal, 2020.

Observações:

EI – Educação Infantil

M – Manhã

T – Tarde

I – Integral

As Escolas Municipais, abrangem as modalidades Educação Infantil, Ensino Fundamental e Educação Especial, e totalizam 13 (Secretaria Municipal de Educação). Destas, 12 estão na Sede e uma em Maralúcia, e atendem 4.354 alunos. A rede física também será analisada de acordo com os critérios definidos por GOUVÊA (2008).

Em relação ao critério de área mínima do lote de 8.000 m<sup>2</sup> (GOUVÊA, 2008), apenas as escolas Municipais Carlos Lacerda e João Paulo II encontram-se atendidas. As demais escolas apresentam área de lote entre 3.000 m<sup>2</sup> a 6.000 m<sup>2</sup>, e nestas pode ocorrer dificuldade em ampliação ou poucas áreas de lazer e recreação para os alunos.

Quanto aos turnos de funcionamento, que devem ser ao menos dois (GOUVÊA, 2008), a E. M. Ulysses Guimarães funciona nos períodos da manhã, tarde e noite e é a única que oferta a modalidade Ensino de Jovens e Adultos. Dos outros 12 estabelecimentos, 11 funcionam nos períodos da manhã e tarde, já a E. M. Ulysses Guimarães e a E. M. São Luiz funcionam nos períodos da manhã, tarde e noite. Com relação ao número mínimo de salas de aula, que deve ser 15 (GOUVÊA, 2008), apenas a E. M. Carlos Lacerda apresenta suficiência, conforme **QUADRO 15** a seguir.

**QUADRO 15: ESCOLAS MUNICIPAIS**

ENSINO MUNICIPAL		ENDEREÇO	ÁREA DO LOTE	Nº DE SALAS DE AULA	TURNOS	ALUNOS MATRICULADOS POR MODALIDADE DE ENSINO 2020			
						EI	EF	EE	EJA
E. M. Ângelo Darolt	EI, EF	R. Rio Grande do Norte, 570 - Bairro Condá	Área Construída: 1.418,49m <sup>2</sup>	5	M, T	78	89	-	
		(Chácara n°27)	Área do Lote: 4.466,74m <sup>2</sup>						
E. M. Carlos Lacerda	EI, EF e EE	R. Minas Gerais, 4333 - Parque Independência	Área Construída: 3.287,92m <sup>2</sup>	15	M, T	233	298	8	
		(Lotes A.10,11, 14 e 15 da Quadra 32 Lot. Parque Independencia)	Área do Lote: 8.308,00m <sup>2</sup>						
E. M. Fernando Pessoa	EI, EF e EE	R. Amazonas, 422 - Nazaré	Área Construída: 1.678,02m <sup>2</sup>	5	M, T	68	95	4	
		(Lote 11 da Quadra B Lot. Parque Alvorada)	Área do lote: 4.059,00m <sup>2</sup>						
E. M. Grizelde Romig Fischborn	EI, EF e EE	Av. Primo Tacca, 400 - J. Belo Horizonte	Área Construída: 1.947,99m <sup>2</sup>	12	M, T	243	232	9	
		(Lote 02 Quadra 24 Lot. Jd. Belo Horizonte)	Área do lote: 3.360m <sup>2</sup>						
E. M. Idalina P. Bonatto	EI, EF e EE	R. Gualachos, 2260 - Bairro Condá (Quadra 27 do Loteamento Condá)	Área Construída: 1.948,33m <sup>2</sup>	7	M, T	186	181	6	
			Área do Lote: 6.255,00m <sup>2</sup>						
E. M. Jayme Canet	EI, EF	R. Amazonas, 2931 - Bairro Itaipu	Área Construída: 1.603,37m <sup>2</sup>	9	M, T	148	163	-	

ENSINO MUNICIPAL	ENDEREÇO	ÁREA DO LOTE	Nº DE SALAS DE AULA	TURNOS	ALUNOS MATRICULADOS POR MODALIDADE DE ENSINO 2020			
					EI	EF	EE	EJA
	(Lote 01 Quadra A Lot. Iguaçú)	Área do lote: 3.000,00m <sup>2</sup>						
E. M. João Guimarães Rosa	R. Cezar Varner, 340 - Bairro Frimesa	Área Construída: 531,78m <sup>2</sup>	5	M, T	108	116	-	
	(Quadra 06 Loteamento Frimesa)	Área do lote: 2.075,26m <sup>2</sup>						
E. M. João Paulo II	R. Onze, 331 - Jardim Irene (Lote 90C)	Área Construída: 2.346,93m <sup>2</sup>	13	M, T	251	306	10	
		Área do lote: 10.300,00m <sup>2</sup>						
E. M. José Lorenzoni	R. Jaime Lock, 1183 - Bairro Itaipu	Área Construída: 1.723,49m <sup>2</sup>	10	M, T	168	194	1	
	(Parte da Chácara 42)	Área do lote: 4.000,00m <sup>2</sup>						
E. M. Plínio Tourinho	R. Goiás, 1820 - Bairro Cidade Alta (Lote 7 e 8 Quadra 266 do Quadrilátero Central)	Área Construída: 1.572,06m <sup>2</sup>	10	M, T	172	199	8	
		Área do lote: 4.000,00m <sup>2</sup>						
E. M. Semíramis de Barros Braga	R. Espírito Santo, 2071 - Bairro Nazaré (Lotes 5,5A, 6, 6A, 7, 7A, 8, 8A, 9, 9A, 10 e 10A da Quadra 174 do Quadrilátero Central)	Área Construída: 2.362,77m <sup>2</sup>	11	M, T	218	257	6	
		Área do Lote: 6.000,00m <sup>2</sup>						
E. M. Ulysses Guimarães	R. Paraná, 1800 – Centro	Área construída: 2.745,45m <sup>2</sup>	9	M, T, N	194	196	31	26
	(Lote 02 da Quadra 106 Quadrilátero Central)	Área do Lote: 4.203,00						
E. M. São Luiz	Rua Ivo Darolt, 360 – Dist. Maralúcia (Lote 01 Quadra 02)	Área construída: 2.110,55m <sup>2</sup>	9	M, T, N	-	79	-	
		Área do Lote: 4.818,55m <sup>2</sup>						
<b>TOTAL</b>			<b>120</b>		<b>2076</b>	<b>2405</b>	<b>83</b>	<b>26</b>

Fonte: INEP, 2019. Prefeitura Municipal, 2020.

#### LEGENDA

**EI** - Educação Infantil                      **EF** - Ensino Fundamental                      **EE** - Educação Especial  
**M**    Manhã                                      **T**       Tarde  
**I**     Integral                                      **N**       Noite

Os estabelecimentos estaduais de ensino atendem o Ensino Fundamental (4 últimos anos), Ensino Médio e Educação Especial, distribuídos em 3 escolas, 4 colégios e um CEEBEJA. Em 2006 tais estabelecimentos atendiam 4.971 alunos (PDUR 2007) e atualmente atendem 5.424 alunos. Na maior parte destes estabelecimentos é ofertado tanto ensino médio quanto ensino fundamental.

Em relação ao critério de atendimento de 11.000m<sup>2</sup> de área de lote (GOUVÊA, 2008), o estabelecimento que mais se aproxima é o C. Est. João M. Mondrone, os demais apresentam área menor que a recomendada. Se assim, pode haver dificuldades em expansão da área para novas salas e menos espaços ao ar livre destinado ao lazer e recreação dos alunos.

Em relação ao critério do número máximo de alunos por equipamento de 1.440 (GOUVÊA, 2008), nenhuma apresenta quantidade superior. Já referente ao número de salas por equipamento de 18, todos apresentam número inferior e quanto ao número de turnos

ofertados recomendado que deve ser de no mínimo dois (GOUVÊA, 2008), todos os colégios e escolas estaduais apresentam atendimento. Quanto ao número máximo de alunos por sala de aula, nenhum dos estabelecimentos excede o critério de até 45 alunos por sala de aula, conforme disposto no **QUADRO 16**.

**QUADRO 16: ESTABELECIMENTOS DE ENSINO ESTADUAL – ESCOLAS E COLÉGIOS**

ENSINO ESTADUAL		Endereço	ÁREA DO LOTE / ÁREA CONSTRUÍDA	Nº DE SALAS DE AULA	MATRÍCULAS TURNO			MATRÍCULAS POR MODALIDADE DE ENSINO 2020			Nº DE ALUNOS POR SALA		
					M	T	N	EF	EM	EE	M	T	N
C. Est. Naira Fellini	EF, EM e EE	Rua Onze N. 312, Jd Irene	8.280,76/2.575,22	12	301	261	60	419	173	33	25	12	25
C. Est. Tancredo Neves	EF e EM	Rua Parana N. 4589, Pq Independencia	5.383,21/4.200,25	14	331	250	44	421	176	28	22	14	22
C. Est. Olavo Bilac	EF, EM e EE	Rua Para N. 2641, Bairro Sao Cristovao	4924,01/3.006,22	12	236	124	-	344	-	16	25	12	25
C. Est. Mal.A.Costa e Silva	EF, EM e EE	Rua Santa Catarina N. 1789, Bairro Centro	7175,00/3.401,28	10	346	294	110	425	307	18	30	10	30
C. Est. João M. Mondrone	EF, EM e EE	Rua Mato Grosso N. 2233, Bairro Cidade Alta	10045,05/ 3.692,66	17	366	441	65	494	349	29	18	17	18
C. E. Belo Horizonte	EF e EM	Rua Olavo Bilac N. 690, Bairro Belo Horizonte	5600,00/ 1.929,53	9	213	281	63	472	191	22	33	9	33
CEEBJA	EJA e EE	Rua Para N. 2641, Bairro Sao Cristovao	Junto com o Olavo Bilac	12	-	-	418	259	154	5	25	12	25
C. Est. Campo Maralúcia	EF, EM	Rua Ivo Darolt N. 360, Dist Maralucia	4281,06/1.185,32	9	99	6	-	66	33	6	33	9	33
<b>Total</b>					<b>1892</b>	<b>1657</b>	<b>760</b>	<b>2900</b>	<b>1383</b>	<b>157</b>	-	-	-

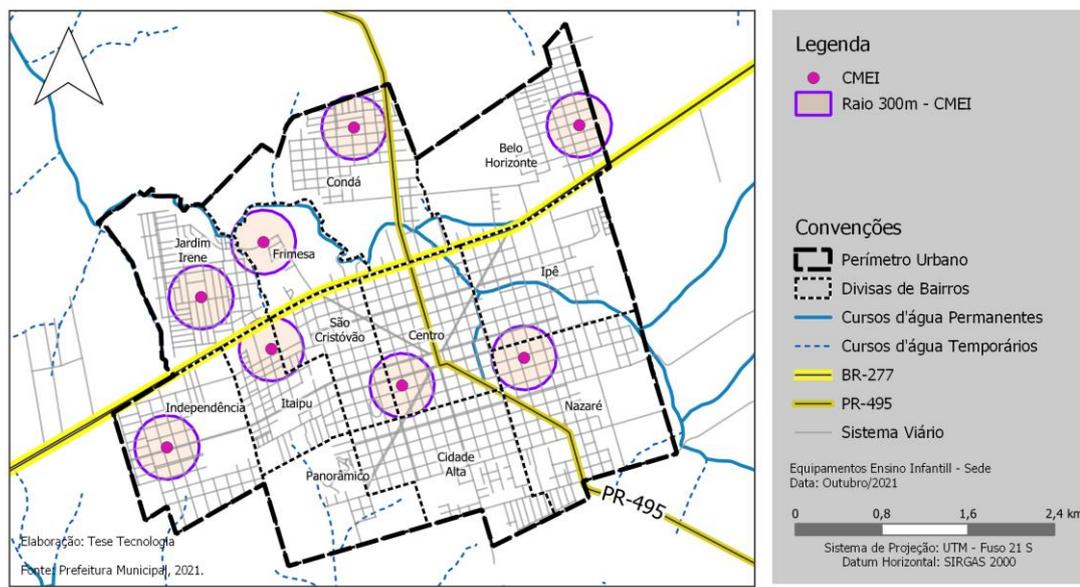
Fonte: INEP, 2019. Prefeitura Municipal, 2020.

**Legenda**

EF - Ensino Fundamental      EE - Educação Especial  
EM – Ensino Médio            M      Manhã  
T      tarde                        I      integral

Os Centros Municipais de Educação Infantil (CMEI) estão mapeados na **FIGURA 22**. A Sede conta com distribuição territorial equilibrada, que cobrem as áreas de maior densidade demográfica, pelos raios de abrangência de 300m. No entanto, existem ainda lacunas, com algumas áreas ainda não atendidas pelo critério de distância.

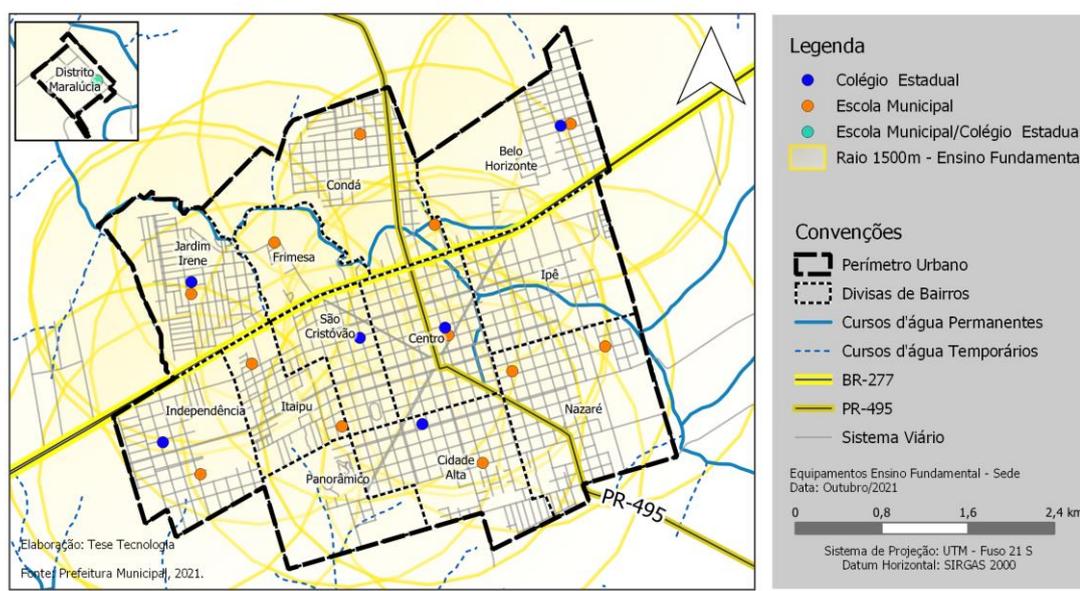
Nos demais distritos não existem CMEIs e em Maralúcia há uma escola de ensino fundamental que oferta Educação Infantil.

**FIGURA 22: ESTABELECIMENTOS DE EDUCAÇÃO INFANTIL SEDE - 2020**

Fonte: INEP, 2019; PDUR 2007. Prefeitura Municipal, 2020. Elaboração Tese Tecnologia, 2020.

Com relação à distribuição territorial das escolas de Ensino Fundamental, os raios de abrangência de 1.500 metros, conforme critério analítico adotado, cobrem todo o perímetro urbano da Sede conforme ilustra a **FIGURA 23**.

Quanto aos demais distritos, em Maralúcia há a Escola Municipal São Luiz que funciona em conjunto com o Colégio Estadual de Campo Maralúcia, provendo esta modalidade de ensino. Já no distrito Industrial não há estabelecimentos de Ensino Fundamental.

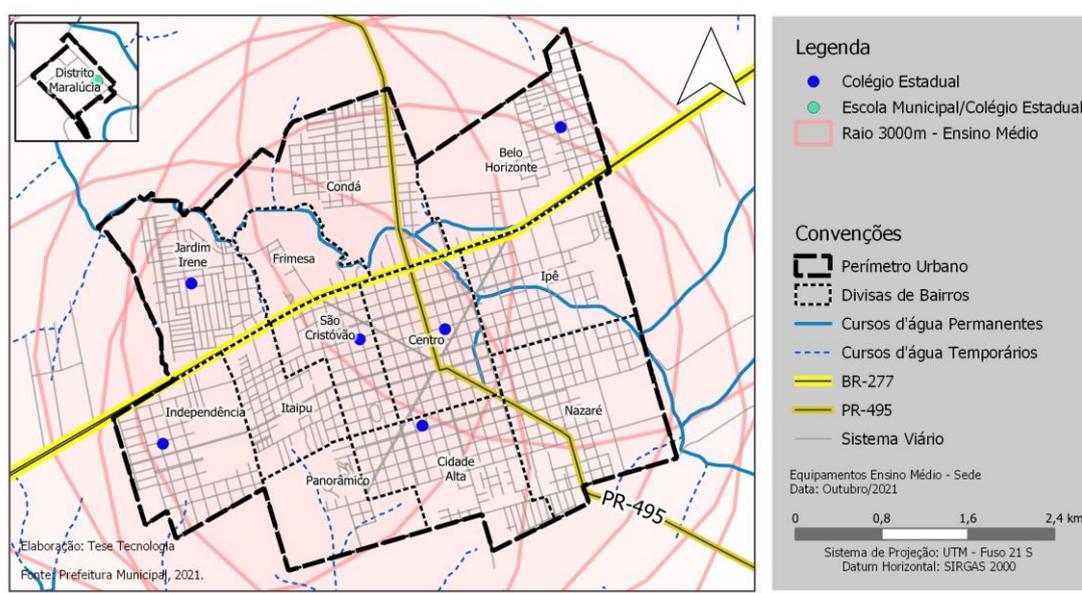
**FIGURA 23: ESTABELECIMENTOS DE ENSINO FUNDAMENTAL SEDE - 2020**

Fonte: INEP, 2019; PDUR 2007. Prefeitura Municipal, 2020. Elaboração Tese Tecnologia, 2020.

Quanto à distribuição territorial dos estabelecimentos públicos que ofertam Ensino Médio, os raios de abrangência de 3.000 metros abrangem toda a área da Sede, como ilustra a **FIGURA 24**. No distrito de Maralúcia o C. Est. Campo Maralúcia oferta ensino médio. Cabe-se ressaltar que já no ano de 2007, as localidades rurais e os distritos dispunham de transporte escolar, para facilitar o acesso aos estabelecimentos de ensino.

Em relação aos deslocamentos de estudantes, os discentes que cursam o ensino superior têm direito a vale transporte com desconto de 50% do valor da tarifa. O transporte é gratuito para os estudantes do ensino público, da pré-escola ao ensino médio, que residam a mais de 2 km de distância da escola. O transporte escolar é terceirizado, com a execução dos serviços prestada pelas empresas Paloma e Dawel sendo que na área rural há 908 alunos usuários do transporte escolar e nas áreas urbanas 1.476 alunos que dependem deste meio de transporte.

**FIGURA 24: ESTABELECIMENTOS ENSINO MÉDIO SEDE - 2020**



Fonte: INEP, 2019; PDUR 2007. Prefeitura Municipal, 2020. Elaboração Tese Tecnologia, 2020.

Além dos estabelecimentos relacionados, o ensino público ainda poderá contar com o Centro Estadual de Educação Profissional (CEEP), cuja construção encontra-se paralisada e possui capacidade para 1.200 alunos. Portanto é muito importante a finalização desta obra para o desenvolvimento socioeconômico no município

Para atendimento de alunos portadores necessidades especiais Medianeira possui organizações que desempenham diversas funções, conforme (PDUR 2007), a saber:

**1- APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais**

Associação destinada ao apoio das necessidades da pessoa com deficiência atuando nas áreas de saúde, educação, assistência social, defesa de direitos, capacitação profissional e autogestão. Esta instituição possui termo de fomento com a Prefeitura Municipal, através do qual são repassados recursos para atendimento.

#### 2- AMESFI - Associação Medianeirense de Surdos e Fissurados

Associação criada por iniciativa de educadores e comunidade com fim de prestar apoio pedagógico a estudantes com deficiência auditiva. É mantida pelos associados e conta com verba do governo federal.

#### 3- AMOA - Associação Medianeirense de Otimização da Aprendizagem

Esta associação objetiva oportunizar o acesso a trabalho educacional especializado às crianças e adolescentes com necessidades educacionais especiais e oferece diversos serviços técnicos específicos com tal fim. Possui termo Fomento junto à Prefeitura Municipal, através do qual são repassados recursos para tal fim.

#### 4- Centro de atendimento aos Deficientes Visuais na Escola Municipal Ulysses Guimarães

Infraestrutura adaptada na Escola Municipal Ulysses Guimarães para suprir necessidades humanas e pedagógicas permitindo a inclusão dos alunos com deficiência visual.

### 4.3. Equipamentos de Assistência Social

A Assistência Social é prevista como política pública, reconhecida pela Constituição Federal de 1988 e a Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS (Lei nº 8742/1993), está inserida no Sistema de Seguridade Social Brasileiro, devendo ser prestada a “a quem dela necessitar”, com caráter de política de Proteção Social, articulada com outras políticas do campo social, voltadas à garantia de direitos e de condições dignas de vida. A partir da aprovação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004) e da Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social - SUAS (NOB SUAS/2005) (BRASIL, 2005), a organização da gestão e da oferta dos programas, projetos, serviços e benefícios socioassistenciais foi completamente reestruturada e modificada. Este novo modelo evidenciou as diferenças e portes dos entes federativos brasileiros, e regulamentou o funcionamento SUAS e sua classificação em níveis diferenciados de gestão (inicial, básica e plena).

O município de Medianeira é considerado de Pequeno Porte II – município de 20.001 a 50.000 habitantes/de 5.000 a 10.000 famílias em média, e habilitado como gestão básica. Com a implantação do SUAS, a Assistência Social passa a possuir Proteções afiançadas, a Proteção Social Básica e a Proteção Social Especial, cujos objetivos são expostos a seguir:

- **Proteção Social Básica:** Prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, através da universalização dos serviços de proteção básica garantindo a qualidade do atendimento.
- **Proteção Social Especial:** Prestar atendimento assistencial as famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco social, por ocorrência de abandono, maus tratos físicos e, ou psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de

medidas socioeducativas, situação de rua, situação de trabalho infantil e de violação de direitos com garantia da oferta de serviços de qualidade.

A gestão em Medianeira é de responsabilidade da Secretaria Municipal de Assistência Social, a qual possui três divisões:

- i. Divisão de Gestão do Sistema Único de Assistência Social sob a qual está a Coordenação Administrativa, Orçamentária e Financeira;
- ii. Divisão de Proteção Social Básica, que coordena o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e a Coordenação do Cadastro Único (CadÚnico);
- iii. Divisão de Proteção Social Especial faz a gestão do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS).

Adicionalmente é de responsabilidade das Divisões de Proteção Social Básica e Especial, e das equipes de referência do CRAS e CREAS, o acompanhamento dos serviços, programas e projetos desenvolvidos por entidades socioassistenciais não governamentais, conforme os níveis de proteção. Vale ressaltar que a Secretaria possui vinculado a sua estrutura organizacional o Conselho Tutelar, porém somente de forma administrativa, uma vez que o Conselho Tutelar é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, conforme definições no Estatuto da Criança e do Adolescente.

Em medianeira é a Lei nº 228 (MEDIANEIRA, 2011) que estabelece os objetivos da Assistência Social no município, os quais estão em consonância com cinco dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), sendo eles: a ODS 1 “Erradicação da pobreza”, a ODS 2 “Fome zero e agricultura sustentável”, a ODS 5 “Igualdade de Gênero”, a ODS 8 “Trabalho decente e crescimento econômico” e a ODS 10 – “Redução das desigualdades”. Além disso existem atualmente 8 Planos Setoriais em Medianeira vinculados à assistência Social, visando sistematizar e organizar os programas, projetos e ações, e estabelecer os Fluxos e Protocolos dos serviços desenvolvidos, de forma a qualificar os atendimentos e realizar os encaminhamentos necessários dos usuários atendidos.

Os serviços da Assistência Social do município são divididos por níveis de Proteção sendo a Proteção Social Básica - PSB, vinculado ao Centro de Referência da Assistência Social – CRAS, e a Proteção Social Especial – PSE, sendo o atendimento de Média e Alta Complexidade, vinculado ao Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS, os quais serão detalhados a seguir.

### **Proteção Social Básica**

Os serviços de proteção social básica tiveram início em setembro de 2003, através da Casa da Família, e destinam-se à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acessos aos serviços públicos, dentre outros) e, ou, fragilização de vínculos afetivos, relacionais e de pertencimento social. Em Medianeira, esse serviço foi iniciado em 2003, denominado como Casa da Família e

posteriormente renomado para CRAS, onde desenvolve o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF

O Centro de Atendimento e Amparo à Criança e ao Adolescente - CEACA, programa de contra turno social de prevenção à violação de direitos de crianças e adolescentes, criado em 1993, teve seu encerramento em dezembro de 2016 e as crianças e adolescentes atendidas passaram a integrar o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV da entidade Semear em que o município adquiriu o serviço da entidade para a faixa etária de 6 a 15 anos, para atender a 150 crianças e adolescentes, sendo que essa demanda foi ampliada em 10 vagas, totalizando 160 crianças e adolescentes atendidos no ano de 2020. Ressaltando que o SCFV é referenciado ao CRAS e integra a Proteção Social Básica.

Para atendimento dos usuários idosos, existe o programa do SCFV (quinzenal) que tem por foco o desenvolvimento de atividades que contribuam no processo de envelhecimento saudável e no fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. O Centro de Convivência dos Idosos – CCI oferece atividades semanal de cultura e lazer para grupo de pessoas idosas que possuem autonomia e independência atividade que objetiva o convívio desta faixa etária com objetivo de prevenir o isolamento social que pode evoluir para o abandono dos idosos.

Os Benefícios Eventuais, integram a proteção social básica e são provisões gratuitas para a cobertura de determinadas necessidades temporárias para prevenir e enfrentar situações de vulnerabilidade em razão de contingências, como o auxílio de vulnerabilidade temporária básica e especial, auxílio natalidade, auxílio funerário (Lei nº 119/2008, Lei nº 278/2013 e Decreto nº 494/2013).

Existe também o Programa Aluguel Social - Lei nº 594/2016 (MEDIANEIRA, 2016), que é um benefício eventual de alcance abrangente, que envolve situações ligadas tanto à vulnerabilidade social, quanto pela decorrência de sinistros (incêndios, vendavais, entre outros) e por situações de violência doméstica para mulheres.

### **Proteção Social Especial de Média Complexidade**

A Proteção Social Especial de Média Complexidade teve início em 2001 com o Programa Sentinela, cujo objetivo era o atendimento das crianças e adolescentes vítimas de abuso ou exploração sexual, com PNAS promulgada em 2004 e a implantação do SUAS em 2005 o Programa se transformou no CREAS. É destinada a famílias e indivíduos que vivenciam violações de direitos e se encontram em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, maus tratos físicos, e, ou, psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas socioeducativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, porém que não tiveram seus vínculos familiares e comunitários rompidos.

São executados pelo CREAS o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos – PAEFI, voltado a famílias e indivíduos com seus direitos violados, visa o fortalecimento de vínculos familiares e da função protetiva das famílias, bem como o Serviço

de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e Prestação de Serviços à Comunidade – PSC.

Entre 2014 e 2017 foram realizadas Ações Estratégicas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - AEPETI, com encaminhamentos de adolescentes para o SCFV e para aprendizagem.

O Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora foi criado em 2015 e substituído pela Lei nº 608/2017, e diversas ações foram realizadas desde então, através de equipe compartilhada com o CREAS, foram realizadas divulgações, capacitações dos profissionais e de famílias interessadas. A partir de 2018 iniciou-se com o primeiro acolhimento de criança no acolhimento familiar no município. Conforme dados de agosto/2021 são 9 (nove) crianças e adolescentes acolhidas em 5 (cinco) famílias acolhedoras. Entende-se que o Serviço de acolhimento em Família Acolhedora está inserida na Proteção Social Especial de Alta Complexidade e entende-se que há necessidade de sede própria e equipe específica para o desenvolvimento do Serviço, não sendo compartilhado com o CREAS, situação que deve ser resolvida com concurso público ampliando a quantidade de servidores profissional de nível superior.

A Proteção Social Especial na Rede Não Governamental é composta por Serviços voltados às Pessoas com Deficiência na média complexidade, nas entidades AMOA, AMESFI, AMEDEF e APAE. Estes serviços têm como equipe de referência o CREAS, ou seja, havendo uma necessidade de apoio técnico é a equipe de média complexidade municipal que é acionada.

O CREAS também realiza o apoio técnico para as equipes da Alta Complexidade, como os serviços de Acolhimento Institucional de Longa Permanência para Idosos, Acolhimento para crianças e adolescentes na modalidade Casa Lar e o Acolhimento para Adultos - Casa de Passagem.

### **Proteção Social Especial de Alta Complexidade**

Os Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade são aqueles que garantem proteção integral (moradia, alimentação, higienização) para indivíduos e ou crianças e adolescentes que tem rompimento de vínculo familiar.

Para idosos há o Serviço de Acolhimento Institucional de Longa Permanência, para crianças e adolescentes o Serviço de Acolhimento Institucional na modalidade Casa Lar, e o Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora e, para adultos a Casa de Passagem que acolhe pessoas em situação de rua e algumas situações excepcionais como adolescentes com a autorização do Conselho Tutelar e mulheres em situação de violência.

A Casa de Passagem possui uma organização diferenciada quando há alguma dessas demandas, com espaço físico específico, sem necessidade atualmente da criação de um Serviço de Acolhimento específico para mulheres em situação de violência, visto que a demanda existente é atendida na Casa de Passagem e pelo aluguel social. Saliencia-se que em

relação a criação de serviço de atendimento a mulheres vítima de violência, a partir de 2021 iniciou-se discussões na Associação das primeiras damas dos municípios do Oeste do Paraná – ADAMOP e na Associação dos Municípios do Oeste do Paraná – AMOP para a implantação do serviço da casa abrigo regional para mulheres vítimas de violência, sendo do interesse do Município integral esse serviço regionalizado que ainda está em fase de discussões para estabelecimento de fluxos e custeio do serviço.

Até 2013 o serviço de acolhimento para crianças e adolescentes eram financiadas apenas pelo município, passando a ser co-financiado pelo Governo Federal em 2014 o Acolhimento de Crianças, na modalidade de Casa Lar, para até 10 (dez) crianças acolhidas e complementado em 2017 pelo Governo Estadual para o reordenamento do serviço de acolhimento para crianças e adolescentes para Família Acolhedora (MEDIANEIRA, 2021). Vale salientar não existe co-financiamento das outras esferas governamentais para os serviços de acolhimento de idosos e de pessoas adultas, na modalidade casa de passagem, sendo estes realizados com financiamento próprio da administração municipal e executado por entidades socioassistenciais.

O reordenamento do Albergue para a Casa de Passagem ocorreu no início de 2018, houve a abertura de edital para que entidade assistencial desenvolvesse o serviço e desde maio de 2018 o município conta com o serviço de alta complexidade de Acolhimento Institucional de adultos na Modalidade de Casa de Passagem que também realiza o Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua, referenciado ao CREAS e possui elaborado e consolidado o Fluxo e o Protocolo de Atendimento.

Os serviços oferecidos por cada equipamento da Rede Governamental estão apresentados no **QUADRO 17**, sendo classificados conforme seu nível de atendimento.

**QUADRO 17: REDE GOVERNAMENTAL EM FUNCIONAMENTO**

NÍVEIS DE ATENDIMENTO	NOME DO EQUIPAMENTO	SERVIÇOS OFERECIDOS	PÚBLICO-ALVO	SITUAÇÃO/ ENDEREÇO
PSB Básico	Centro de Referência de Assistência Social - CRAS	Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF;	Famílias, Idosos, crianças, adolescentes, jovens, PcD, Pessoas em Situação de Rua	Cedido/ Rua Santa Catarina, 1254 - Bairro Ipê
		Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV para Idosos;		
		Projeto de Enfrentamento à Pobreza;		
		Benefícios Eventuais;		
		Benefício de Prestação Continuada – BPC Idoso e PcD;		
		BPC Escola;		
Inscrição no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, Estadual e Municipal				

NÍVEIS DE ATENDIMENTO	NOME DO EQUIPAMENTO	SERVIÇOS OFERECIDOS	PÚBLICO-ALVO	SITUAÇÃO/ ENDEREÇO
PSE Média Complexidade	Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS	Serviço de Proteção e Atendimento Especializado à Família e Indivíduos – PAEFI;	Famílias, Crianças, adolescentes, Idosos, PcD, Mulheres, Pessoas em Situação de Rua	Próprio/ Rua Espírito Santo, 2200 – Bairro Nazaré
		Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e Prestação de Serviços		
PSE Alta Complexidade		Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora	Crianças e adolescentes retirados temporariamente do poder familiar, bem como, família de origem e família acolhedora	Próprio/ Rua Espírito Santo, 2200 – Bairro Nazaré

Fonte: Secretaria Municipal de Assistência Social, 2020.

Em complemento aos serviços oferecidos pela assistência social da rede governamental, o município ainda conta com outras 11 entidades socioassistenciais não governamentais. Destas 6 são destinadas ao atendimento de serviços da Proteção Social Básica, referenciadas ao CRAS, 4 destinadas ao atendimento de serviços da Proteção Social Especial de Média Complexidade e 2 destinadas ao atendimento de serviços da Proteção Social Especial de Alta Complexidade, todas referenciadas ao CREAS, conforme **QUADRO 18**.

A Proteção Social Básica, é composta pelo Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV para crianças e adolescentes e Programa de Promoção da Integração ao Mercado de Trabalho realizado pela Sociedade Filantrópica SEMEAR; o Benefício Socioassistencial – Auxílio natalidade pela APMIF; o SCFV para adultos, pela Associação Recanto Parque Iguaçu de Medianeira; Programa de Promoção da Integração ao Mercado de Trabalho, pelo CIEE/PR; e a Promoção da Defesa de Direitos, pelo SOS Vida.

A Proteção Social Especial de Média Complexidade na Rede Não Governamental, é composta por Serviços voltados às Pessoas com Deficiência, nas entidades AMOA, AMESFI, AMEDEF e APAE. Estes serviços têm como equipe de referência o CREAS, ou seja, havendo uma necessidade de apoio técnico é a equipe de média complexidade municipal que é acionada.

A Proteção Social Especial de Alta Complexidade na Rede Não Governamental, é composta por Serviços voltados ao Serviço de Acolhimento Institucional para idosos, crianças e adolescentes executado pela Fundação Jandira Aurea Zílio e pela entidade O Bom Samaritano, respectivamente, além do Serviço de Acolhimento Modalidade Casa de Passagem e da Abordagem Social, executada pela entidade O Bom Samaritano, referenciado ao CREAS, com Fluxo e o Protocolo de Atendimento elaborado e consolidado.

**QUADRO 18: REDE NÃO-GOVERNAMENTAL EM FUNCIONAMENTO**

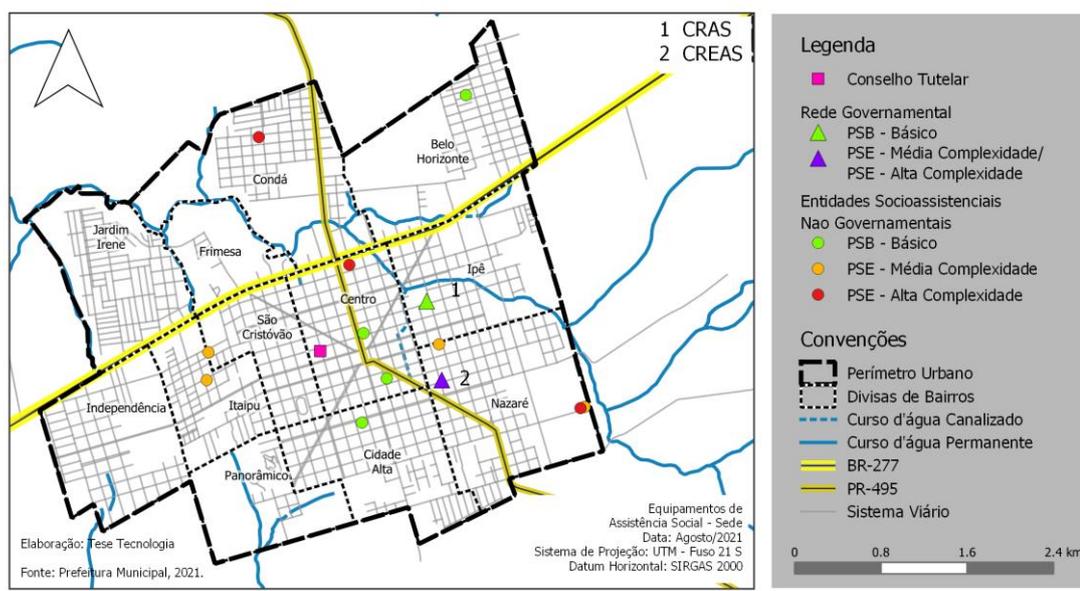
NÍVEIS DE ATENDIMENTO	NOME DO EQUIPAMENTO	SERVIÇO DESENVOLVIDO	PÚBLICO-ALVO	SITUAÇÃO/ ENDEREÇO
PSB Básico	Sociedade Filantrópica SEMEAR	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV para crianças e adolescentes faixa etária 6 a 15 anos; Aprendizagem;	Crianças, Adolescentes e jovens	Próprio/ Rua Mario Lorenzoni, 71 – Bairro Belo Horizonte
		Programa de Promoção da Integração ao Mercado de Trabalho	Adolescentes e Jovens	Próprio/ Rua Mario Lorenzoni, 71 – Bairro Belo Horizonte
	Associação de proteção a Maternidade Infância e Família - APMIF	Benefício Socioassistencial– Auxílio natalidade	Mulheres e crianças	Alugado/ Rua Paraguai, 2029 – Bairro Centro
	Associação Recanto Parque Iguazu de Medianeira	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV para adultos	Adultos e idosos	Próprio/ Linha Sol e Ouro (fora da área urbana)
	Centro de Integração Empresa-Escola do Paraná - CIEE/PR	Programa de Promoção da Integração ao Mercado de Trabalho	Adolescentes, jovens e Família	Alugado/ Rua Paraná, 1910 – Bairro Centro
	Sociedade de Organização Social Vida – SOS Vida	Promoção da Defesa de Direitos	Crianças, Adolescentes, Família	Alugado/ Av. Lagoa Vermelha, 1163 – Bairro Nazaré
PSE Média complexidade	Associação Medianeirense de Surdos e Fissurados - AMESFI	Serviço de PSE para pessoas com Deficiência, idosos e suas Famílias	Crianças, Adolescentes, Adultos e Idosos com algum grau de Deficiência	Alugado/ Rua Santa Catarina, 1160 – Bairro Centro
	AMOA - Associação Medianeirense de Otimização da Aprendizagem	Serviço de PSE para pessoas com Deficiência, idosos e suas Famílias	Crianças, Adolescentes e Adultos com algum grau de Deficiência	Próprio/ Rua Paulinho Valiati, 1260 – Bairro Itaipu
	APAE - Associação de Pais e Amigos Excepcionais	Serviço de PSE para pessoas com Deficiência, idosos e suas Famílias	Crianças, Adolescentes, Adultos com Deficiência e com algum grau de deficiência e suas famílias	Próprio/ Av. Rio Grande do Sul, 1250 – Bairro Centro
	AMEDEF – Associação Medianeirense dos Deficientes Físicos	Serviço de PSE para pessoas com Deficiência, idosos e suas Famílias	Crianças, Adolescentes, Adultos e Idosos com Deficiência e com algum grau de deficiência e suas famílias, idosos	Cedido/ Rua Goiás, 180 – Bairro Nazaré

NÍVEIS DE ATENDIMENTO	NOME DO EQUIPAMENTO	SERVIÇO DESENVOLVIDO	PÚBLICO-ALVO	SITUAÇÃO/ ENDEREÇO
			com algum grau de dependência sem deficiência	
PSE Alta Complexidade	Fundação Jandira Aurea Zílio	Serviço de Acolhimento Institucional para idosos	Idosos	Próprio/ Rua Goiás, 200 – Bairro Nazaré
	Entidade Filantrópica O Bom Samaritano	Serviço de Acolhimento Institucional para crianças e adolescentes	Crianças e Adolescentes, bem como família de origem e família extensa	Rua Gualachos, 2511 – Bairro Condá
		Serviço de Acolhimento Modalidade Casa de Passagem	Adultos e Famílias	Rua Paraguai, 880 - Bairro Centro
		Serviço Especializado de Abordagem Social	Adultos e Idosos em situação de rua, excepcionalidade adolescentes e mulheres em situação de violência	Rua Paraguai, 880 – Bairro Centro

Fonte: Secretaria Municipal de Assistência Social, 2020.

As entidades socioassistenciais não-governamentais estão mapeadas na **FIGURA 25** conforme os níveis de complexidade de atendimento, juntamente aos equipamentos de assistência social governamentais. Conforme já salientado anteriormente, o Conselho Tutelar não é um equipamento da Assistência Social, e sim da rede de proteção da criança e do adolescente, porém como está vinculado administrativamente a Assistência Social.

**FIGURA 25: EQUIPAMENTOS MUNICIPAIS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - 2020**



Fonte: PDUR 2007. Prefeitura Municipal, 2020. Elaboração Tese Tecnologia, 2020.

Siglas:

**1 - CRAS** Centro de Referência de Assistência Social

**2 - CREAS** Centro de Referência Especializado de Assistência Social

As necessidades da política da Assistência Social no município, conforme Prefeitura Municipal (2020), abrangem a edificação de obras para o funcionamento de serviços e além da implementação da estruturação dos recursos humanos que compõem as equipes dos serviços em conformidade com a Norma Operacional Básica dos Recursos Humanos – NOB-RH/SUAS.

Atualmente, o CRAS Medianeira está localizado em espaço público, porém, conforme SMAS não adequado às necessidades de atendimentos do CRAS, sendo necessária uma ampla reforma do espaço ou a edificação do CRAS em área central de fácil acesso a toda a população devido à característica de espalhamento das famílias em situação de vulnerabilidade social no município, além de uma segunda unidade de CRAS no Bairro Jardim Irene.

O Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) teve sua sede própria construída e inaugurada em dezembro de 2020 localizada na Rua Espírito Santo, 2200, bairro Nazaré. No entanto, ressalta-se a necessidade da construção de um equipamento específico como sede do Serviço de Acolhimento Familiar, o qual hoje é executado nas dependências do CREAS.

O Conselho Tutelar, apesar de órgão autônomo, é vinculado administrativamente à política de Assistência Social municipal, e não possui sede própria atualmente, no entanto existem recursos previstos da emenda parlamentar nº 202140740001 advinda do Ministério da Economia, de autoria do Deputado Federal Vermelho, no valor de R\$ 300.000,00 a serem destinados para este fim, devendo a construção do mesmo estar contemplada como meta na presente Revisão do Plano Diretor.

Existe também a necessidade de construir edificações destinadas à Proteção Social Especial de Média Complexidade (Centros Dia para idosos e pessoas com deficiência) e de Alta Complexidade (espaço para o acolhimento de idosos). Este foco na população idosa é extremamente necessário, especialmente ao considerar o envelhecimento populacional previsto nas projeções populacionais e a alteração da pirâmide etária da cidade, demonstrando um aumento de cerca de 15% no número de idosos até 2040 (IPARDES, 2018). Portanto devem ser previstos novos serviços, programas, equipamentos voltados ao atendimento à população idosa. Ainda na Proteção Social Especial de Alta Complexidade além da previsão de construir ou ampliar edificações para atendimento ao acolhimento de idosos e pessoas com deficiência, o Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora para ambos os públicos também deverá ser prioritário para a implantação.

Já com foco nas Crianças e adolescentes também são sugeridas a implantação do Programa de Guarda Subsidiada, serviço de orientação e apoio sociofamiliar às famílias de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidades sociais com vínculos ameaçados ou fragilizados, e do Programa de Apadrinhamento Afetivo e Financeiro, voltado para crianças e adolescentes que vivem em situação de acolhimento institucional ou familiar.

#### 4.4. Equipamentos de Lazer, Recreação, Cultura e Esportes

Os critérios analíticos dos equipamentos de Lazer, Recreação, Cultura e Esportes, descritos por Romanini (2007), consideram para cultura a área construída e para esportes e lazer, a área ocupada e raio de influência ou abrangência, conforme disposto no **QUADRO 19**.

**QUADRO 19: CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DA CAPACIDADE DE SUPORTE E ATENDIMENTO DOS EQUIPAMENTOS DE EDUCAÇÃO**

EQUIPAMENTO	CRITÉRIOS
Cultura	<b>Centros culturais</b> 400 m <sup>2</sup> área construída p/ cada 6.000 habitantes
Esportes	<b>Equipamentos de esportes</b> Área construída 4,00 ha para recreação ativa Área construída 2,00 ha para recreação passiva Raio de influência máximo: 2.400 metros 1 há de campo atende até 15.000 habitantes
Lazer	<b>Jardins públicos e praças</b> 1,00 m <sup>2</sup> /habitante Raio máximo de abrangência: 800 metros
Áreas Verdes	<b>Parques e Bosques</b> 12 m <sup>2</sup> / habitante

Fonte: Anicoli Romanini, 2007.

Assim, as características dos equipamentos existentes em Medianeira estão caracterizadas pelo critério de áreas ocupadas, conforme a seguir:

**QUADRO 20: ANÁLISE DOS EQUIPAMENTOS DE CULTURA, ESPORTES E LAZER PELO CRITÉRIO DE ÁREA**

EQUIPAMENTO	CRITÉRIOS
Cultura Centros Culturais	<b>Centro Cultural Arandura</b> 1.756 m <sup>2</sup> de área total construída

EQUIPAMENTO	CRITÉRIOS
<b>Esportes</b> Ginásios, Módulos Esportivos, Quadras de Esportes	<b>Ginásio de Esportes Antônio Lacerda Braga</b> Área total construída 1.750 m <sup>2</sup>
	<b>Ginásio de Esportes Somis Fellini</b> Área total construída 1.100 m <sup>2</sup>
	<b>Módulo Esportivo Teotônio Villela</b> Área total construída 14.400 m <sup>2</sup>
	<b>Ginásio de Esportes do Bairro Nazaré</b> Área construída 1.100 m <sup>2</sup>
	<b>Ginásio de Esportes Wádis Dallógllo</b> Área total construída 1.200 m <sup>2</sup>
	<b>Quadra de Esportes</b> Área de 1.100 m <sup>2</sup>
	<b>Lazer</b> Parques Urbanos Praças
<b>Parque Municipal 25 de Junho</b> 16.529,67 m <sup>2</sup> (1,65 ha)	
<b>Parque Municipal Sepe Tiaraju</b> 8.179,71 m <sup>2</sup> (0,81 ha)	
<b>Parque Municipal Tupã-Mbae</b> 34.410,63 m <sup>2</sup> (3,44 ha)	
<b>Praça Ângelo Darolt</b> 11.296 m <sup>2</sup> (1,13 ha)	

Fonte: Prefeitura Municipal, 2020.

Em relação à cultura, as principais deficiências apontadas no PDUR 2007 foram a falta de incentivos na área cultural, o baixo número de eventos e falta de espaço físico para a oferta de cursos, a falta de um museu e biblioteca, além da falta de espaço físico apropriado para a administração da Fundação de Amparo à Cultura (FUNDACEM).

Os principais equipamentos destinados à cultura em Medianeira são a Biblioteca Pública Municipal e o Centro Cultural Arandura. Conforme o critério de análise em relação ao atendimento para centros culturais (ROMANINI, 2007), de 400 m<sup>2</sup> de área construída para cada 6.000 habitantes, seriam necessários 2.782 m<sup>2</sup> de área construída para a população urbana de 41.743 pessoas prevista para 2021 (na sede). O atual Centro Cultural apresenta 1.756 m<sup>2</sup> e conforme a prefeitura municipal (2020), existe a necessidade de reforma estrutural. Além desse aspecto, ressalta-se a necessidade em reativação da Fundacem, para maior fortalecimento das ações destinadas à cultura no município.

Ainda em relação à cultura, no PDUR 2007 constam 4 ações específicas, dentre elas a construção de Museu da Cidade e a Casa da Memória que ainda não foram implementadas. Para execução de novos programas voltados a cultura, o município está em constante busca de parcerias público-privadas ou aportes de outras esferas governamentais para viabilizá-los.

Em 2006, os equipamentos esportivos eram considerados bons ou regulares pela comunidade. Existiam 10 ginásios de esportes, 6 campos de futebol, 7 canchas de bocha, 2 canchas de bolão e 2 pistas de atletismo localizados conforme Mapa de Equipamentos de Esportes no PDUR 2007. Atualmente na sede, os equipamentos comunitários esportivos municipais são 5 ginásios de esportes e um módulo esportivo.

Conforme os critérios de análise de atendimento definidos por Romanini 2007, de pelo menos 1 ha de área esportiva para cada 15.000 habitantes, seriam necessários minimamente 2,8 ha para a população urbana estimada para 2021 de 41.743 habitantes (na sede). Atualmente os equipamentos comunitários esportivos municipais totalizam a área de 20.650 m<sup>2</sup> (2,06 ha), somando recreação ativa e passiva (com o ideal indicado de 6 ha, Romanini, 2007).

Além destes equipamentos comunitários exclusivos de esportes, as escolas, clubes, comunidades, áreas privadas complementam a capacidade de atendimento (Prefeitura Municipal, 2020). A relação destas áreas é a seguinte: 24 campos de futebol, 11 canchas de bocha, 9 ginásios de esportes, 1 pista de Bolão, 8 quadras cobertas, 1 quadra de voleibol e futevôlei. Sendo assim, há suficiência na capacidade de atendimento em áreas esportivas no município.

Os equipamentos públicos de lazer e recreação tais como jardins públicos, praças e áreas verdes, apontados pelo PDUR 2007, foram considerados insuficientes por 50,9% dos cidadãos que integraram o processo participativo referente à avaliação do tema na leitura da realidade de então.

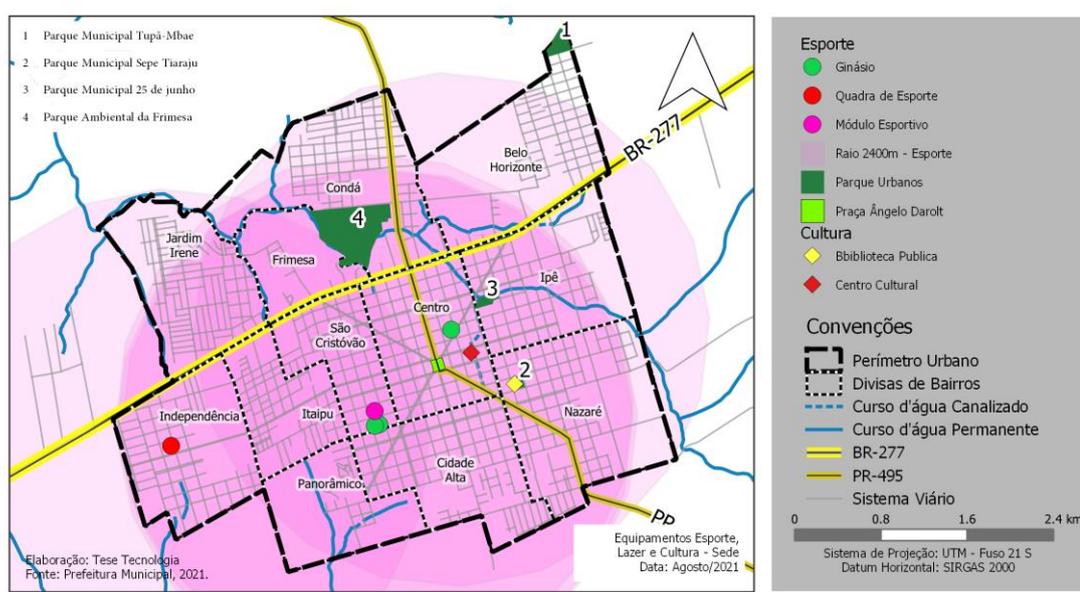
Em relação ao critério de análise de atendimento em lazer ativo para jardins públicos e praças, de 1,00 m<sup>2</sup> por habitante (ROMANINI, 2007), para a população urbana de 41.743 habitantes prevista para a sede em 2021, seriam necessários 41.743 m<sup>2</sup>, ou seja, 4,74 ha. Atualmente a sede dispõe da Praça Ângelo Darolt, com área de 11.296 m<sup>2</sup> (1,13 ha), que é o ponto nodal de encontros sociais e de lazer da sede que também atrai eventos variados imprimindo vitalidade à vida urbana. Em função do critério de área, o aspecto jardins públicos e praças encontra-se 3,61 ha aquém do recomendado.

Quanto à análise da capacidade de atendimento em áreas verdes de parques e bosques, o recomendado conforme Romanini (2007) seriam 12 m<sup>2</sup> por habitante, e considerando-se a população urbana da sede de 41.743 habitantes prevista para a sede em 2021, seriam necessários 494.724 m<sup>2</sup> (50,09 ha). As áreas verdes destinadas ao lazer ativo são os parques urbanos Parque Ambiental da Frimesa (27,16 ha), Parque Municipal 25 de Junho (1,65 ha), Parque Municipal Sepe Tiaraju (0,81 ha), Parque Municipal Tupã-Mbae (3,44 ha) que somam 33,06 ha, portanto 17,03 ha abaixo do recomendado.

As áreas verdes, conforme o PDUR 2007, também estão distribuídas entre outros elementos que compõem a arborização urbana, tais como reservas de matas nativas, áreas de reflorestamento, na arborização pública e nas áreas de uso público, estas que atualmente representam 5897,48 ha no perímetro urbano sede. O índice de arborização por habitante na sede para a população estimada em 2021 de 41.743 habitantes é de aproximadamente 0,14 ha por habitante. Entretanto, as áreas verdes vinculadas ao lazer representam apenas 0,5% das áreas verdes da sede, indicando que há possibilidade em ampliar as alternativas de espaços vegetados vinculados ao lazer beneficiando a população com novos elementos para apropriação da paisagem local.

Os equipamentos de lazer/recreação, cultura e esportes estão mapeados na figura a seguir. Esses equipamentos são de jurisdição municipal e de uso exclusivo, não associados a outras finalidades, estando localizados nas áreas mais populosas da sede.

**FIGURA 26: EQUIPAMENTOS DE LAZER, RECREAÇÃO, CULTURA E ESPORTES**



Fonte: Prefeitura Municipal, 2020. Elaboração Tese Tecnologia, 2020.

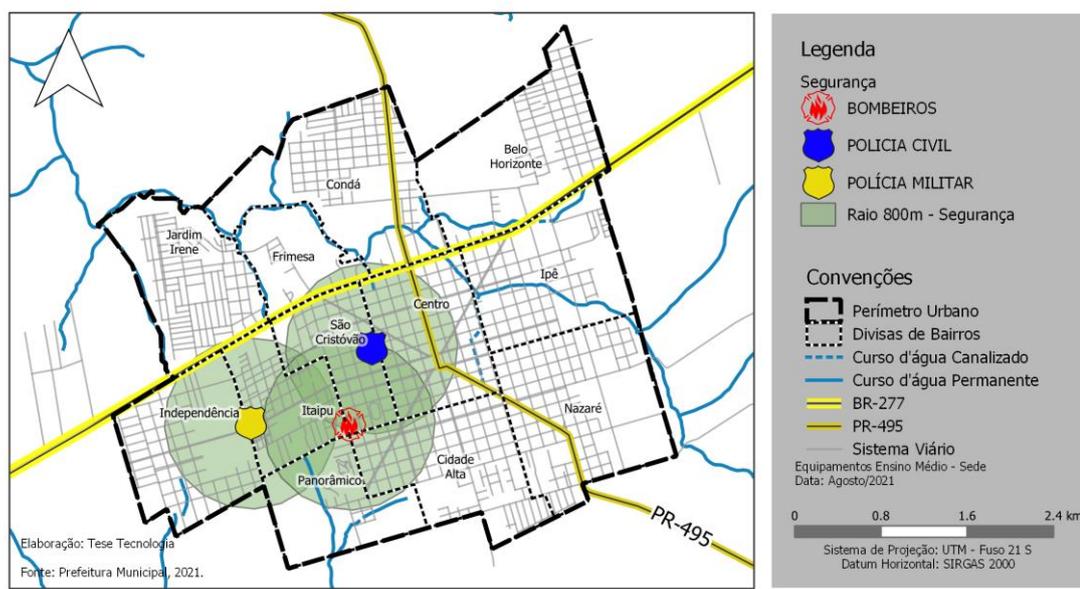
Em relação à capacidade de distribuição na sede, os equipamentos esportivos possuem boa cobertura, já os equipamentos de lazer ativo (que apresentam suficiência em área) e os de cultura (insuficientes em área), estão concentrados apenas na área central, desfavorecendo áreas mais periféricas.

#### 4.5. Equipamentos de Segurança Pública

O critério analítico dos equipamentos de segurança, descrito por Romanini (2007), considera que sua localização deve ter raio de abrangência de 800 metros, cobrindo a área urbana. Conforme o PDUR 2007, em 2006 os principais problemas detectados em relação à segurança

foram o aumento da criminalidade, a carência de policiais e a falta de patrulhamento nos bairros e áreas rurais, sendo que todos esses problemas estão interligados. Os equipamentos de segurança pública existentes em Medianeira são a 12ª Delegacia Regional de Polícia Civil e a Cadeia Pública. Conta também como reforço da segurança, com a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros (1º SGBI/ 3ª SB), localizados na **FIGURA 27** a seguir. Como apoio à segurança o município dispõe ainda da Defesa Civil que, no entanto, ainda não possui postos de guarda municipal ou núcleo/delegacia das mulheres.

**FIGURA 27: EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA MUNICIPAL**



Fonte: PDUR 2007. Prefeitura Municipal, 2020. Elaboração Tese Tecnologia, 2020

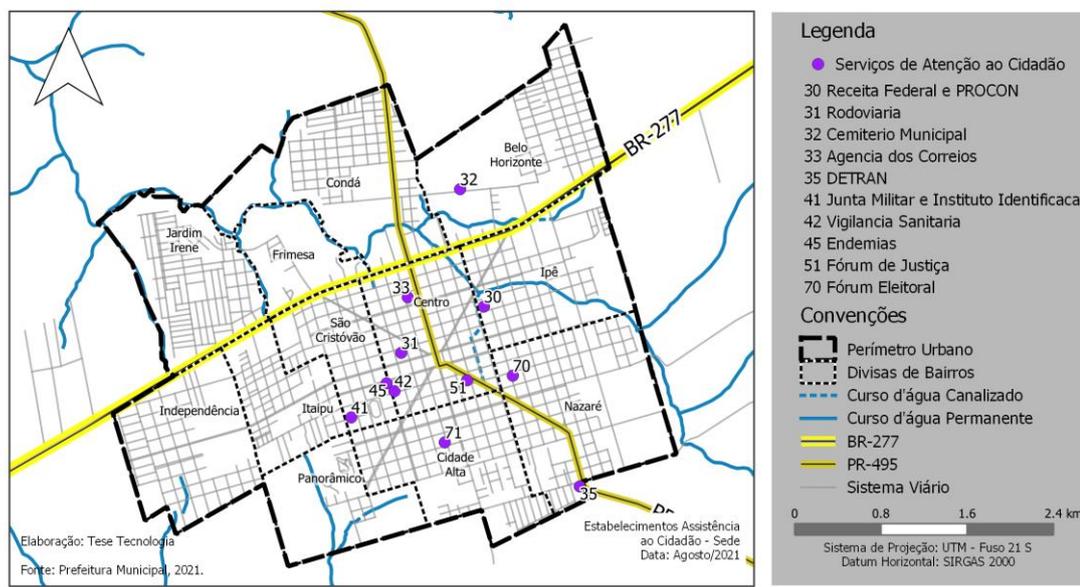
Em relação ao critério de análise, a distribuição territorial de tais equipamentos deve cobrir todas as áreas urbanas com os raios de abrangência de 800 metros. Entretanto, os equipamentos de segurança estão concentrados apenas na porção Centro-Oeste do distrito Sede, próximos a alguns dos setores censitários mais populosos da Sede, de 768 a 1.533 habitantes. Entretanto, ainda há carência na porção norte, especialmente os bairros Condá e Belo Horizonte, igualmente populosas, e evidencia-se a falta de cobertura nos demais distritos urbanos.

#### 4.6. Estabelecimentos Serviços Municipais de Assistência ao Cidadão

Em relação à localização dos serviços de assistência ao cidadão, estão concentrados na parte central da Sede e também atendem aos demais distritos. O município possui o cemitério municipal, ao Norte da BR-277 e a Rodoviária no centro da Sede, mapeados na **FIGURA 28**. Adicionalmente possui Receita Federal e PROCON, Agência dos Correios, DETRAN, Junta Militar, Endemias, Fórum de Justiça e Fórum Eleitoral. Ressalta-se a existência da Agência do

trabalhador, voltada ao amparo ao cidadão e sua inclusão no desenvolvimento econômico do município.

**FIGURA 28: EQUIPAMENTOS DE SERVIÇOS MUNICIPAIS DE ASSISTÊNCIA AO CIDADÃO**



Fonte: PDUR 2007. Prefeitura Municipal, 2020. Elaboração Tese Tecnologia, 2020.

Este elenco de serviços corrobora para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos, fato este reconhecido por 40,7% dos habitantes que integraram o processo participativo, conforme PDUR 2007. No entanto, já existia então, uma demanda por maior abrangência dos serviços, com equipamentos específicos como postos policiais para a área de segurança.

Face a localização da Sede no entroncamento de duas rodovias, a acessibilidade aos serviços é muito grande, na escala do município, propiciando um bom atendimento à população pelos serviços públicos ali localizados.

## 4.7. Conclusão quanto aos equipamentos urbanos

### SAÚDE

Com relação aos equipamentos de atendimento básico à saúde, estes possuem boa distribuição territorial no distrito Sede e Maralúcia. Em relação ao distrito Industrial, mais próximo à sede, apesar da inexistência de uma Unidade Básica de Saúde, a acessibilidade é alta, em função da rodovia BR-277 e face à distância a ser percorrida. Os demais equipamentos, responsáveis pelos atendimentos mais especializados, requerem deslocamentos em direção à sede, visto o porte dos distritos serem incompatíveis com a instalação localizada de tais equipamentos.

## EDUCAÇÃO

Conforme Prefeitura Municipal, a educação básica não apresenta taxa de evasão escolar, além disso, as taxas de aprovação estão acima dos índices apresentados no estado do Paraná com os percentuais de 93,3% para o Ensino Fundamental e 84,8% para o Ensino Médio. Tais indicadores apontam para a boa qualidade no ensino básico existente. Apesar disso, conforme a Prefeitura Municipal (2020) há nas áreas urbanas carência em relação ao número de salas de aula, insuficientes para atender a demanda.

Em relação aos equipamentos de educação, considerando os critérios de análise por raios de abrangência, a educação infantil, ensino fundamental e ensino médio apresentam boa distribuição territorial na Sede. No distrito de Maralúcia há um estabelecimento que oferta educação infantil, ensino fundamental e ensino médio. Os alunos residentes na área rural e distrito industrial necessitam se deslocar até a sede por meio do transporte escolar que é terceirizado, com a execução dos serviços prestada pelas empresas Paloma e Dawel.

Em relação ao atendimento dos estudantes com necessidades especiais, além de haver oferta de Educação Especial, na maior parte dos estabelecimentos de ensino municipal e estadual, Medianeira também conta com as instituições e entidades de apoio à pessoa com deficiência.

No entanto, existem programas municipais que são descontinuados, a partir da quinta série, pelas escolas estaduais. Tal fato é preocupante pois acontece justamente quando os alunos ainda estão em idade que necessita maior atenção do sistema educacional.

## ASSISTÊNCIA SOCIAL

Os equipamentos de assistência social e serviços municipais de assistência ao cidadão estão todos localizados no distrito Sede, mas atendem aos demais distritos urbanos e às localidades rurais. Ressalta-se a necessidade em complementação da rede de Assistência Social do município e providenciar Sede própria para o CRAS, bem como a ampliação de mais um CRAS, a sede própria do Conselho Tutelar, Centros Dia para idosos e Pessoas com Deficiência, espaço para o acolhimento de idosos, além da implementação dos Programas de Guarda Subsidiada e de Apadrinhamento Afetivo e Financeiro, destinado às crianças e adolescentes, e da implementação da estruturação dos recursos humanos conforme a NOB-RH/SUAS.

## SEGURANÇA PÚBLICA

Os equipamentos de segurança pública existentes, no interstício de 2006 a 2019, são insuficientes para garantir a segurança da população. Encontram-se concentrados na região Centro-Oeste da Sede e, conforme a análise por raios de abrangência, a distribuição territorial mesmo na Sede é insuficiente. A falta de equipamentos de segurança complementares tais como delegacia da mulher e módulos de guarda municipal agravam os problemas de segurança, também recorrentes na área rural do município.

## LAZER E RECREAÇÃO

Atualmente, como equipamentos municipais de lazer e recreação a sede dispõe da Praça Ângelo Darolt, que é o ponto de encontro da população e dos parques urbanos. A existência dos parques urbanos e demais áreas verdes influencia positivamente a qualidade de vida dos munícipes. Entretanto, salienta-se que ainda há poucas áreas verdes vinculadas ao lazer e recreação das áreas urbanas levando em conta os critérios de análise adotados para verificação da capacidade de distribuição e atendimento.

#### CULTURA

Em relação à cultura, as principais necessidades apontadas atualmente estão voltadas à carência de recursos para eventos e de equipamentos culturais. Para suprir tais necessidades, as demandas são por ampliação dos espaços existentes destinados à cultura e complementação da oferta por meio da construção de novos. Além disso, para fortalecimento do acesso à cultura, o município busca formação de parcerias com a iniciativa privada.

#### ESPORTES

A oferta por equipamentos de esportivos em Medianeira é bastante variada e bem distribuída territorialmente. Além dos equipamentos públicos municipais, as áreas urbanas ainda dispõem de estabelecimentos privados para suprir as demandas dos munícipes.

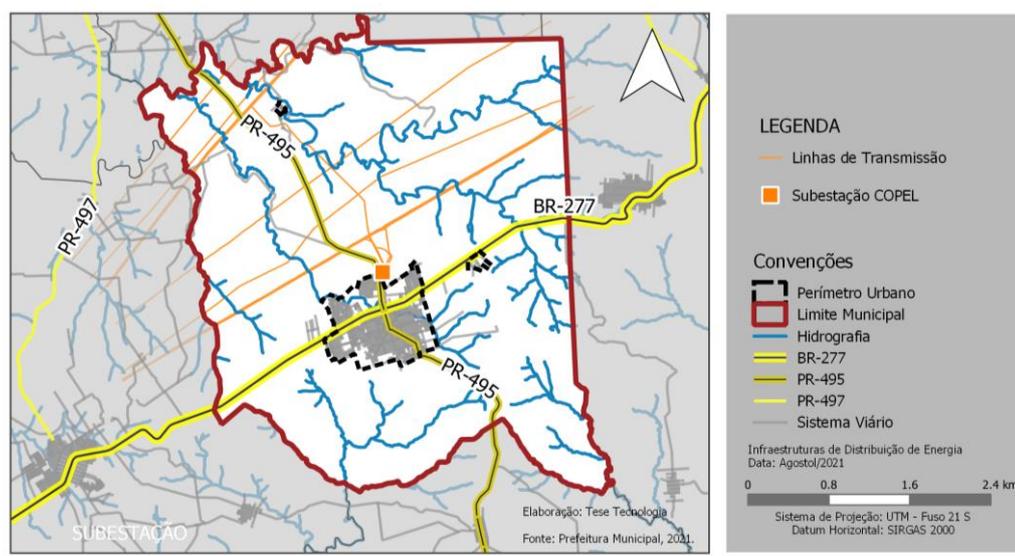
## **5. Adequação da capacidade de suporte, atendimento e distribuição espacial dos serviços públicos**

Quanto aos serviços públicos, serão analisados os seguintes: Distribuição de Energia Elétrica, Esgotamento Sanitário, Abastecimento de Água e Coleta de Resíduos Sólidos, de acordo com classificação do IBGE dos dados por setor censitário. Além destes dados, estão sendo considerados os obtidos junto ao Sistema Nacional de Informações Sobre Saneamento (SNIS).

## 5.1. Distribuição Energia Elétrica

A concessão do serviço de distribuição de energia elétrica em Medianeira é da Companhia Paranaense de Energia Elétrica (COPEL). A infraestrutura instalada de distribuição de energia elétrica é realizada por meio da subestação Medianeira Oeste, interligada à subestação Foz do Iguaçu (PDUR 2007, pág. 132). A subestação municipal encontra-se limítrofe ao perímetro urbano da sede, conforme ilustra **FIGURA 29**. As linhas de transmissão existentes estão instaladas nas áreas rurais, não interferindo nas áreas urbanas.

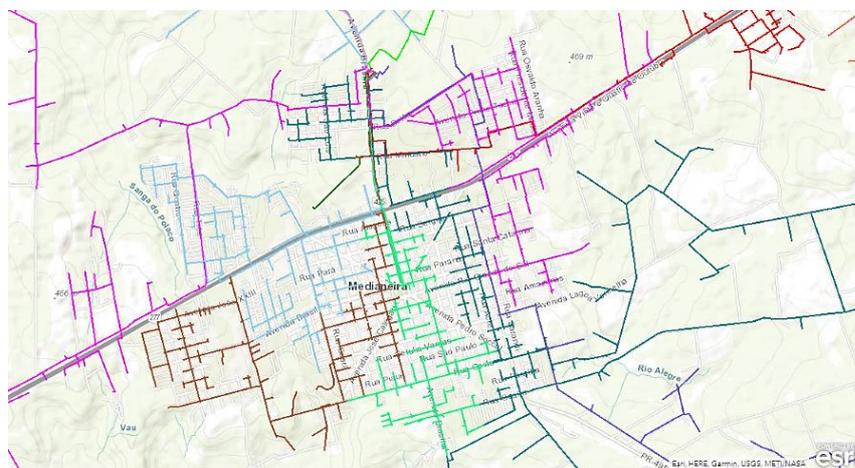
**FIGURA 29: INFRAESTRUTURA INSTALADA - ENERGIA ELÉTRICA**



Fonte: ANEEL. PDUR 2007. Elaboração Tese Tecnologia, 2020.

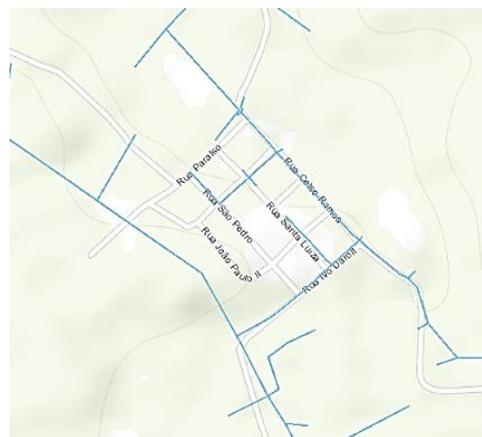
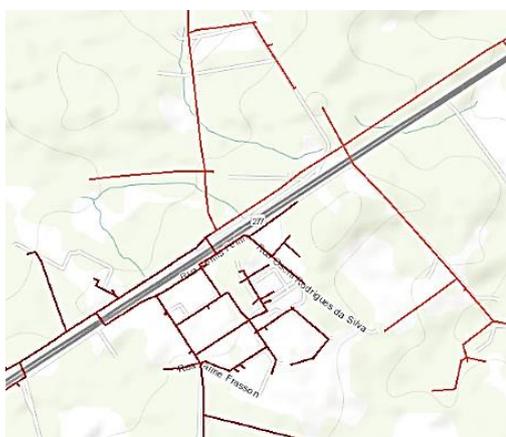
Os principais problemas relativos ao fornecimento de energia identificados no PDUR 2007 foram as quedas e oscilações, o atendimento à área rural e o alto custo da energia elétrica.

Em 2017 a maior parte dos logradouros apresentou cobertura por rede elétrica básica, excetuando-se por alguns localizados externamente à área central deste distrito. Os demais distritos também apresentaram cobertura por rede elétrica básica, satisfatória, sendo que as infraestruturas se distribuem a partir das principais vias de acesso, sendo no Distrito Industrial a BR-277 e em Maralúcia a PR-495. A distribuição da rede básica de energia elétrica na sede encontra-se mapeada conforme ilustra a **FIGURA 30** e nos demais distritos, na **FIGURA 31**.

**FIGURA 30: REDE ELÉTRICA BÁSICA – DISTRITO SEDE 2017**

Fonte: COPEL, 2017.

OBS: Não foi possível obter da COPEL a legenda deste mapa. Infere-se que sejam a setorização energética urbana.

**FIGURA 31: REDE ELÉTRICA BÁSICA – DISTRITOS INDUSTRIAL E DE MARALÚCIA 2017****DISTRITO INDUSTRIAL****DISTRITO DE MARALÚCIA**

Fonte: COPEL, 2017.

Até o ano de 2019, o conjunto elétrico<sup>12</sup> de Medianeira atendido pela COPEL – DIS possuía o total de consumidores no conjunto elétrico de Medianeira de 40.864 e índice de 12,47 em Frequência Equivalente de Interrupção Total (FECTOTAL), indicador coletivo de continuidade da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). A média do índice FECTOTAL para conjuntos elétricos com número igual ou superior à 40.884 consumidores foi de 8,98, portanto até 2019

<sup>12</sup> A continuidade do fornecimento é avaliada pela ANEEL através de subdivisões das distribuidoras, denominadas conjuntos elétricos. Conjuntos elétricos podem ter abrangência variada, sendo que os maiores podem abranger mais de um município, ao mesmo tempo em que alguns municípios podem possuir mais de um conjunto (ANEEL, 2016).

verificou-se no conjunto elétrico de Medianeira frequência de interrupções acima da média apresentada por seus pares.

O maior número de consumidores<sup>13</sup> de energia elétrica é a categoria residencial, com 17.163 consumidores e o consumo de 40 Mwh, seguido pelo setor comercial que possui 1.728 consumidores e o consumo de 21.378 Mwh. Em relação à categoria industrial, esta representa o consumo de 11.581 Mwh demandados por 267 unidades consumidoras, conforme disposto na **TABELA 2**. Porém existem os consumidores atendidos por outros fornecedores ou parcela atendida pela COPEL. O Total do consumo energético em Medianeira é de 194.027 Mwh.

**TABELA 2: CONSUMO E NÚMERO DE CONSUMIDORES ENERGIA ELÉTRICA – 2018**

CATEGORIAS	CONSUMO (Mwh)	Nº DE CONSUMIDORES
Residencial	40.225	17.163
Setor secundário (Indústria)	11.581	267
Setor comercial	21.378	1.728
Rural	13.098	1.425
Outras classes*	11.239	209
Consumo livre (na indústria) (uso do sistema)**	96.507	6
<b>TOTAL</b>	<b>194.027</b>	<b>20.798</b>

Fonte: COPEL e Concessionárias CELESC, COCEL, CFLO. CPFL e FORCEL. IPARDES, 2018.

Observações:

\* Inclui as categorias consumo próprio, iluminação pública, poder público e serviço público.

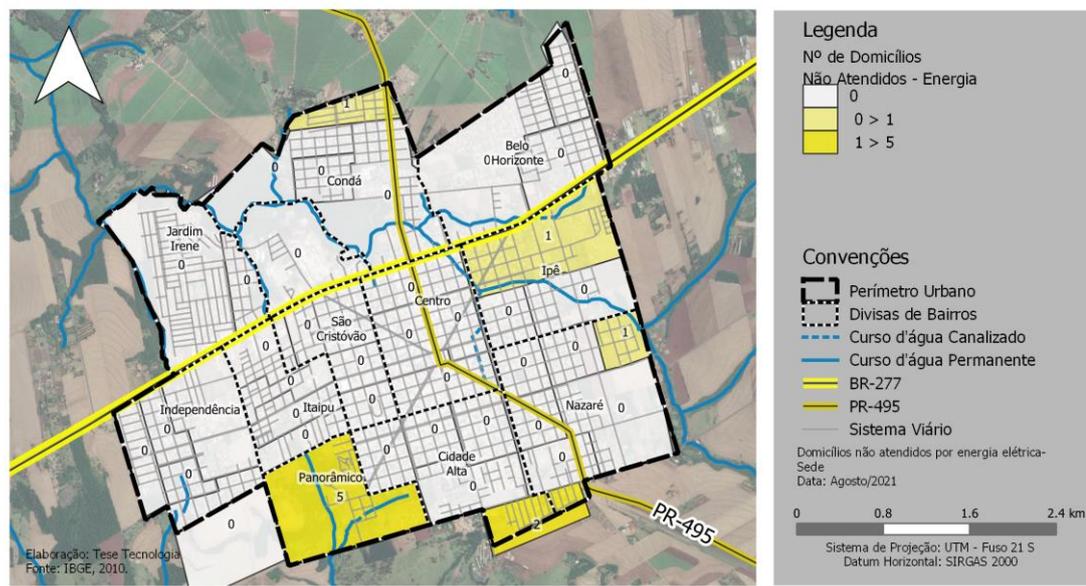
\*\* Refere-se ao consumo de energia elétrica da autoprodução da indústria. Inclui os consumidores atendidos por outro fornecedor de energia e os que possuem parcela de carga atendida pela COPEL Distribuição e a outra parcela por outro fornecedor.

Na **FIGURA 32** a seguir estão mapeados os domicílios não atendidos por energia elétrica, conforme o Censo 2010.

---

<sup>13</sup> Entende-se por consumidor as unidades consumidoras de energia elétrica (relógios) – IPARDES, 2018.

**FIGURA 32: DOMICÍLIOS NÃO ATENDIDOS POR SERVIÇO DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA**



Fonte: IBGE, 2010. Elaboração Tese Tecnologia, 2021.

De acordo com o IBGE, em 2010, o percentual de domicílios da sede em logradouros não atendidos por distribuição de energia elétrica foi de 0,06%, equivalentes a 7 domicílios. O maior número de domicílios sem identificação de logradouros na sede estava localizado nos setores da faixa de 1 a 5 domicílios. Este percentual aplicado à estimativa de domicílios para 2021, redundaria em 8 domicílios.

Em 2010 todos os domicílios nos distritos Industrial e de Maralúcia estiveram atendidos por energia elétrica.

Após insistentes solicitações não foi possível obter o mapa de fornecimento atualizado de energia da COPEL.

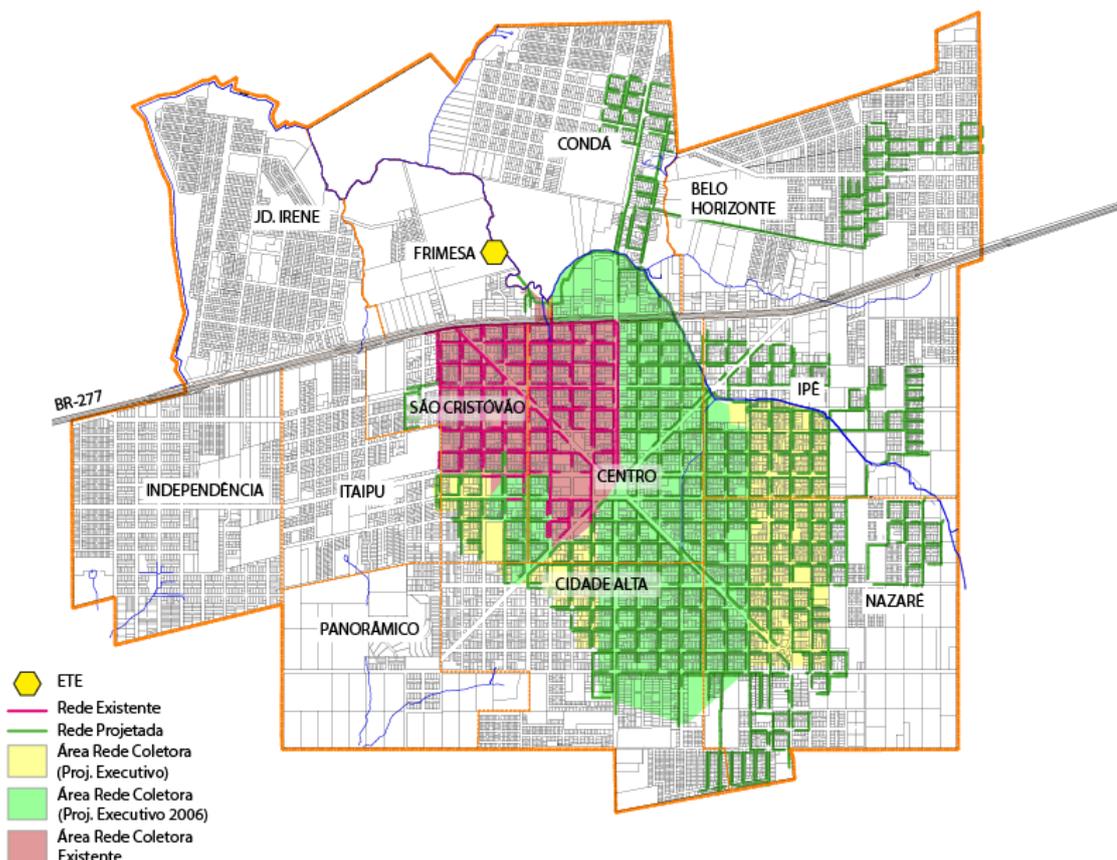
## 5.2. Serviço de Esgotamento Sanitário

O serviço de esgotamento sanitário é de concessão da Companhia de Saneamento do Paraná (SANEPAR), cujo contrato possui duração até 2035 e está voltado à coleta e tratamento dos esgotos domésticos (PDUR 2007).

Conforme o PDUR 2007, os principais problemas apontados dizem respeito à extensão da rede coletora de esgotos que não atendia a maioria da população e o despejo de esgotos em galerias pluviais e leitos de corpos d'água. Também foram identificados problemas com esgotamento sanitário por fossas sépticas, como vazamento de efluentes em logradouros e mau cheiro.

O sistema de esgotamento sanitário de Medianeira é composto pela Estação de Tratamento de Esgoto – ETE Alegria, interceptores e rede coletora de esgoto conforme ilustra a **FIGURA 33** a seguir. A capacidade de tratamento da ETE-01 é de uma vazão de 70 l/s.

**FIGURA 33: INFRAESTRUTURA INSTALADA - ESGOTAMENTO SANITÁRIO**



Fonte: Prefeitura Municipal, 2020; SANEPAR, 2021. Elaboração Tese Tecnologia, 2020.

Siglas:

ETE Estação de Tratamento de Esgoto

Atualmente a rede coletora se concentra na área central e existem áreas demarcadas para projetos executivos, conforme legenda de cores apresentada na **FIGURA 33**, acima. O atendimento abrange atualmente 6.833 ligações atendidas com a coleta e tratamento de esgoto no município. O Índice de Atendimento com Rede Coletora de Esgoto (IARCE) é de 40,83% (SANEPAR, junho/2021), com previsão de ampliação para 65% até 2024 (MEDIANEIRA, 2021).

Em relação às categorias de consumo, com maior número de ligações está a residencial, que no ano de 2019 abrangeu 6.125 unidades, seguida dos comércios com 1.068 unidades atendidas (**TABELA 3**).

**TABELA 3: ATEDIMENTO POR REDE DE ESGOTOS SANITÁRIOS SEGUNDO AS CATEGORIAS DE CONSUMIDORES – 2019**

CATEGORIAS	UNIDADES ATENDIDAS	LIGAÇÕES
Residenciais	6.125	4.673
Comerciais	1.068	753
Industriais	7	7
Utilidade Pública	47	47
Poder Público	39	39
<b>TOTAL</b>	<b>7.286</b>	<b>5.519</b>

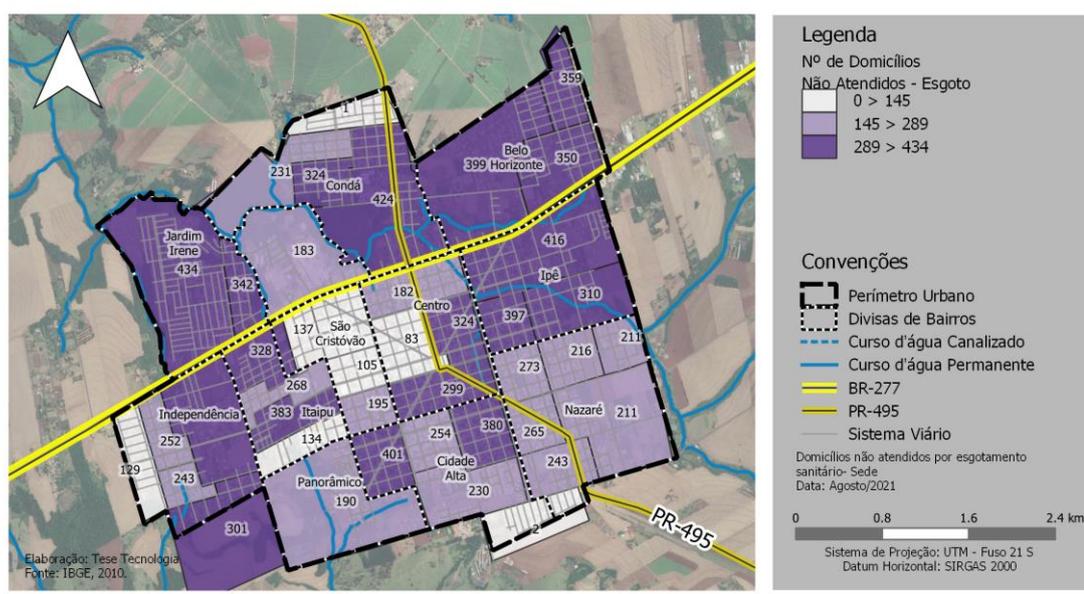
Fonte: SANEPAR, CAGEPAR, CASAN, DEMA, SAAE, SAAEM, SAEMA e SAMAE, Prefeitura Municipal. IPARDES, 2019.

Observação:

\*Unidades atendidas: Economias. É todo imóvel (casa, apartamento, loja, prédio, etc.) ou subdivisão independente do imóvel, dotado de pelo menos um ponto de água, perfeitamente identificável, como unidade autônoma, para efeito de cadastramento e cobrança de tarifa.

O número de domicílios não atendidos por esgotamento sanitário na sede em 2010 foi mapeado conforme ilustra a **FIGURA 34**. Comparando os dados do Censo 2010 (**FIGURA 34**) com o mapa do atendimento atual (**FIGURA 33**), pode-se perceber o acréscimo da rede coletora existente na porção central da sede e a existência de projetos executivos para ampliação das redes nos setores que apresentaram maior carência no atendimento. Desse modo houve melhora significativa da abrangência desse serviço.

**FIGURA 34: DOMICÍLIOS NÃO ATENDIDOS POR REDE DE ESGOTOS SANITÁRIOS**



Fonte: IBGE, 2010. Elaboração Tese Tecnologia, 2020.

De acordo com o IBGE, em 2010, o percentual de domicílios da sede não atendidos por esgotamento sanitário foi de 90%, equivalentes a 10.858 domicílios. Este percentual aplicado

à estimativa de domicílios para 2021, resultaria em 12.188 domicílios. O maior número de domicílios sem esgotamento sanitário, na sede, estava localizado nos setores da faixa de 289 a 434 domicílios.

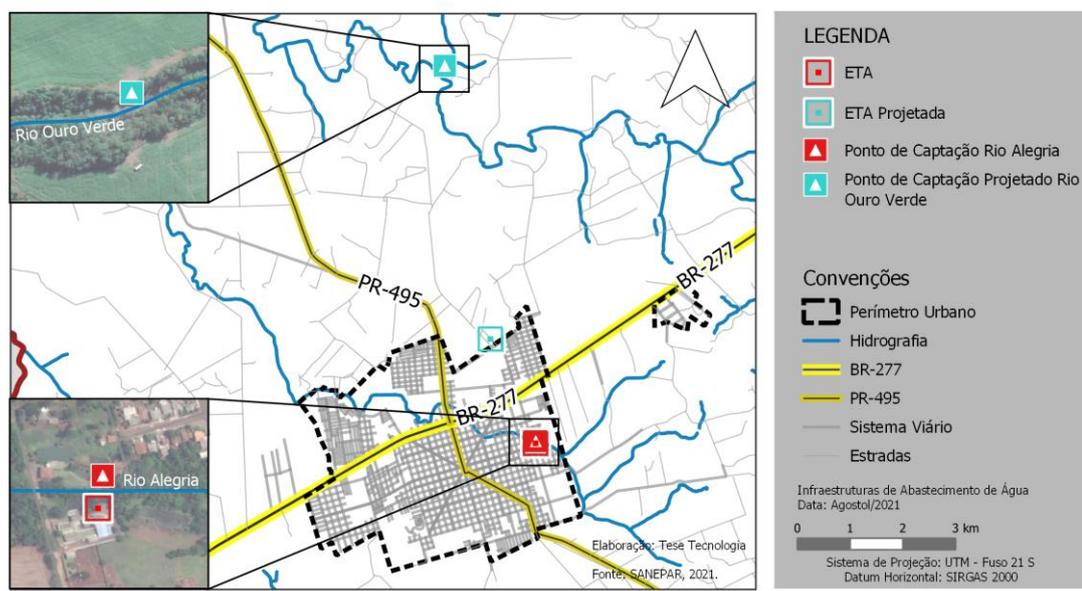
Conforme o SNIS 2018 a população urbana atendida com esgotamento sanitário era de 14.981, e considerando a média de 3,08 habitantes por domicílios, 4.864 domicílios estariam atendidos no mesmo ano. Levando em conta o crescimento médio anual de 1,11% de 2010 a 2021, no ano de 2018 haveria 45.543 habitantes urbanos dos quais aproximadamente 33% estariam atendidos com esgotamento sanitário.

Em 2010 nos distritos de Maralúcia e Industrial não existiam domicílios ligados à rede de esgotamento sanitário. Em 2021 estima-se que 100% dos domicílios desses distritos ainda não estejam atendidos. Conforme o PMSB (2018) nos distritos de Maralúcia e Industrial há utilização e fossas sépticas.

### **5.3. Serviço de Abastecimento de Água**

O serviço de abastecimento de água também é de concessão da Companhia de Saneamento do Paraná (SANEPAR), através do mesmo contrato com duração até 2035. Conforme o PDUR 2007, a situação do manancial de captação de água bruta (Rio Alegria) em 2006 se mostrava crítica, visto que a demanda máxima era superior ou muito próxima do volume (vazão máxima) disponível no rio, principalmente nos períodos de estiagem.

O sistema de produção é composto por uma (01) captação superficial localizada no Rio Alegria e 04 (quatro) captções subterrâneas e uma ETA (SANEPAR, 2021). Ressalta-se que existe previsão de execução de uma nova ETA e novo ponto de captação no Rio Ouro Verde, conforme demonstra a figura abaixo.

**FIGURA 35: INFRAESTRUTURA INSTALADA – ÁGUA TRATADA**

Fonte: SANEPAR, 2021. Elaboração Tese Tecnologia, 2021.

Símbolos: ETA

Estação de Tratamento de Água

Conforme PMSB 2018, o manancial superficial de captação supriu a demanda em abastecimento público da população até então, no entanto não será suficiente para a população futura.

A Bacia do Rio Alegria é dividida em três compartimentos: nascente e captação no Alto Alegria; Médio Alegria, que compreende toda a área urbana da Sede; e Baixo Alegria na área rural. O Rio Alegria, tem suas águas muito poluídas na zona do Médio Alegria que é formada por quatro nascentes. Suas águas chegam praticamente limpas à área urbana, onde por cerca de cinco quilômetros, recebe sedimentos das vias públicas, das galerias pluviais (maioria deságua antes da bacia de captação), do despejo de esgoto de indústrias e domésticos, de postos de combustível, de oficinas mecânicas, dentre outras fontes de poluição. Tal fato é agravado pela ausência de preservação de suas margens. Por esses motivos, ele chega a ser cerca de 70% mais poluído na área urbana do que na área rural, segundo relatos da Secretaria do Meio Ambiente e EMATER.

A SANEPAR afirma que o município de Medianeira conta com um índice de abastecimento e de rede de distribuição de água de 100%, da área urbana, com um total de 17.585 ligações de água atualmente (SANEPAR, junho/2021). Entretanto, conforme Prefeitura Municipal (2021) há ainda alguns domicílios no bairro Panorâmico que não são atendidos.

As categorias que apresentaram maior número de ligações foram as residenciais que totalizavam 15.296, seguidas das comerciais com 1.219 ligações, conforme disposto na **TABELA 4**.

**TABELA 4: ATENDIMENTO ABASTECIMENTO DE ÁGUA SEGUNDO AS CATEGORIAS - 2019**

CATEGORIAS	UNIDADES ATENDIDAS	LIGAÇÕES
Residenciais	17.713	15.296
Comerciais	1.554	1.219
Industriais	52	52
Utilidade Pública	116	115
Poder Público	101	101
<b>TOTAL</b>	<b>19.536</b>	<b>16.783</b>

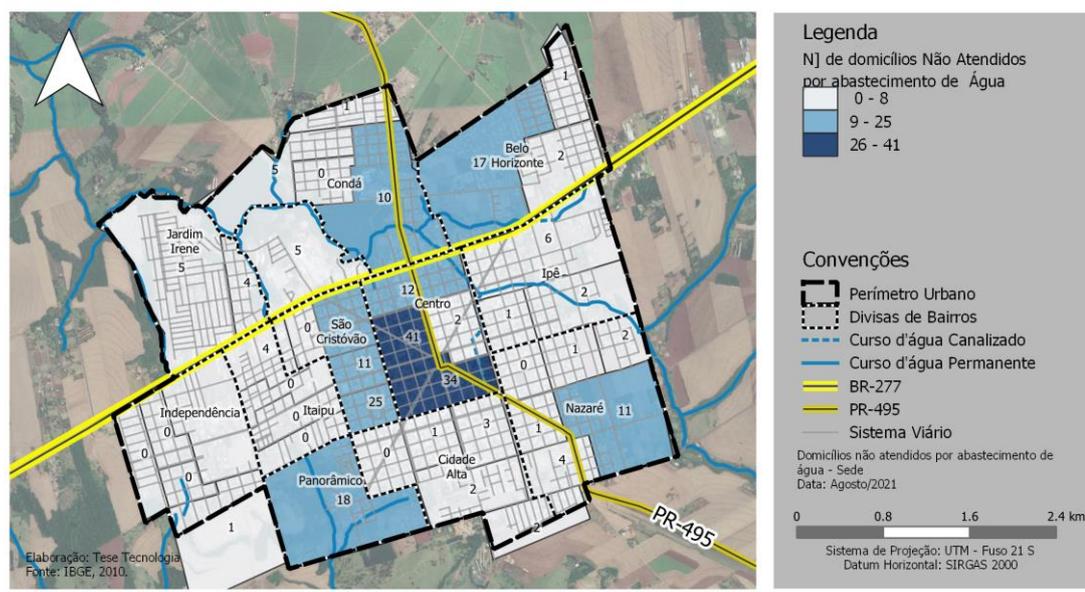
Fonte: SANEPAR, CAGEPAR, CASAN, DEMA, SAAE, SAAEM, SAEMA e SAMAE, Prefeitura Municipal. IPARDES, 2019.

Observação:

\*Unidades atendidas: Economias. É todo imóvel (casa, apartamento, loja, prédio, etc.) ou subdivisão independente do imóvel, dotado de pelo menos um ponto de água, perfeitamente identificável, como unidade autônoma, para efeito de cadastramento e cobrança de tarifa.

Na Sede em 2010, as principais concentrações de domicílios não atendidos por rede de abastecimento de água estavam ao longo da PR-495 e na porção centro-sul da área urbana da sede conforme ilustra a figura seguir.

**FIGURA 36: DOMICÍLIOS NÃO ATENDIDOS POR REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA**



Fonte: IBGE, 2010. Elaboração Tese Tecnologia, 2021.

De acordo com o IBGE, em 2010, o percentual de domicílios da sede não atendidos por abastecimento de água foi de 2%, equivalentes a 256 domicílios. Este percentual aplicado à estimativa de domicílios para 2021, redundaria em 287 domicílios. O maior número de domicílios não atendidos por rede de água, na sede, estava localizado nos setores da faixa de 26 a 41 domicílios. Comparando os dados do IBGE com os dados da SANEPAR e Prefeitura Municipal, pode-se notar evolução no atendimento para toda a Sede urbana.

Em 2010 nos distritos de Maralúcia e Industrial, respectivamente 41 e 2 domicílios não eram atendidos pela rede de água. Em 2021 estima-se que 100% e 8% dos domicílios dessas localidades não estavam atendidos. Conforme o PMSB (2018), no distrito Industrial o principal problema apresentado foi a falta de água, já no distrito de Maralúcia as precariedades apontadas foram falta de água, falta no tratamento da água, falta de instrução para o tratamento de água dos poços, falta de análises de água nos poços e baixa vazão de água.

#### 5.4. Serviço de Coleta de Lixo

Atualmente a empresa CORAE realiza a coleta convencional e os serviços de limpeza urbana, contemplando os distritos urbanos. Já coleta seletiva é de responsabilidade da Associação dos Agentes do Meio Ambiente de Medianeira – ASSAMA e abrange as áreas urbana e rural (PMSB, 2018).

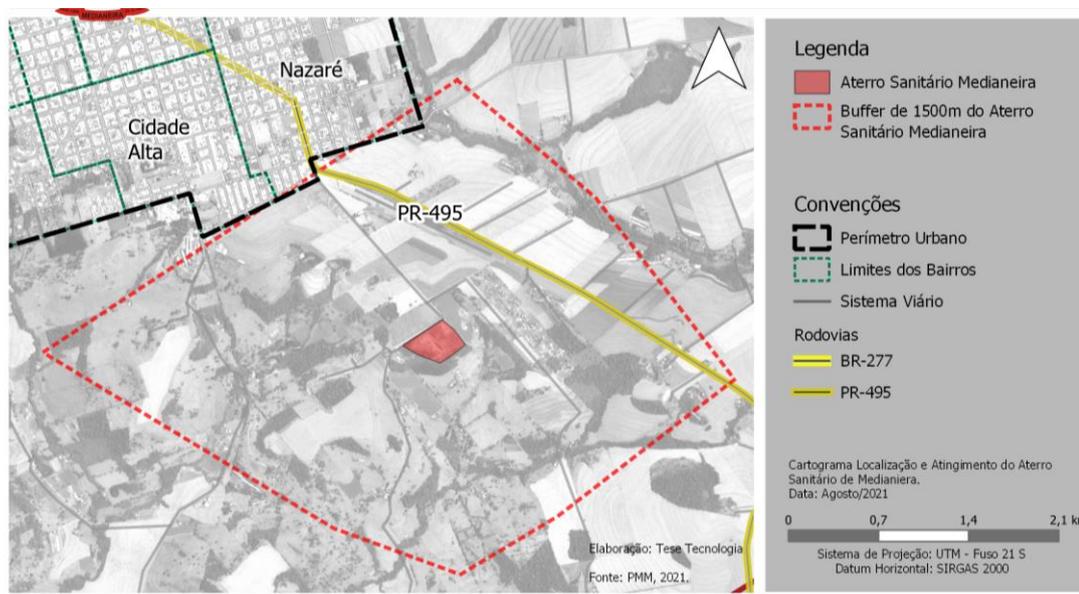
Com relação à coleta de lixo nas áreas urbanas, no PDUR 2007, a maior parte dos munícipes que integrou os processos participativos na fase da análise temática, consideraram o serviço adequado.

A coleta de resíduos sólidos em 2005 na Sede era mais frequente do que nos distritos. Porém mesmo com a coleta, o problema do lixo urbano ainda não foi resolvido em todos os aspectos que envolvem este serviço. Um deles é em relação ao local de deposição final dos resíduos sólidos, que até 2005 esta era feita em “lixão” aberto com acesso precário. Em 2006 foi inaugurado o Aterro Sanitário do município que fica fora da área urbana e possui capacidade prevista para até 5 anos, ou seja, possui somente um ano de vida útil a partir de 2020. Sendo assim, atualmente há necessidade em ampliação do atual aterro sanitário.

Os resíduos são depositados em aterro sanitário, fora da bacia de captação de água, os resíduos hospitalares são coletados por uma empresa terceirizada D. Lanzarim. As células onde são despejados os resíduos recebem uma cobertura de solo uma vez por semana. O acesso ao aterro é controlado, todo material coletado é depositado no aterro e pesado.

A **FIGURA 37** ilustra a localização do aterro sanitário municipal, a sudeste da sede urbana. Ressalta-se que de acordo com a Resolução CEMA n. 94/2014 (PARANÁ, 2014), em seu artigo 15, consta a necessidade do respeito à distância mínima de 1.500 (mil e quinhentos) metros do perímetro do aterro a núcleos populacionais.

**FIGURA 37: ATERRO SANITÁRIO E DISTÂNCIA LEGAL MÍNIMA DE NÚCLEOS POPULACIONAIS**



Fonte: Prefeitura Municipal, 2021. Elaboração Tese Tecnologia, 2021

Conforme Prefeitura Municipal (2021) está em andamento a ampliação do aterro sanitário, juntamente com a elaboração de Plano de Controle Ambiental (PCA) e licenciamento junto ao IAT. A vida útil do aterro sanitário com as ampliações irá se estender até aproximadamente o ano de 2033.

Em 2018 o município possuía 100% de atendimento de coleta de lixo na sede e demais distritos (SNIS, 2018).

**TABELA 5: INDICADORES COLETA DE LIXO SEDE E LOCALIDADES - 2018**

INDICADORES	
CO164 - População total atendida no município	40.962
CO165 - População urbana atendida pelo serviço de coleta domiciliar direta, ou seja, porta a porta	40.962
População Urbana Atendida por Coleta Domiciliar (%)	100%
CA004 - Existem catadores de materiais recicláveis que trabalham dispersos na cidade?	Sim

Fonte: SNIS, 2018.

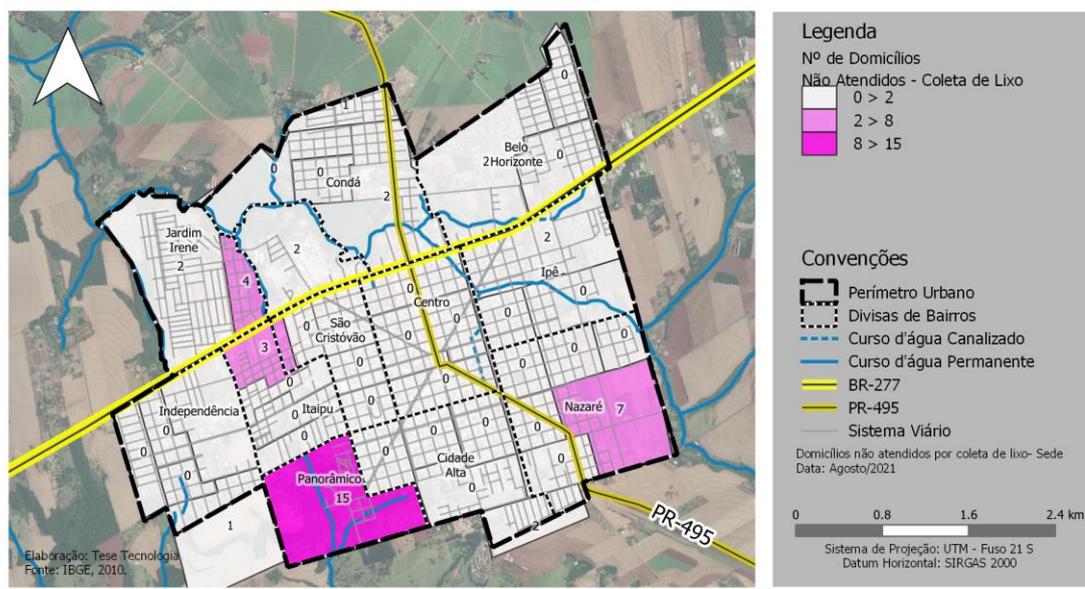
O processo de coleta seletiva de resíduos sólidos (recicláveis) é realizado em todos os bairro e município, em parceria com a (Associação dos Agentes do meio ambiente) ASSAMA, associação conta hoje 41 associados, através da parceria o município fornece ajuda financeira: Manutenção do centro de triagem (barracão), luz, água e equipamentos.

Na Sede a coleta de lixo domiciliar é feita diariamente nos bairros Centro e Cidade Alta, já nos demais é feita em dias alternados. Não são inclusos na coleta domiciliar os resíduos recicláveis, resíduos da construção civil, resíduos de serviço de saúde, resíduos industriais, agrotóxicos e

radioativos. Conforme Empresa CORAE, para o manejo destes resíduos específicos devem ser contratadas empresas habilitadas para essa coleta.

Na Sede em 2010 as maiores concentrações de domicílios desatendidos por coleta de resíduos sólidos estavam na porção sul do perímetro urbano, distantes da área central, conforme ilustra a **FIGURA 38** a seguir.

**FIGURA 38: DOMICÍLIOS NÃO ATENDIDOS POR COLETA DE LIXO**



Fonte: IBGE, 2010. Elaboração Tese Tecnologia, 2021.

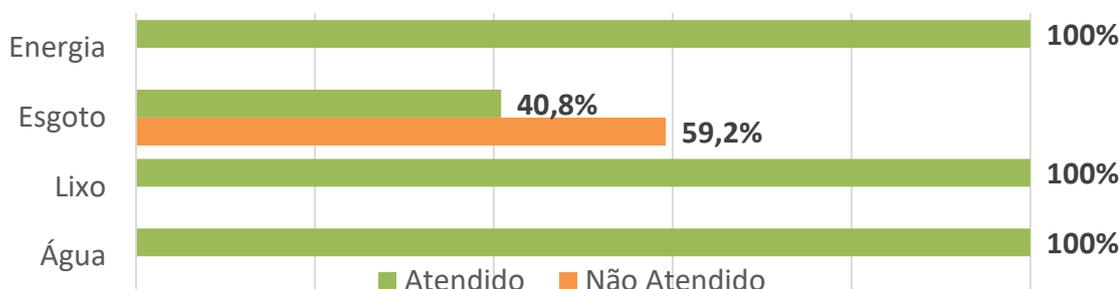
De acordo com o IBGE, em 2010, o percentual de domicílios da sede não atendidos por coleta de lixo foi de 0,3%, equivalente a 40 domicílios. Este percentual aplicado à estimativa de domicílios para 2021, resultaria em 45 domicílios. O maior número de domicílios sem coleta de resíduos na sede estava localizado nos setores da faixa de 8 a 15 domicílios. Entretanto, na sede 100% dos domicílios são atualmente atendidos por coleta domiciliar (SNIS, 2018), fato esse que reverteu a estimativa tendencial.

Em 2010, nos distritos de Maralúcia e Industrial, respectivamente 8 e 5 domicílios não foram atendidos por coleta de lixo. Em 2021 estima-se que respectivamente a partir da análise tendencial, 20% e 19% dos domicílios dessas localidades não estariam atendidos por coleta de lixo. Entretanto, atualmente a coleta de lixo nesses distritos já abrange 100%, conforme SNIS (2018).

## 5.5. Conclusão Serviços Urbanos

Dentre os serviços urbanos a maior carência é o esgotamento sanitário, como ilustra o **GRÁFICO 2**, a seguir. Comparando os dados do IBGE e a atual capacidade de atendimento e distribuição descrita pela SANEPAR, pode-se observar melhora significativa na oferta deste serviço. Porém, ainda apresenta situação de precariedade, impactando a qualidade de vida e a saúde da população, além de possivelmente causar danos ambientais graves como o comprometimento da qualidade hídrica dos corpos d'água e do lençol freático, que é superficial, agravado pelo lançamento inadequado de efluentes sem tratamento. Os demais serviços atendem mais de 100% dos domicílios urbanos.

**GRÁFICO 2: PANORAMA GERAL SERVIÇOS ÁREAS URBANAS - 2019**



Fonte: IBGE, 2010; SNIS, 2018; SANEPAR, 2021. Elaboração Tese Tecnologia, 2021.

Na sede o serviço com maior carência continua sendo o esgotamento sanitário, desde o censo de 2010, quando 10.858 dos 12.021 domicílios não eram atendidos. Para os anos subsequentes a estimativa de não atendimento de domicílios e habitantes foi de 90%, como disposto na **TABELA 6** a seguir. No entanto, com a extensão da rede de coleta, este cenário se modificou positivamente e tende a melhorar com a implementação dos projetos executivos existentes para ampliação da rede.

O serviço que apresentou melhor desempenho foi o de fornecimento de energia elétrica, cuja rede cobre quase toda a área urbana. No entanto ainda há problemas de qualidade da distribuição, com interrupções acima da média de outros conjuntos elétricos.

**TABELA 6: CAPACIDADE DE ATENDIMENTO E DISTRIBUIÇÃO DOS SERVIÇOS EM 2010, ESTIMATIVA PARA 2021 E PROJEÇÕES PARA 2030 – SEDE (IBGE)**

POPULAÇÃO E DOMICÍLIOS	Distrito Sede						ATENDIMENTO DOMICÍLIOS E HABITANTES (%)	
	2010	2021	2030	2010	2021	2030		
Total População Urbana	-	-	-	37.187	41.743	45.927		
Total Domicílios Urbanos	12.024	13.556	14.915	-	-	-		
SERVIÇO	Nº domicílios urbanos não atendidos			Nº habitantes urbanos não atendidos			N/AT	AT
Água	256	287	316	788	885	974	2%	98%
Lixo	40	45	49	123	138	152	0,3%	100%
Esgoto	10.858	12.188	13.410	33.443	37.540	41.303	90%	10%
Energia	7	8	9	22	24	27	0,06%	100%

Fonte: IBGE – Infraestruturas Urbanas - características de entorno dos domicílios, 2010.

Observações:

\* A população adotada é estimativa populacional do IBGE para 2021, que resultou no incremento populacional equivalente a 12,25% em relação ao Censo 2010.

\*\* O número de domicílios considera os “domicílios particulares permanentes” de situação urbana

\*\*\* A projeção populacional para 2030 foi obtida aplicando-se a média anual de 1,11%.

**Legenda**

N/AT Não atendido

AT Atendido

Os demais distritos apresentam maior heterogeneidade nas carências por infraestruturas, possuindo maior deficiência quanto ao esgotamento sanitário, pois não existem redes de coleta. Em tais áreas, conforme aponta o PMSB 2018, era recorrente o uso de sistemas individuais de tratamento como fossas sépticas, com problemas de mau cheiro e vazamentos de efluentes.

No Distrito de Maralúcia não existiam até 2010 ligações com rede de abastecimento de água, sendo necessário o uso sistemas individuais de tratamento de água.

Até então, os distritos de Maralúcia e Industrial possuíam os serviços de limpeza urbana. No entanto, em aproximadamente um quarto dos domicílios, não havia coleta de lixo. Para melhoria no atendimento da coleta de resíduos recicláveis, foi apontada pela Prefeitura Municipal a necessidade em ampliação da infraestrutura do atual barracão de reciclagem. Tais áreas ainda apresentam precariedade em água e esgoto, mas, no entanto, estão atendidas 100% por coleta de lixo. Nestes distritos a energia elétrica apresentou atendimento em 100%, conforme disposto na **TABELA 7** a seguir.

**TABELA 7: CAPACIDADE DE ATENDIMENTO E DISTRIBUIÇÃO DOS SERVIÇOS EM 2010, ESTIMATIVA PARA 2021 E PROJEÇÕES PARA 2030 – DISTRITOS (IBGE)**

POPULAÇÃO E DOMICÍLIOS	Maralúcia					Industrial				
	2010	2021	2030	ATENDIMENTO DOMICÍLIOS E HABITANTES (%)		2010	2021	2030	ATENDIMENTO DOMICÍLIOS E HABITANTES (%)	
Total População Urbana distritos	127	143	157			76	85	94		
Total Domicílios Urbanos distritos	41	46	51			26	30	33		
INFRAESTRUTURA	Nº domicílios urbanos não atendidos			N/AT	AT	Nº domicílios urbanos não atendidos			N/AT	AT
<b>Água</b>	41	46	51	100%	-	2	2	2	8%	-
<b>Lixo</b>	8	9	10	20%	-	5	6	6	19%	-
<b>Esgoto</b>	41	46	51	100%	-	26	29	32	100%	0%
<b>Energia</b>	0	0	0	0%	-	0	0	0	0%	100%

Fonte: IBGE – Infraestruturas Urbanas - características de entorno dos domicílios, 2010.

Observações:

\* A população adotada é estimativa populacional do IBGE para 2021, que resultou no incremento populacional equivalente a 12,25% em relação ao Censo 2010.

\*\* O número de domicílios considera os “domicílios particulares permanentes” de situação urbana

\*\*\* A projeção populacional para 2030 foi obtida aplicando-se a média anual de 1,11%.

**Legenda**

N/AT Não atendido

AT Atendido

## REFERÊNCIAS

ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas. **ABNT NBR 9050**: acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. 2. ed. Rio de Janeiro: ABNT, 2004. 97 p.

ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica. **Indicadores de Continuidade**: COPEL – DIS 2019. Disponível em: <[https://www2.aneel.gov.br/aplicacoes/indicadores\\_de\\_qualidade/decFecSegAnual.cfm?ano=2019&REGIAO=SU&DISTRIBUIDORA=2866&tipo=d](https://www2.aneel.gov.br/aplicacoes/indicadores_de_qualidade/decFecSegAnual.cfm?ano=2019&REGIAO=SU&DISTRIBUIDORA=2866&tipo=d)>. Acesso em: 14 abr. 2020. ANEEL, 2016.

BRASIL. **Lei Federal nº 6.766/79**. Dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências. Disponível em: <<https://www.cauba.org.br/wp-content/uploads/anexos/leisdecretos/Lei-6766-79-ParcelamentodoSolo.pdf>>. Acesso em: 05 de mai. De 2020.

\_\_\_\_\_. **Lei Federal Nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em:<[http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394\\_ldbn1.pdf](http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf)>. Acesso em: 05 de mai. 2020.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social - PNAS/2004 e Norma Operacional Básica NOB/SUAS 2005**. Brasília, Nov. 2005. Disponível em: <[https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Normativas/PNAS2004.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf)>. Acesso em ago. 2021.

COPEL – Companhia Paranaense de Energia. **Rede Básica**. Disponível em: <<https://www.copel.com/arcgis/rest/services/chavesCR/RedeBasica/MapServer>>. Acesso em: 30 abr. COPEL, 2017.

CNES – Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde. **Consulta de estabelecimentos de saúde**. Ministério da Saúde. 2020. Disponível em: <<http://cnes.datasus.gov.br/pages/estabelecimentos/consulta.jsp>>. Acesso em: 13 mai. 2020.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010**. IBGE, 2010.



\_\_\_\_\_. **Censo Demográfico 2010:** características urbanísticas do entorno dos domicílios. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. 175 p.

\_\_\_\_\_. **Base de informações do Censo Demográfico 2010:** Resultados do Universo por setor censitário: documentação do arquivo. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. 237 p.

\_\_\_\_\_. **Panorama Municipal:** Medianeira. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/medianeira/panorama>>. Acesso em: ago. 2021.

INEP – Instituto Nacional de Estudo e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Sinopses Estatísticas da Educação Básica.** Ministério da Educação, 2019.

\_\_\_\_\_. **Sinopses Estatísticas – Censo Escolar.** Ministério da Educação, 2019.

IPARDES, Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Caderno Estatístico Município de Medianeira.** Medianeira: IPARDES, 2020. 49 p.

GOUVÊA, Luiz Alberto de Campos. **Cidade Vida:** Curso de Desenho Ambiental Urbano. Editora Nobel, 2008, 1ª Edição.

MEDIANEIRA. **Lei Complementar nº 001, de 26 de junho de 2007.** Institui o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano do Município de Medianeira e dá outras providências. Disponível em:[https://www.medianeira.pr.gov.br/planodiretor/Leis/O\\_Plano\\_Direto\\_de\\_Medianeira\\_completo.pdf](https://www.medianeira.pr.gov.br/planodiretor/Leis/O_Plano_Direto_de_Medianeira_completo.pdf)>. Acesso em: 10 jan. 2020.

MEDIANEIRA. **Lei Municipal nº 228 de 13 de dezembro de 2011.** Dispõe sobre a Instituição do Fundo Municipal da Assistência Social e da Política Municipal de Assistência Social no âmbito do município de Medianeira, Estado do Paraná, e dá outras providências. Medianeira, 2011.

MEDIANEIRA. **Lei Municipal nº 594, de 21 de dezembro de 2016.** Cria o Programa Aluguel Social. Medianeira, 2016.

\_\_\_\_\_. **PDUR – Plano Diretor Urbano e Rural.** Smolarek Arquitetura Ltda., 2007.

\_\_\_\_\_. **PME - Plano Municipal de Educação de Medianeira – 2015-2025.** Secretaria Municipal de Educação, 2015.



\_\_\_\_\_. **PMSB – Plano Municipal de Saneamento Básico**. DRZ Geotecnologia e Consultoria LTDA EPP, 2018.

ROMANINI, Anicoli. **Planejamento Urbano & Equipamentos Comunitários: O Caso de Passo Fundo/RS**. Passo Fundo: Faculdade de Engenharia e Arquitetura da Universidade de Passo Fundo, 2007. 271 p.

Elaboração: Tese Tecnologia Arquitetura e Cultura Ltda.

---

Prof.ª Drª Mirna Cortopassi Lobo  
Diretora Geral